



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

FERNANDO LUCAS BRALO

**LUTA SALARIAL NO CEARÁ: CONFLITOS TRABALHISTAS NA
CONSTRUÇÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM. 2012-2016**

FORTALEZA

2019

FERNANDO LUCAS BRALO

**LUTA SALARIAL NO CEARÁ: CONFLITOS TRABALHISTAS NA
CONSTRUÇÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM. 2012-2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Ceará como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Gentile

Co Orientador: Prof. Dr. Sebastian Guevara

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

- B811 Bralo, Fernando Lucas.
Luta Salarial no Ceará : Conflitos trabalhistas na construção da Companhia Siderúrgica do
Pecém.
2012-2016 / Fernando Lucas Bralo. – 2019.
156 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Fabio Gentile. Coorientação: Prof. Dr. Sebastian Luis Guevara.
1. CSP. 2. Luta de Classes. 3. Marx. 4. Salário. 5. Trabalhadores. I. Título.

CDD 301

FERNANDO LUCAS BRALO

**LUTA SALARIAL NO CEARÁ: CONFLITOS TRABALHISTAS NA
CONSTRUÇÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM, 2012-2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Ceará como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabio Gentile
Universidade Federal de Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jawdat Abu-El-Haj
Universidade Federal de Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Glauciana Alves Teles
Universidade Estadual Vale de Acaraú (UVA)

Prof. Dr. Sebastian Luis Guevara
Universidade de Buenos Aires (UBA)

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de financiamento 001.

Ao professor e orientador Fabio Gentile pelo constante fomento e sensibilidade para comunicar meus grosseiros erros sem ferir meu espírito.

À professora Adelaide Gonçalves Pereira pela empática contribuição para o despoite do projeto de pesquisa e ao amigo Zé Carlos pelo seu valioso tempo e sua predisposição para me ajudar.

Aos professores Jawdat Abu-El-Haj, Glauciana Alves Teles, Alba Maria Pinho de Carvalho e Mariana Mont'Alverne Barreto Lima pelas contribuições e pelas oportunas atuações pedagógicas.

A Juan Iñigo Carrera por suas fundamentais contribuições à minha prática política e científica.

Aos *amigues*, mestres e *compañeres* Sebastián, Gastón e Mariana pelas orientações, respostas e acompanhamento incondicional.

A Juan Kornbliht e a Emiliano Mussi pela predisposição e contribuições para esta pesquisa.

Ao procurador Francisco Gérson Marques de Lima, ao advogado trabalhista Clovis Renato Costa Farias e a SINTEPAV-CE pelas informações e sugestões oferecidas. Especialmente a Valdelene Castelo pela atenção e gentileza no acesso aos arquivos do sindicato.

À Sheila, Claudinho e Adriano pela revisão dos textos.

Aos colegas da turma do Mestrado 2017.

A Fátima pela predisposição e coragem de voar sozinha para ajudar à família.

A Vale e a Homerito pelo *cariño*.

A Luana por acompanhar-me com amor e conhecimento de causa nas engatinhadas acadêmicas.

Dedico este trabalho à *Asociación de Guardavidas de Pinamar* minha escola de ação política-sindical e especialmente a Nestor e a Mirta pois eu sou apenas eles.

RESUMO

O movimento grevista encabeçado pelos trabalhadores da construção da Companhia Siderúrgica do Pecém (2012-2016) nos levou a realizar uma pesquisa sociológica sobre a luta sindical, com ênfase na crítica dos salários reais obtidos. Assim, o estudo objetiva problematizar a ligação contemporânea entre a luta de classe sindical, os salários e a acumulação de capital, a partir do ponto de vista que pressupõe a unidade entre a economia e a política e o caráter mundial do capitalismo. Para isso, como base principal da pesquisa, nós apoiamos n’*O Capital* de Marx ([1867] 2017). Primeiro, desenvolvemos as determinações gerais do salário na sociedade capitalista. Consequentemente, fazemos uma exposição sintética de algumas determinações gerais do modo capitalista de organizar a vida social que dão fundamento aos salários como expressão do valor da força de trabalho. Depois, seguindo a abordagem de Iñigo Carrera (2003, 2007), tratamos as condições contemporâneas da luta sindical e de classe pelo salário. Em um segundo momento, analisamos, em contexto nacional e regional, o processo de implementação da siderúrgica da Vale S.A. pela empresa POSCO E&C. Descrevendo as características das empresas, do sindicato e dos trabalhadores, analisamos o desenvolvimento dos conflitos trabalhistas durante a obra e os acordos salariais alcançados graças à luta operária e sindical. Como resultado dessa luta sindical e com a mediação do Estado, os salários nominais desses trabalhadores foram gradualmente aumentando, no entanto, as condições precárias e a violação constante dos acordos afetaram aos salários reais ganhos no canteiro de obras. Portanto, comparamos esses salários reais para avaliar se a força de trabalho desses operários foi vendida por seu valor. O estudo pretende destacar a relevância específica da renda da terra junto com a existência de trabalhadores excedentes para as necessidades de capital para entender os salários da economia brasileira e de qualquer economia latino-americana. Assim, podemos identificar as razões pelas quais a acumulação de capital dos países produtores de matérias-primas, como o Brasil, mantém, como regra atual para os trabalhadores que executam tarefas simplificadas, salários reais, que não atingem o mínimo necessário para se reproduzir em condições normais.

Palavras-chave: CSP. Luta de Classes. Marx. Salário. Trabalhadores.

ABSTRACT

The strike lead by Companhia Siderúrgica do Pecém's workers (2012-2016) motivated us to research on Trade Unions' struggle, emphasizing an overview on real wages. Therefore, the research searches to criticize the relation between contemporary Trade Unions class struggle, wages and capital accumulation, assuming the unity between economy, politics and global capitalism features. In order to achieve our goal our theoretical compass is going to be Marx's *Capital* ([1867] 2017). The beginning of this work is to stablish general guidelines of how wages are determined in the capitalist society. Consequently, we briefly present some general points that determine the capitalist way of organizing the social life, which are the basis of wages as expression of value of the work. Then this work will discuss the contemporary conditions of trade unions struggle and class for wages, following Iñigo Carrera's (2003, 2007) approach. Then the research moves to analyze in a national and regional context the process of establishment of the siderurgic Vale S.A. by the company POSCO E&C. Describing the characteristics of the companies, of the trade union and the workers, we analyze the development of working conflicts during the construction and the salary agreements reached thanks to the union and workers demands. Thanks to the work of the trade unions and the mediation of the State, the nominal wages were gradually increased, nonetheless, because of poor conditions of work and the constant violations of agreements between the workers and employers, the real wages were negatively affected. Therefore, it is made a comparison of the real wages in order to evaluate if the labor of the workers were paid accordingly. This study intends to highlight the specific relevance of the income from the land, as well as the existence of excessive number of workers for the needs of the capital so that we can understand the wages in the Brazilian economy as well as in any Latin American economy. Following this path it is possible to identify the reasons why the capital accumulation in countries that supply natural commodities, like Brazil, makes the real wages of workers that execute jobs that require simple skills so low that they cannot even reach the minimum necessary to provide for their families.

Keywords: Class Struggle. CSP. Marx. Wage. Workers.

RESUMEN

El movimiento huelguista encabezado por los trabajadores de la construcción de la Compañía Siderúrgica del Pecém (2012-2016) nos llevó a realizar una investigación sociológica sobre esa lucha sindical con énfasis en la crítica a los salarios reales obtenidos. De este modo, el estudio pretende problematizar el vínculo contemporáneo entre la lucha sindical, el salario y la acumulación de capital, desde un punto de vista que asuma la unidad entre la economía y la política, sin perder de vista que el carácter mundial del capitalismo. Para ello, como base principal para la investigación, nos apoyamos en *El Capital* ([1867] 2017) de Marx. Primero, desarrollamos las determinaciones generales del salario en la sociedad capitalista. En consecuencia, realizamos una sintética exposición de algunas determinaciones generales del modo capitalista de organizar la vida social que dan fundamento al salario como expresión del valor de la fuerza de trabajo. Luego, siguiendo el enfoque de Iñigo Carrera (2003, 2007), tratamos las condiciones contemporáneas de la lucha sindical y de clases por el salario. En un segundo momento analizamos, en contexto nacional y regional, el proceso de implantación de la siderúrgica de Vale S.A. por la empresa POSCO E&C. Describiendo las características de las empresas, del sindicato y de los trabajadores, analizamos el desarrollo de los conflictos laborales durante la obra y los acuerdos salariales alcanzados gracias a la lucha obrera y sindical. Como resultado de esa lucha sindical y con la mediación del Estado, los salarios nominales de esos trabajadores fueron paulatinamente aumentando, sin embargo, las precarias condiciones y el constante incumplimiento de los acuerdos afectaron a los salarios reales obtenidos en el cantero de obra. Por eso, comparamos esos salarios reales para evaluar si la fuerza de trabajo de dichos obreros consiguió venderse por su valor. El estudio pretende destacar la relevancia específica de la renta de la tierra junto a la existencia de trabajadores sobrantes para las necesidades del capital para la comprensión de los salarios de la economía brasilera y de cualquier economía latinoamericana. De ese modo se pueden identificar los motivos por los cuales la acumulación de capital de los países productores de materias primas, como Brasil, mantienen, como regla actual, unos salarios reales, para los trabajadores que realizan tareas simplificadas, que no alcanzan al mínimo necesario para reproducirse en condiciones normales.

Palabras Clave: CSP. Lucha de Clases. Marx. Salario. Trabajadores.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Demanda de trabalhadores na implantação da CSP

104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valor da transformação industrial (% sobre o total do país)	81
Tabela 2 – Piso salarial por ano, das categorias mais representativas.	125
Tabela 3 – Comparação salarial de três categorias segundo CCT e ACT no canteiro da CSP	126
Tabela 4 – Piso salarial do Servente no CSP, no Rio de Janeiro e São Paulo.	126
Tabela 5 – Salário mínimo por lei e salários no CSP	127
Tabela 6 – Piso salarial das 5 categorias com horas extras	128
Tabela 7 – Salário mínimo por lei, salário no CSP e salário mínimo necessário.	129
Tabela 8 – Os salários das 5 categorias versus o salário mínimo necessário	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAZPE	Associação Brasileira de Zona de Processamento de Exportação
ACT	Acordos Coletivos de Trabalho
ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado de Ceará
BCB	Banco Central do Brasil
CB	Cesta Básica
CCT	Convenção Coletiva do Trabalho
CICP	<i>Centro de Investigación como Crítica Práctica</i>
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Complexo Portuário Mário Covas)
CODECE	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CSP	Companhia Siderúrgica do Pecém
CTTC	Centro de Treinamento Técnico do Ceará
CUT	Central Única dos Trabalhadores
D-M-D	Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DPF	Departamento da Polícia Federal
EMAZP	Empresa Administradora da ZPE do Pecém S.A.
EPC	Engenharia, Aquisição e Construção
FIEC	Federação das Indústrias do Estado de Ceará
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FS	Força Sindical
IAB	Instituto Aço Brasil
ICMS	Imposto Estadual sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPi	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IRPJ	Imposto de Renda para Pessoa Jurídica
ISS	Imposto Sobre Serviços

ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
M-D-M	Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria
MDIC	Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MPT-CE	Ministério Público do Trabalho no Ceará
METROFOR	Metrô de Fortaleza
NTSC	Nova Central Sindical dos Trabalhadores
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
POSCO	<i>Pohang Iron and Steel Company</i>
POSCO E&C	<i>POSCO Engineering & Construction Ltda.</i>
PRL	Participação por resultados ou lucros
PRODECIPEC	Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário de Pecém e da Economia de Ceará
SEINFRA	Secretaria da Infraestrutura do Estado do Ceará
SICETEL	Sindicato Nacional das Indústrias de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos.
SINTEPAV-CE	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em geral no Estado de Ceará
SITRAMONTI-CE	Sindicato dos Trabalhadores em Montagens Industriais em Geral no Estado do Ceará
SRTE-CE	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TMUT	Terminal de Múltiplo Uso
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
UTE	Usinas Termelétricas do Pecém
ZPE	Zona de Processamento de Exportação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	SALÁRIO E LUTA DE CLASSES N'O CAPITAL DE KARL MARX	20
2.1	Introdução	20
2.2	O salário na crítica da economia política	20
2.2.1	<i>Salário por tempo</i>	23
2.2.2	<i>Salário por peça</i>	24
2.2.3	<i>O problema das determinações econômicas prévias ao salário</i>	25
2.3	Sínteses das determinações gerais da mercadoria ao salário	26
2.3.1	A mercadoria	26
2.3.1.1	<i>A forma de valor da mercadoria</i>	31
2.3.1.2	<i>A consciência mercantil</i>	33
2.3.2	A circulação de mercadorias e o dinheiro	35
2.3.2.1	<i>O Estado como momento necessário da circulação mercantil</i>	38
2.3.2.2	<i>Mercadoria –Dinheiro –Mercadoria. M–D–M</i>	40
2.3.2.3	<i>Antagonismo entre vendedor e comprador</i>	42
2.3.2.4	<i>A unidade da produção social a partir do ciclo M –D –M</i>	42
2.3.2.5	<i>O dinheiro como moeda</i>	46
2.3.2.6	<i>O dinheiro vai se substantivando, entesouramento e crédito</i>	47
2.3.2.7	<i>Personificações econômicas que atrapalham às pessoas</i>	50
2.3.3	O capital. D –M –D	54
2.3.3.1	<i>M –D–M versus D–M–D</i>	55
2.3.3.2	<i>D–M–D´</i>	56
2.3.3.3	<i>O capital na circulação</i>	57
2.3.3.4	<i>O capitalista como personificação do capital</i>	57
2.3.3.5	<i>A fonte de mais–valor</i>	59
2.3.3.6	<i>Determinação do valor da mercadoria força de trabalho</i>	60
2.3.3.7	<i>Processo de produção do capital</i>	62
2.3.3.8	<i>Processo de valorização do capital</i>	64
2.3.3.9	<i>Contraste entre capital variável e capital constante</i>	66
2.3.3.10	<i>Exploração da força de trabalho</i>	68
2.3.3.11	<i>O capital como sujeito da produção social</i>	68

2.3.3.12	<i>Da competência individual ao antagonismo de classe</i>	69
2.3.3.13	<i>Luta de classes como forma concreta do processo de valorização</i>	72
2.4	Salário como expressão da luta de classes	75
2.4.1	<i>Mudanças nos atores antagônicos do capitalismo contemporâneo</i>	76
3	O CASO DA CONSTRUÇÃO DA COMPANHIA SIDERURGICA DO PECÉM	79
3.1	Produção industrial brasileira	79
3.2	Desenvolvimento industrial do Nordeste	80
3.3	O Complexo Industrial e Portuário do Pecém	83
3.3.1	<i>A primeira Zona de Processamento de Exportação no Brasil</i>	88
3.4	A central Força Sindical e o SINTEPAV-CE	91
3.5	As empresas acionárias da Companhia Siderúrgica do Pecém	94
3.5.1	<i>Dongkuk Steel Company Ltda.</i>	95
3.5.2	<i>Vale S. A.</i>	96
3.5.3	<i>Pohang Iron and Steel Company, a POSCO</i>	98
3.6	A construção da Companhia Siderúrgica do Pecém	100
3.6.1	<i>Organização do processo de construção da CSP</i>	101
3.6.2	<i>Quantidade e perfil geral dos trabalhadores envolvidos</i>	103
3.7	Descrição dos conflitos e acordos atingidos pelos trabalhadores	105
3.7.1	<i>Primeira etapa da construção</i>	105
3.7.2	<i>Segunda etapa da obra: a construção civil – 2013</i>	109
3.7.3	<i>Terceira etapa, o ano da copa</i>	111
3.7.4	<i>Montagem final de equipamentos e primeiros testes – 2014</i>	115
3.7.5	<i>Finalização da planta</i>	118
3.8	Aspectos gerais da luta de classes na construção da CSP	119
3.8.1	<i>Algumas características gerais da participação do sindicato o Estado e as empresas no conflito</i>	120
3.8.2	<i>A cristalização das relações de força: análise quantitativa dos salários</i>	125
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
4.1	As lutas pelo salário no Ceará como formada expressão da Especificidade da acumulação de capital no Brasil	135
4.2	A situação mundial da produção siderúrgica	137
4.3	As inversões sul-coreanas no Brasil e apontes para futuras pesquisas	139
	REFERÊNCIAS	142

1 INTRODUÇÃO

A Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP é a primeira indústria siderúrgica integrada¹ no nordeste brasileiro; localizada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, propriedade do Estado do Ceará. Produto da parceria da empresa Vale S.A. com as sul-coreanas Dongkuk Steel e POSCO, a CSP foi o maior investimento privado dos últimos anos no Brasil. A sua implantação foi no ano de 2011 e em finais de 2016 estava em plenas atividades produtivas exportando aço para o mercado mundial.

Se por um lado a Vale S.A., acionista majoritária, é paradigma para a economia brasileira com seu desenvolvimento industrial baseado na extração do minério de ferro (ZORZAL e SILVA, 2004), por outro, a POSCO E&C, construtora da CSP, é considerada, a partir da sua eficiente tecnologia aplicada, o motor industrial da Coreia do Sul (D’COSTA, 1994). Essa fusão, então, gerou uma siderúrgica que produz mais de três milhões de placas de aço por ano, aproveita a infraestrutura que foi disponibilizada durante décadas de gestão pelo Estado e usufrui das isenções fiscais, atuando na única Zona de Processamento de Exportação – ZPE em funcionamento no Brasil, a ZPE do Pecém.

Paralelamente, como representante dos trabalhadores da construção pesada no Ceará, temos o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral no Estado de Ceará – SINTEPAV-CE, de formação relativamente nova e filiada à central Força Sindical – FS. Isso porque a obra da CSP gerou, direta e indiretamente, um elevado número de postos de trabalho e provocou importantes mudanças socioespaciais na região (TELES, 2018) além dos conflitos trabalhistas que merecem a atenção e a análise sociológica do caso.

Uma característica importante desse processo de implantação industrial foi o incessante e agudo conflito trabalhista: boicotes, greves, assembleias, intervenção policial, etc. Todas as expressões de resistência e luta por melhorias das condições trabalhistas, incremento salarial, foram travadas pelos trabalhadores e conduzidas pelo SINTEPAV-CE. Em certos momentos esses conflitos atingiram grau extremo em que foi necessária a intervenção do Ministério Público do Trabalho no Ceará – MPT-CE. Essas

¹ As usinas de aço classificam-se segundo o seu processo produtivo: as integradas são as que operam as três fases básicas: redução, refino e laminação, participando de todo o processo produtivo na produção de aço. As semi-integradas são as que operam duas fases: refino e laminação. Existem ainda unidades produtoras chamadas de não integradas, que operam apenas uma fase do processo: processamento (laminação ou trefilas) ou redução.

lutas resultaram em melhorias salariais e a construção da siderúrgica só se completou depois de seis meses do planejado pela empresa construtora POSCO E&C.

Porém, os salários no canteiro, obtidos graças às greves e às lutas travadas por trabalhadores e sindicato, não parecem alcançar o mínimo necessário para que esses trabalhadores possam se manter em condições normais.

Já agora, efetuada a apresentação de nosso objeto de pesquisa, esclarecemos que foi a própria dinâmica da luta pelo salário conduzida pelos trabalhadores da construção da CSP que nos levou a analisar sua implantação com ênfase na crítica aos salários reais envolvidos. Foi a agudeza dos conflitos trabalhistas e a persistência dos confrontos no canteiro que nos despertaram o interesse pelo estudo do caso.

Para tanto, quisemos ir às fontes da crítica da economia política, isto é, dos estudos desenvolvidos por Marx ([1867] 2017) com o intuito de evidenciar, por sua vez, a necessidade para as análises sociológicas contemporâneas de voltar aos clássicos. Entendemos que nos apoiarmos diretamente nas análises críticas da economia política desenvolvidas por Marx n' *O Capital* pode ser um percurso mais potente para compreender um processo contemporâneo de construção industrial, que principiar de algum dos inúmeros debates e correntes de pensamento que afloraram no decorrer de mais de 150 anos de sua publicação.

Desse modo, vamos usar especialmente *O Capital* ([1867] 2017) para entender o atual desenvolvimento econômico político da sociedade, pois encontramos na obra as determinações gerais do modo de produção capitalista. Nesse percurso, tomaremos os estudos desenvolvidos pelo intelectual argentino Iñigo Carrera (2003, 2007), que efetivamente oferece um enfoque inovador que recupera aspectos fundamentais do conhecimento desenvolvido por Marx. Também aproveitaremos os vários estudos que estão se desenvolvendo atualmente no *Centro para la Investigación como Crítica Práctica* – CICP, em especial as análises desenvolvidas por Caligaris (2012, 2017), Guevara (2014, 2018), Grinberg (2013, 2016) e Hirsch (2018).

Nossa hipótese de trabalho é que a luta de classes determina o salário, mas não por si mesma, senão em sua condição de forma política das necessidades da acumulação nacional, cuja forma específica está vinculada à renda da terra e à existência de força de trabalho que excede às necessidades do capital. Desse modo, a acumulação brasileira se apropria de uma porção do valor da força de trabalho, pois compra-a abaixo de seu valor e sua forma política, portanto, na ação sindical realiza essa necessidade.

A fim de comprovarmos nossa hipótese, no primeiro momento deste trabalho, realizaremos um reconhecimento das determinações gerais do modo de produção capitalista, apresentando uma sistematização da perspectiva de Marx ([1867] 2017) sobre o salário. Já no segundo momento, descrevermos o caso da implantação da CSP, considerando o contexto industrial nacional e regional, analisando os atores envolvidos, seus principais conflitos trabalhistas e os acordos salariais atingidos no canteiro. Depois, uma avaliação política e econômica desses salários para aferir quando se trata de salário mínimo nominal e o mínimo necessário para a reprodução normal da força de trabalho. Finalmente, no terceiro momento, considerando essas determinações e esses salários, pelos estudos de Iñigo Carrera (2017), descreveremos uma possível explicação aos motivos que determinam esses níveis salariais a partir da especificidade da acumulação de capital no Brasil.

Assim, o primeiro capítulo começa com a descrição da exposição do salário feito por Marx ([1867] 2017) para depois realizar um percurso sintético das determinações gerais da mercadoria ao salário, finalizando com a exposição do salário como expressão da luta de classes. Como a forma salário oculta o que acontece no processo de produção (MARX [1867] 2017, p. 610), necessitamos analisar as determinações gerais desse processo. Desse modo, analisamos sinteticamente a mercadoria e seguindo a ordem expositiva de *O Capital*, mas já como o próprio eixo do desenvolvimento das contradições da produção social contemporânea, desdobramos a forma dinheiro, suas funções, assim como a sua negação na forma de capital. Dessa análise emergem, entre outras coisas, o fundamento do valor e a única mercadoria capaz de criar novo valor no seu uso, as classes sócias antagônicas e sua luta como forma concreta de realizar o processo de valorização do capital.

O segundo capítulo está dedicado à análise do caso concreto da construção da CSP. Nesse momento, explicamos as formas, características e condições da implantação da aciaria. Realizamos uma breve apresentação, para contextualização, do processo industrial do Brasil e suas particularidades regionais, bem como das formas e condições de implantação do complexo industrial e portuário onde se instalou a CSP. Em seguida, descrevemos brevemente a história do SINTEPAV-CE e as características mais relevantes da central Força Sindical. Finalmente, analisamos as empresas e os perfis gerais dos trabalhadores descrevendo os intensos e prolongados conflitos trabalhistas, com foco sobre os salários à luz dos acordos obtidos. As condições de trabalho impostas pelas empresas que, longe de gerar aceitação dos trabalhadores, de fato, ofereceram resistências

e luta com a condução do SINTEPAV-CE. No decorrer desses conflitos, pactuaram-se cinco acordos coletivos anuais que estabeleceram os pisos salariais para as categorias envolvidas e as condições gerais de trabalho, que foram melhorando com o avanço da construção.

Desse modo, estabelecemos algumas das formas singulares concretas em que se realizam as determinações gerais do modo de produção capitalista. Entre as determinações gerais analisadas e as formas concretas particulares que trataremos existem outras mediações, algumas poderão ficar fora da análise, outras serão marcadas, e apenas algumas serão reconhecidas. Nessa descrição dos conflitos, assim como descreveremos concretamente as formas de compra venda das forças de trabalho no canteiro, analisaremos também como o Estado atua, na mediação do enfrentamento direto entre compradores e vendedores de força de trabalho, como o representante que realiza o interesse geral do capital tendendo à sua reprodução.

Depois de descrever e avaliar as lutas travadas *in loco*, aferiremos os níveis salariais alcançados nos Acordos Coletivos de Trabalho – ACT à luz da Convenção Coletiva do Trabalho – CCT e outros acordos similares firmados nos país, além de considerar o salário mínimo nacional e os dados produzidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, que estabelecem estatisticamente, e em função das leis trabalhistas, os salários mínimos indispensáveis para reproduzir a força de trabalho brasileira em condições normais.

A partir desses resultados, que nos permitirão refletir melhor sobre a qualidade dos salários envolvidos no local estudado, analisaremos, nas considerações finais, os prováveis motivos que atrapalharam as tentativas desses trabalhadores brasileiros de atingir um salário que permita a manutenção de um padrão de vida, isto é, aquilo que impossibilitou que a mercadoria força de trabalho fosse vendida pelo seu valor correspondente. Ao mesmo tempo, questiona-se que tipo de relação pode ter aquela que se afasta da determinação geral com a forma específica da acumulação no Brasil, como é a compra sistemática da mercadoria força de trabalho por abaixo do seu valor.

Para finalizar esta introdução, queremos salientar que os sujeitos que transformaram a realidade em nosso estudo são os trabalhadores da obra que atualmente industrializa o minério de ferro no CIPP. Assumindo a tarefa sociológica de entender as relações laborais envolvidas na construção da CSP, não concebemos esse caso concreto por um lado e a teoria social pelo outro, separados entre si. Pelo contrário, na presente dissertação, objetivamos manter a unidade entre o conhecimento sociológico e essas

formas concretas da sociedade. Além disso, e paralelamente, pensamos o nosso trabalho de investigação considerando-o um momento dessa luta pelo salário, como momento reflexivo-intelectual, que por outra parte nos abre a perspectiva de conhecer os fatos sociais em transformação.

Como pesquisadores confessamos o interesse nas reivindicações trabalhistas e seu vínculo com as transformações sociais com vistas à superação das contradições capitalistas. O nosso trabalho sociológico pretende contribuir para o esclarecimento das determinações das lutas pelos salários dos trabalhadores da construção da CSP com esse interesse. Essa ação político-sindical pode ter uma base científica ou pelo menos receber uma reflexão de caráter científico que a acompanhe. Pesquisar essa luta pelo salário no Ceará pode ser parte do movimento operário, sendo um trabalho orientado a produzir conhecimento de causa sobre ele. É a partir dessa possibilidade que nossa ação investigativa propõe a sinergia entre a pesquisa acadêmica e a luta operária industrial, na superação da aparente contradição entre trabalho intelectual e trabalho fabril.

Recusando focar nossa investigação acadêmica na busca do domínio de uma vertente da teoria sociológica contemporânea, nós a concebemos como parte da realidade social com sua especificidade reflexiva, mas a partir dos mesmos problemas que nos traz a sociedade em seu desenvolvimento. Desse modo, nossa pesquisa sai do próprio conflito social sem a aspiração de ser apenas um produto acadêmico que lê um aspecto da sociedade. Nossos interesses investigativos não estão desvinculados da miséria real, de fato no final das atividades, como aos trabalhadores da construção, nos espera o mesmo destino: a luta pelo salário.

2 SALÁRIO E LUTA DE CLASSES N’O CAPITAL DE KARL MARX

2.1 Introdução

Todos os dias os trabalhadores perguntam-se pelo salário. Senão acordam com o tormento de ter que conseguir um emprego, estão de olho nas variações dos preços dos produtos destinados ao consumo. Se tiverem sorte, alguns deles farão especulações para comprar, com o salário e, em inúmeras parcelas, um pedaço de terra para construir sua própria moradia. Geralmente, e sobretudo em determinados lugares, experimenta-se a dura realidade de obter um salário que não assegura o mínimo desejável de dignidade material para as famílias, obrigando os trabalhadores a procurar mais de um emprego e concorrer entre colegas para melhorar sua asfixiante situação material. Às vezes, para aprimorar o salário, conseguem canalizar coletivamente, por meio de sua categoria ou de sua empresa, suas demandas por melhorias nas condições de trabalho que, ainda assim, nem sempre são satisfeitas. Seja como for, o trabalhador é obrigado a experimentar, em todos os âmbitos da vida dos quais depende a sua sobrevivência, a mediação do salário. Assim, para nós estudar o salário e revisitar os estudos sobre ele poderia ser um problema teórico. Porém, para a esmagadora maioria da população, esse é um assunto de importância prática e vital, que acaba não deixando a opção de lutar por ele, tal como uma quimera. No caso que analisaremos para problematizar o salário, as lutas trabalhistas tomaram a clássica forma de ações coletivas na busca por compensação das pretensões empresariais que, comprando força de trabalho pelo mínimo valor possível, perfuram constantemente os marcos regulatórios e legais. Buscando fundamentar a nossa análise, abordaremos a questão do salário usando os estudos realizados por Marx ([1867] 2017) n’*O Capital*.

2.2 O salário na crítica da economia política

O volume primeiro d’*O Capital*, denominado *Processo de Produção do Capital*, publicado em 1867, proporciona uma pormenorizada análise sobre a categoria salário. A seção VI, chamada de *O Salário*, dedicada exclusivamente ao salário, é uma das sete seções que abordam o chamado processo de produção do capital. Essa seção é conformada por quatro capítulos que esmiúçam o processo de transformação do valor da

força de trabalho em salário, o “salário por tempo”, “por peça produzida”, e a diversidade de salários segundo as nações. Com o objetivo de evidenciar se suas proposições acerca do salário continuam vigentes e, portanto, resultam úteis para a compreensão dos salários pagos aos trabalhadores da construção civil na Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP, começaremos este trabalho, partindo desta seção, com uma exposição sobre a noção de salário segundo Marx ([1867] 2017).

O salário é uma forma econômica, concreta e fundamental na realidade dos trabalhadores. Em sua imediatez, ele gera uma aparência real: o salário é o preço do trabalho, aparecendo, portanto, como determinada quantidade de dinheiro que se paga por determinada quantidade de trabalho (MARX, [1867] 2017, p. 605). Desse modo, o salário é uma expressão monetária do valor da força de trabalho. O problema científico que se coloca quando queremos determinar o salário reside no fato de que, ao analisarmos a força de trabalho como mercadoria, entramos em uma tautologia.

Isto porque o valor de uma mercadoria é a forma objetiva do trabalho social gasto em sua produção, determinado pela quantidade de trabalho realmente objetivado nele ou pela quantidade de trabalho vivo necessário para sua produção. Portanto, a grandeza do valor de uma mercadoria pode ser medida pela grandeza do trabalho contido nela (MARX, [1867] 2017, p. 605). Neste sentido, o que determina a grandeza de seu valor é a quantidade de trabalho requerido para sua produção. De acordo com esta lógica, se pensamos na força de trabalho como mercadoria e consideramos, por exemplo, que o valor de uma jornada de trabalho de dez horas se determina por dez horas de trabalho, caímos em uma tautologia. Dado que, em uma troca de equivalentes, o preço do seu trabalho seria igual ao preço do seu produto, uma simples troca direta de dinheiro (uma troca de trabalho objetivado por trabalho vivo) não seria capaz de explicar o trabalho assalariado.

Exemplifiquemos seguindo a análise marxiana. Suponhamos que uma jornada de trabalho custe cem reais. Havendo troca de equivalentes, o trabalhador receberá cem reais pela jornada de trabalho de oito horas. Portanto, o preço do seu trabalho seria igual ao preço do seu produto e a troca de equivalentes não produziria mais-valor.

Para driblar esta dificuldade, Marx ([1867] 2017) assume que há uma diferença entre quantidade de trabalho realmente objetivado em uma mercadoria e quantidade de trabalho vivo necessário para sua produção (idem, p. 607). Considerando que a mesma diferença que encontramos entre uma máquina e sua operação é aquela que encontramos entre o trabalho e o trabalhador, o capitalista não compra trabalho. Na verdade ele compra,

por um determinado tempo e para uma finalidade específica, o próprio trabalhador. Por sua vez, o trabalhador vende sua força de trabalho e, por isso, o trabalho se torna a substância e a medida imanente dos valores – o que, ao mesmo tempo, faz com que o trabalho não possua valor nenhum por si só (idem, p. 607).

Nas formas concretas sociais, o valor da força de trabalho apresenta-se como salário, como seu preço (MARX, [1867] 2017, p. 609). Considerando que a forma-salário “extingue todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago”, todo trabalho aparece como pago e representa a relação monetária que oculta o mais-trabalho do assalariado (idem, p. 610). Se compararmos com outras relações de produção, o assunto se esclarece. Na relação entre escravo e proprietário, por exemplo, todo trabalho aparece como trabalho não pago, pois tudo é para o senhor. A relação de propriedade oculta, assim, até o trabalho que o escravo realiza para ele mesmo. Já para um servo, a diferença entre trabalho para o senhor e trabalho para si mesmo se expressa imediatamente no tempo e espaço. Porém, para o trabalhador livre a relação monetária separa e oculta o trabalho gratuito do trabalho assalariado.

A transformação do valor da força de trabalho em salário ou em preço do próprio trabalho contradiz a relação efetiva da compra venda da força de trabalho. Situação que permite o tratamento jurídico dessa relação gerando a ilusão de liberdade e outras mistificações próprias do capitalismo. A dificuldade de dar conta desta mistificação é inversamente proporcional à utilidade dela (MARX, [1867] 2017, p. 610), pois o intercâmbio entre capital e trabalho aparece, inicialmente, sem diferenciar-se da compra-venda de outras mercadorias. O comprador entrega dinheiro e o vendedor entrega algo diferente ao dinheiro. O valor de uso que o trabalhador fornece ao capitalista não é a força de trabalho, é sua função, é um determinado trabalho útil e concreto. Só que esse mesmo trabalho é também, sob outro ângulo, o elemento criador de valor, e isso faz com que se distingue do restante das mercadorias. Voltaremos sobre esse ponto fundamental ao finalizar a síntese expositiva sobre o conceito de salário.

Além disso, existe uma diferença entre salário nominal e salário real. Enquanto o montante de dinheiro que o trabalhador recebe é uma quantia salarial nominal, se o trabalhador produzir mais em menos tempo, o preço do seu trabalho vai representar uma quantia diferente. O mesmo acontece se os preços das mercadorias para seu consumo variarem. O salário real é o salário nominal ponderado com os preços da massa dos meios

de subsistência representando o poder aquisitivo do salário. O salário real é o que se pode efetivamente comprar.

Marx não descreve pormenorizadamente todas as formas possíveis do salário limitando-se a tratar duas formas predominantes: o “salário por tempo”, e o “salário por peça”.

2.2.1 Salário por tempo

O “salário por tempo” consiste na remuneração referente à venda da força de trabalho por determinado período de tempo. Esse tipo de salário é usualmente conhecido foi praticado como forma de remuneração dos trabalhadores da construção civil da CSP. O “salário por tempo” é também a forma transformada que representa o valor diário ou mensal dessa força de trabalho. Por isso, ao analisar essa forma de salário temos que distinguir entre quantia total de salário diário ou mensal e o preço de trabalho. O preço médio do trabalho, ou seja, o valor monetário de uma dada quantidade de trabalho, é determinado dividindo o valor diário médio da remuneração da força de trabalho pelo número de horas da jornada média de trabalho. Assim, obteremos a unidade de medida para o preço do trabalho no caso do “salário por tempo”.

Neste momento da exposição de Marx ([1867] 2017, p. 615), a análise limita-se à mudança de magnitudes. Enquanto o salário diário pode permanecer invariável, o preço do trabalho cai, por exemplo, com o aumento da duração da jornada de trabalho. Enquanto o salário diário pode aumentar nominalmente, o preço do trabalho permanece constante ou, inclusive, decai se as horas diárias ou a intensidade do trabalho por hora aumentarem. Ambas as situações demonstram a existência de métodos para reduzir o preço do trabalho sem a necessidade de rebaixar o valor nominal do salário diário:

Conclui-se, como lei geral: estando dada a quantidade de trabalho diário, semanal etc., o salário diário ou semanal dependerá do preço do trabalho, que, por sua vez, varia com o valor da força de trabalho ou com os desvios de seu preço em relação a seu valor. Ao contrário, estando dado o preço do trabalho, o salário diário ou semanal dependerá da quantidade de trabalho diário ou semanal (Marx, [1867] 2017, p. 615).

Se o salário diário aumenta, o preço do trabalho pode manter-se nominalmente constante e, apesar disso, cair em seu nível normal. Esse fato ocorre quando, permanecendo constante o valor-hora, a jornada se expande além de sua duração habitual.

Contudo, a limitação legal da jornada põe fim a esta forma de exploração (MARX, [1867] 2017, p. 617). Tendencialmente, quanto mais longa a jornada de trabalho, mais baixo será o salário. Isso quer dizer que o prolongamento do tempo de trabalho produz uma queda no preço do trabalho e, por conseguinte, no salário diário.

Se deixarmos fixo o preço do trabalho, o salário diário dependerá da quantidade de trabalho fornecida. Portanto, quanto menor é o preço do trabalho, maior será a quantidade de trabalho ou mais longa a jornada de trabalho para que o trabalhador obtenha o salário mínimo indispensável. Nesta relação, um preço de trabalho baixo atua a favor do prolongamento do tempo de trabalho.

Chegamos, assim, à determinação do preço do trabalho de acordo com a seguinte fórmula: o valor diário da força de trabalho é igual à jornada de trabalho de dado número de horas (MARX, [1867] 2017, p. 618).

Antes de passar à exposição sobre a outra forma de salário, Marx afirma que a concorrência gera como produto circunstâncias que fixam um preço de venda anormalmente baixo para a força de trabalho, que por sua vez tem expressão em um salário miserável e em jornadas de trabalho exorbitantes. Veremos, mais adiante, a noção de concorrência e suas implicações para a determinação do salário.

2.2.2 *Salário por peça*

Ambas as formas de salário podem coexistir ao mesmo tempo e “a forma de salário por peça é tão irracional quanto a do salário por tempo” (MARX, [1867] 2017, p. 623). Neste sentido, Marx entende que o “salário por peça” é uma forma modificada do “salário por tempo”, dado que, no “salário por tempo”, o trabalho se mede por sua duração imediata, e no “salário por peça”, pela quantidade de produtos em que o trabalho se condensa durante um tempo determinado. Porém, à primeira vista, parece que nesta forma se paga pela capacidade de produção do trabalhador e não em função da sua força de trabalho, pois o trabalho aparece objetivado no produto.

Além disso, o “salário por peça” apresenta características específicas. Como a qualidade do trabalho é controlada pela qualidade do próprio produto, o capitalista ganha uma medida objetiva para regular a intensidade do trabalho. Desse modo, os trabalhadores que carecem da capacidade média de rendimento é que sentirão os efeitos negativos. O “salário por peça” pode ser utilizado para aumentar a exploração do trabalhador saltando a barreira do limite legal da jornada de trabalho e aumentando a intensidade do trabalho.

Este tipo de salário também torna supérflua a vigilância sobre o trabalhador, facilitando ao capitalista a elevação do grau normal de intensidade. Ademais, o “salário por peça” gera intermediários parasitas e formas de exploração do trabalhador pelo trabalhador. Outro fato favorável para o capitalista é que o prolongamento da jornada de trabalho vira interesse do próprio trabalhador² (MARX, [1867] 2017, p. 623). Além de o “salário por peça” oferecer essas vantagens aos capitais individuais o “salário por tempo” atualmente é a forma dominante dos pagamentos aos trabalhadores.

Depois da análise geral do salário e suas formas principais, Marx inicia uma sucinta descrição das diferenças existentes entre os salários segundo os países. (MARX, 2017, p. 631). O autor afirma que cada país vigora certa intensidade média do trabalho. Essas médias nacionais constituem, em conjunto, uma intensidade média total de trabalho a nível mundial. Como veremos no segundo capítulo, o caso empírico escolhido oferece uma experiência de encontro entre intensidades, produtividades e salários, que se ajustou através de intensos conflitos com vieses xenófobos. A disciplina sul-coreana para dispor da energia trabalhista é tão característica quanto os baixos salários como fundamento do seu desenvolvimento industrial (GRINBERG, 2012; MUSSI, 2017). A tendência imanente do capital de explorar o trabalhador o máximo possível apresenta, nesse caso, uma mediação entre diferentes culturas. De um lado, trabalhadores brasileiros contratados e, de outro, trabalhadores sul-coreanos dirigindo a construção e personificando os interesses da empresa *Pohang Iron and Steel Company* - POSCO. Ainda que no território no qual a empresa se instalou vigorem leis brasileiras, veremos que as relações de trabalho no canteiro da CSP não se estabeleceram num estreito ajuste ao marco legal do país. Ao contrário, as leis do trabalho brasileiras funcionam apenas como uma referência de ambígua aceitação empresarial entre os dirigentes sul-coreanos da CSP.

2.2.3 O problema das determinações econômicas prévias ao salário

Revisitar a seção *Salário* d’*O Capital* nos levou a tratar algumas categorias que, em rigor, requerem explicação. Dito de outro modo, a análise da categoria “salário” exposta por Marx ([1867] 2017) exige a compreensão de outras determinações desenvolvidas nas seções anteriores d’*O Capital*, a saber: a categoria de “mais-trabalho”,

² Por essas peculiaridades, o salário por peça é uma forma de salário muito adequada ao modo de produção capitalista, cumprindo um papel fundamental no período industrial de finais do século XVIII com o prolongamento da jornada de trabalho e a queda geral do preço do salário.

que contradiz o intercâmbio entre trabalho vivo e dinheiro, e também contradiz que “a troca de equivalentes produziria mais-valor”. Destas, a determinação que nos aparece de modo mais inquietante até aqui é a que aponta o trabalho como criador de valor e produtor de mais-valor.

Marx ([1867] 2017) inicia a exposição sobre o processo de produção do capital, na *Seção I*, com a análise da mercadoria e do dinheiro. O desenvolvimento das contradições da mercadoria-dinheiro leva, por sua vez, à análise da transformação do dinheiro em capital na *Seção II*. Essa exposição nos conduz, em seguida, à análise da produção do mais-valor absoluto, do mais-valor relativo, e de ambos os mais-valores juntos, respectivamente nas seções *III*, *IV* e *V*. O percurso analítico, bem como o desenvolvimento do conteúdo das determinações gerais do modo de produção capitalista, já explicita a necessidade de esclarecer a categoria de salário. Tentando refletir sobre esses conceitos e suas relações orgânicas com a sociedade, propomos reiniciar esse caminho e chegar a uma explicação do salário que evite cair em afirmações infundadas e explicita as razões científicas de sua existência social. Isto nos possibilitará, por sua vez, um tratamento apropriado dos salários envolvidos na construção da CSP.

2.3 Sínteses das determinações gerais da mercadoria ao salário

O desdobramento das determinações da mercadoria sugere um caminho adequado para o desenvolvimento das determinações essenciais do modo de produção capitalista. Tomaremos algumas dessas determinações, em especial as que se mostraram úteis para orientar a análise da luta salarial dos trabalhadores da construção da CSP. Desse modo, a apropriação crítica de aspectos centrais do desenvolvimento da subjetividade produtiva humana complexificará nosso entendimento do salário, possibilitando uma compreensão mais abrangente para o caso analisado. Sintetizaremos ao máximo os elementos da análise da mercadoria, tentando manter a unidade que ela exprime como forma social no modo de produção capitalista.

2.3.1 A mercadoria

O ponto de partida da análise materialista da moderna sociedade capitalista é o concreto. Por isso, a crítica do modo de produção capitalista na obra de Marx analisada começa com a análise da mercadoria:

Para a sociedade burguesa, porém, a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma de valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular. Para o leigo, a análise desse objeto parece se perder em vãs sutilezas. [...] Embora, faz mais de dos mil anos que a inteligência humana compreendida a escola de Ricardo (H. G. B.) procura em vão desentranhar seu segredo [...] (MARX, [1867] 2017, p. 78).

Assim, a mercadoria pode ser compreendida como a expressão elementar da forma específica que a riqueza social apresenta no modo de produção capitalista (IÑIGO CARRERA, 2007, p. 23), aparecendo como um objeto externo que satisfaz as necessidades humanas. Contudo, a natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão (MARX, [1867] 2017, p. 113). A utilidade de uma coisa imprime a ela um valor de uso que, por sua vez, forma o conteúdo material da riqueza, independente da forma social desta (idem, p. 114). A mercadoria tem a capacidade de se transformar em outro bem sem mediação de alguma operação material sobre ela. Isso quer dizer que a mercadoria é um valor de uso que tem valor de troca, sendo o valor de uso o suporte material do valor de troca.

A questão da utilidade da mercadoria não apresenta maiores dificuldades. Porém, a resposta à origem do seu valor de troca abre caminhos para reconhecer (IÑIGO CARRERA, 2007, p. 2-10)³ a relação social que gera tal especificidade.

O fato de que mercadorias qualitativamente diferentes entre si possam ser intercambiáveis exprime que elas têm algo em comum. Como esse intercâmbio contradiz a forma material delas, poderíamos efetivamente acreditar que a mercadoria possui algum atributo fantástico além da explicação material. Porém, toda forma concreta se encontra determinada como tal pela sua qualidade específica (IÑIGO CARRERA, 2007, p. 216). Ao estabelecer-se a troca entre elas, o próprio movimento mostra a equivalência e, portanto, necessariamente há uma qualidade comum na mesma quantidade em cada uma delas, além de suas diferenças materiais. Todavia, a ausência de utilidade da mercadoria elimina sua capacidade de troca. Portanto, o valor de uso sempre é condição para a troca.

Quando analisa a capacidade da mercadoria para a troca, Marx passa metodologicamente à análise do valor que se exprime na relação de troca ([1867] 2017, p. 114-115). Indiscutivelmente, alguma ação tem que haver gerado o valor da mercadoria,

³ A partir d’*O Capital*, toda reprodução no pensamento que avance sobre as determinações decorridas nele, é um processo de reconhecimento desde o ponto de vista social. Trata-se, verdadeiramente, de enfrentar por nos mesmos às formas reais do capital para reproduzi-las idealmente, com a potência que adquirimos ao dispor da reprodução ideal das mesmas desenvolvida n’*O Capital* (IÑIGO CARRERA, 2007, p.7, tradução nossa).

transformando sua materialidade e gerando por sua vez a utilidade dela, de modo que não há atributo sem a ação que o produziu.

Portanto, dado que a utilidade ou valor de uso é condição para a existência do valor ou, o que é o mesmo, que o valor está presente na materialidade do valor de uso, o valor da mercadoria tem que ser o produto de alguma das ações que produz seu valor de uso (IÑIGO CARRERA, 2007, p. 26, tradução nossa).

A fonte de valor encontra-se nas ações do processo de produção da mercadoria. Neste sentido, a ação tem que ter a capacidade de intervir em dois aspectos: determinação do valor de uso e do valor. Este último se exprime na relação de troca mediante uma simples igualdade quantitativa. Na produção de valor de uso, a ação realizada por humanos intervém junto às ações simplesmente naturais que acompanham tal processo. Trata-se de uma ação humana que se organiza de maneira consciente e voluntária para transformar a materialidade dos objetos em valores de uso: o trabalho.

Inicialmente, a mercadoria apareceu-nos como um duplo [*Zwieschlächtiges*] de valor de uso e valor de troca. Mais tarde, mostrou-se que também o trabalho, na medida em que se expressa no valor, já não possui os mesmos traços que lhe cabem como produtor de valores de uso. Essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim. Como esse ponto é o centro em torno do qual gira o entendimento da economia política, ele deve ser examinado mais de perto (MARX, [1867] 2017, p. 119).

Trata-se de descobrir a qualidade da própria materialidade do trabalho que faz com que ele se manifeste desse modo (IÑIGO CARRERA, 2007, p. 227). O trabalho humano é essa ação capaz de produzir o valor da mercadoria ao mesmo tempo em que produz seu valor de uso. De certo, a produção do valor provê um aspecto diferente do trabalho gerador de valores de uso⁴, do trabalho concreto. Esse aspecto é descoberto por Marx ao abstrair-se das formas concretas do trabalho criador de diferentes valores de uso. (MARX, [1867] 2017, p. 121-122). Ao fazer essa abstração, o que fica é o dispêndio do material de energia humana, o simples gasto de força humana de trabalho, o gasto consciente de músculos, nervos, cérebro humano, etc. (idem, p. 147). Deste modo, o trabalho humano é a ação que, pela sua materialidade concreta, produz ao mesmo tempo valores de uso diferentes e, pela sua materialidade abstrata, produz esses valores de uso

⁴ Essa diferenciação é o embasamento para o desenvolvimento do duplo processo de produção capitalista, como processo de trabalho e como processo de valorização.

com um atributo que os faz aptos para se relacionar como iguais (IÑIGO CARRERA, 2007, p. 29).

Por isso é que uma mercadoria pode transcender sua materialidade concreta original trocando-a por outra, conservando ao mesmo tempo intacta sua identidade material como produto do trabalho humano abstrato, enquanto encontra-se com outra que seja a materialização de igual quantidade desse trabalho (idem, p.29, tradução nossa).

Quando uma mercadoria é trocada, o trabalho contido nela se cristaliza (MARX, 2017, p. 128). Deste modo, esse trabalho não tem outra forma de se apresentar na operação de troca que não seja como resultado ou produto, ou como trabalho materializado na mercadoria. Para que se efetive a igualação mercantil, esse trabalho tem que estar presente em igual magnitude nas mercadorias que se intercambiam. Tal magnitude consiste necessariamente em uma determinada quantidade de trabalho abstrato, pois neste não cabe diferença qualitativa alguma. Portanto, o atributo que permite, à mercadoria, inserir-se na relação de troca, é o trabalho abstrato realizado em idêntica magnitude.

Por sua vez, o trabalho abstrato que se apresenta como a capacidade de troca da mercadoria não é um atributo inerente à singularidade das condições de produção. Pelo contrário, ele é o que a média dos produtores requer em condições normais para fazê-lo, ou seja, é trabalho abstrato socialmente necessário. Por outro lado, esse trabalho tem que ser destinado a outros, pois caso seja destinado ao consumo do próprio produtor, ele perde sua capacidade de troca. Portanto, esse trabalho tem de ser necessariamente orientado ao consumo de outros e precisa justificar-se no cumprimento de uma utilidade social. Trata-se de um trabalho destinado a satisfazer uma necessidade social e a alimentar, deste modo, o processo de metabolismo social.

A capacidade de troca das mercadorias não é um atributo oferecido pela natureza, mas um fato incorporado em determinado momento histórico a determinados valores de uso. Nesse sentido, o valor da mercadoria não consiste no valor de uso, mas no trabalho abstrato socialmente necessário para o cumprimento da função social materializado em uma mercadoria (MARX, [1867] 2017, p. 116-117). Dito de outro modo, a substância que dá à mercadoria o seu valor é o trabalho abstrato socialmente necessário. Com o redescobrimto da substância que permite que os valores de uso sejam trocados por outros, finaliza-se, por assim dizer, a análise do valor de troca das mercadorias.

No nível de análise em que nos encontramos, abre-se, contudo, a possibilidade de desdobrar explicações fundamentais para a compreensão crítica da economia política. A produtividade do trabalho é uma delas.

A quantidade de trabalho que se gasta para produzir um determinado valor de uso reflete a capacidade produtiva ou a produtividade do trabalho. Quanto maior a produtividade, menor é a quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria. Da mesma forma, quanto maior a quantidade de mercadorias produzidas em um mesmo período de tempo, será também menor a quantidade de trabalho contida em cada uma delas. Assim, o valor de cada unidade de mercadoria produzida é inversamente proporcional à produtividade do trabalho. Suponhamos que para fazer uma placa de aço sejam necessárias dez horas de trabalho. Se por quaisquer razões a produtividade do trabalho aumenta e ao invés de dez horas sejam necessárias apenas cinco, o valor de cada placa cai pela metade, ao mesmo tempo que em dez horas de trabalho passa a ser possível produzir duas placas de aço, ou seja, o dobro. O valor dessas duas placas de aço é o que agora representa o gasto de dez horas de trabalho socialmente necessário.

Voltemos à análise da mercadoria e à questão do valor contido nela. Até aqui, temos que o trabalho abstrato é a substância criadora de valor, porém, a especificidade da produção mercantil não pode ser o trabalho abstrato, pois o trabalho humano, como em toda época, é um gasto produtivo do corpo humano realizado de uma maneira concreta e determinada. O trabalho humano sempre é uma unidade de trabalho abstrato e concreto (IÑIGO CARRERA, 2007, p. 32).

A determinação do trabalho humano como produtor da aptidão da mercadoria de ser intercambiável por outra é mediada pela divisão do trabalho social (IÑIGO CARRERA, 2007, p. 33; POSTONE, 2006, p. 61). Para que a mercadoria represente valor, ela tem que ser realizada por produtores com independência uns dos outros e para os outros. “Apenas produtos de trabalhos privados, separados e mutuamente independentes uns dos outros confrontam-se como mercadorias” (MARX, [1867] 2017, p. 120). Portanto, se no processo de produção de valores de uso houver vínculos diretos entre os produtores, esse produto não representará valor algum. Se não há vínculo de submissão nem de dependência pessoal entre os produtores o que teremos, como contrapartida necessária, será a liberdade do produtor de valores de uso.

Desse modo, a decisão a respeito de quê, de quando, de quanto e de como produzir com destino ao consumo alheio provê da vontade livre de toda sujeição social do produtor.

Visto por outro ângulo, cada produtor individualizado está impossibilitado de participar na organização do trabalho dos outros. O controle absoluto do produtor sobre seu trabalho tem, como contrapartida, a absoluta impossibilidade de organizar o trabalho alheio. Como cada um deles tem pleno controle sobre seu próprio processo de produção e ignorância em relação aos dos demais, depreende-se que se tem controle e domínio sobre os meios de produção. Ao mesmo tempo, como o produtor também está impossibilitado de acessar diretamente ao produto dos demais, o produto alheio é também propriedade privada dos outros.

Com isto, temos que o trabalho realizado de maneira privada e independente é o trabalho especificamente produtor de mercadorias. Assim, apenas produtos de trabalhos privados, separados e mutuamente independentes uns dos outros, se confrontam como mercadorias. (MARX, [1867] 2017, p. 120). O trabalho social na produção mercantil realiza-se de maneira privada e independente por produtores livres de laços pessoais. Portanto, a divisão social do trabalho mercantil medeia a troca dos produtos do trabalho individual. Neste sentido:

O caráter privado e independente com que se realiza o trabalho social é o que assinala a diferença específica que determina os valores de uso como mercadorias. As mercadorias têm valor e, portanto, valor de troca e preço, porque elas são materializações do trabalho humano abstrato socialmente necessário, realizado de maneira privada e independente. Dito de outro modo, o valor das mercadorias é o trabalho abstrato socialmente necessário realizado de maneira privada e independente que se gastou para produzi-las – ou seja, materializado nelas – que se apresenta como a capacidade que elas têm de se relacionar entre si como iguais na troca (IÑIGO CARRERA, 2007, p. 35, tradução nossa).

2.3.1.1 A forma valor da mercadoria

Neste apartado, abordaremos a expressão do conteúdo da mercadoria ou, em outras palavras, a forma necessária da manifestação do valor da mercadoria. As formas de se exprimir o valor das mercadorias no modo de produção capitalista serão tratadas nesta continuação como produto do desenvolvimento formal da relação de troca, considerando-se o correspondente ao desenvolvimento histórico da produção da vida humana (MARX, [1867] 2017, p. 150). Isto quer dizer que estamos diante de um tratamento sistemático das determinações mercantis que não é idêntico a uma análise histórica, estritamente diacrónica, de seu desenvolvimento. Esta diferenciação na análise científica marxiana, de caráter metodológica, reaparecerá no decorrer da exposição.

As mercadorias são úteis por suas características concretas, mas também são pela sua capacidade social de exprimir valor. Elas só podem manifestar sua condição de valor na relação com outras, isto é, o valor necessariamente se exprime como valor de troca. A mercadoria isolada, por ela mesma, é incapaz de manifestar valor. Em outras palavras, o valor da mercadoria exprime-se a partir da relação com outra mercadoria, em especial no seu aspecto qualitativo, quando atuar como equivalente desta – o que também implica dizer que o valor de uma mercadoria exprime-se do valor do seu uso comparado com outra mercadoria (MARX, [1867] 2017, p. 125). Com isto, o valor de uso torna-se expressão de sua antítese, ou seja, do valor. Desse modo, na relação de equivalência o trabalho concreto também se torna abstrato e o trabalho privado reveste a forma de diretamente social. Entretanto, a mercadoria que funciona como equivalente na relação não tem forma de expressar seu próprio valor.

Aquela expressão do valor na outra mercadoria sempre é por sua vez um *quantum*, uma quantidade determinada. Portanto, a forma valor não pode se limitar a exprimir valor pura e simplesmente, senão há de exprimir um valor quantitativamente determinado, uma quantidade de valor (MARX, [1867] 2017, p. 130).

Aquela mercadoria que atua de equivalente na relação prova a utilidade social daquele trabalho feito de maneira privada. Ao funcionar como equivalente na relação de troca, a mercadoria representa imediatamente trabalho social, apresentando uma propriedade oposta à sua condição de mercadoria. Na relação de câmbio como equivalente da outra, a mercadoria gera a aparência imediata de se mostrar como materialização concreta do trabalho social realizado privadamente (MARX, [1867] 2017, p. 125).

A relação desdobrada entre outras mercadorias demonstra que a troca está regulada pela magnitude de valor. Por sua vez, é possível identificar uma mercadoria especial que, por seus atributos específicos, ocupa esse lugar de representação de valor: o ouro. Ao exprimir valor fora de toda relação mercantil, o ouro logra o que nenhuma das mercadorias consegue fazer, transformando-se em mercadoria-dinheiro como representante geral do valor.

Ao trocar-se por dinheiro, as mercadorias expressam o fato de que são o produto de uma porção do trabalho social gastada de modo útil para o consumo social. (IÑIGO CARRERA, 2007, p. 42). Como representante do valor do mundo das mercadorias o ouro funciona como dinheiro, fato que nos permite distinguir o valor de troca do preço da mercadoria. O valor de troca é a expressão do valor de uma mercadoria em quantidades

de qualquer outra. O preço é a expressão de valor de qualquer mercadoria expressado em quantidades de dinheiro.

Resumindo, a análise sintética do desenvolvimento das determinações da mercadoria nos permite inferir que ela é um valor de uso. Todavia, a materialização do trabalho abstrato socialmente necessário e realizado de maneira privada expressa a capacidade social de relacionar-se com outros semelhantes na troca.

Mediante a transformação das mercadorias em dinheiro e do dinheiro em mercadorias, isto é, no processo de compra e venda que se realiza no mercado, estabelece-se a unidade geral da produção e o consumo sociais entre os produtores privados e independentes (IÑIGO CARRERA, 2007, p. 43, tradução nossa).

O mercado, ou o intercâmbio mercantil, é o modo em que os indivíduos livres resolvem a unidade da produção e o consumo social. É através de uma relação indireta, de uma relação entre coisas que se organiza a sociedade moderna. Uma sociedade de produtores privados que não tem controle direto sobre a produção e o consumo social.

2.3.1.2 A consciência mercantil

Os produtores de mercadorias são indivíduos livres, com consciência e vontade livres do domínio pessoal. Sendo plenamente independentes em sua condição de produtores, sua liberdade se traduz em um grau de interdependência social único na história social. Sempre, na história humana, o consumo de cada um dependeu da produção dos outros. No caso dos produtores mercantis, seu próprio consumo depende diretamente do consumo dos outros. De certo, para poder comprar as mercadorias destinadas a seu consumo, antes têm que ter vendido as suas próprias e, portanto, ter satisfeito uma necessidade do consumo social. A interdependência não é direta: é através da troca da mercadoria que cada sujeito afirma sua condição de indivíduo livre em relação aos outros (IÑIGO CARRERA, 2007, p. 55). A capacidade para conhecer qual trabalho privado é trabalho socialmente útil está vedada aos produtores privados antes da troca: é um atributo do objeto na relação de troca.

Todavia, o produtor isolado não deve produzir só um objeto socialmente útil, um valor de uso social. Deve produzir valor, o que implica uma relação social de caráter mais abrangente do que o simples uso social. Portanto:

[...] Não é, portanto, apenas um processo de produção de valores de uso, socialmente mediado pela forma de seu valor. É uma produção social de valores de uso que é governada pelo objeto imediato da produção de valor. Somente valores de uso sociais e, portanto, seres humanos são produzidos, desde que o valor seja produzido. (IÑIGO CARRERA, 2007, p. 57, tradução nossa).

Como é a mercadoria que detém a capacidade de se relacionar socialmente com as outras na troca, decerto o produtor termina virando um servente dela. Desse modo, o produtor livre encontra a sua vontade plenamente submetida às potências sociais do produto de seu trabalho. Assim, a consciência e a vontade livres do produtor de mercadorias são as formas em que se realiza a alienação da sua consciência e vontade como atributos da mercadoria (IÑIGO CARRERA, 2007). Quando atua como indivíduo livre produtor de mercadorias, ele age como produtor de valor e, portanto, como indivíduo alienado em sua mercadoria.

Para a organização do trabalho social, os sujeitos não se portam como pessoas, senão como personificações de suas mercadorias, uma vez que eles têm que agir necessariamente personificando a mercadoria. Desse modo, a mercadoria se coloca, frente ao seu produtor, como fetiche, como objeto inanimado ao qual a pessoa atribui poderes especiais como se estes fossem parte da natureza do objeto e não da ação voluntária do sujeito que os produz.

O indivíduo produtor de mercadorias costuma se identificar como naturalmente livre e, além disso, acredita que as mercadorias são intercambiáveis também por sua natureza.

O cérebro dos produtores privados reflete esse duplo caráter social de seus trabalhos privados apenas nas formas em que se manifestam no intercâmbio prático, na troca dos produtos: o caráter socialmente útil de seus trabalhos privados na forma em que o produto do trabalho tem de ser útil, e precisamente para outrem; o caráter social da igualdade dos trabalhos de diferentes tipos na forma do caráter de valor comum a essas coisas materialmente distintas, os produtos do trabalho.

Portanto, os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem. Por isso, na testa do valor não está escrito o que ele é. O valor converte, antes, todo produto do trabalho num hieróglifo social. Mais tarde, os homens tentam decifrar o sentido desse hieróglifo, desvelar o segredo de seu próprio produto social, pois a determinação dos objetos de uso como valores é seu produto social tanto quanto a linguagem. A descoberta científica tardia de que os produtos do trabalho, como valores, são meras expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção fez época na história do

desenvolvimento da humanidade, mas de modo algum elimina a aparência objetiva do caráter social do trabalho. O que é válido apenas para essa forma particular de produção, a produção de mercadorias – isto é, o fato de que o caráter especificamente social dos trabalhos privados, independentes entre si, consiste em sua igualdade como trabalho humano e assume a forma do caráter de valor dos produtos do trabalho –, continua a aparecer, para aqueles que se encontram no interior das relações de produção das mercadorias, como algo definitivo, mesmo depois daquela descoberta, do mesmo modo como a decomposição científica do ar em seus elementos deixou intacta a forma do ar como forma física corpórea. Do mesmo modo como, para a compreensão do valor em geral, é indispensável entendê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, é igualmente indispensável para a compreensão do mais-valor entendê-la como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado (MARX, [1867] 2017, p. 149).

O exame da mercadoria nos diz que é a forma mais simples da relação social geral da sociedade capitalista. Também diz que o valor dela exprime uma organização do trabalho específica que generaliza a mercadoria como relação social alienada. A mercadoria é, portanto, a forma objetivada da consciência alienada produzida pelas consciências livres dos produtores privados (IÑIGO CARRERA, 2007).

Aqui, analisamos a mercadoria redescobrimo o seu conteúdo essencial. Como ela se realiza no intercâmbio, para continuar redescobrimo algumas das determinações sociais da produção da vida humana no capitalismo, devemos analisar também a circulação das mercadorias.

2.3.2 *A circulação de mercadorias e o dinheiro*

No âmbito da circulação, os produtores aparecem como simples possuidores de mercadorias. Os produtores privados se relacionam entre si na troca de suas mercadorias. Ao personificar suas mercadorias⁵ na troca, os possuidores realizam algum tipo de atividade para que elas circulem e se realizem na venda. A relação indireta que se estabelece entre os indivíduos gera o contrato de compra e venda, no qual os indivíduos possuidores de mercadorias entram na circulação como personificações de suas mercadorias⁶. Para eles, a própria mercadoria é um não valor de uso. Do contrário, não as

5 Desde o ponto de vista da crítica da economia política as pessoas existem apenas como representantes das suas mercadorias, como personificação delas. “Mas aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes” (MARX, [1867] 2017, p. 80).

6 Vemos como o contrato jurídico emerge da relação mercantil e, portanto, a primeira aparição de necessidade de regulação estatal surge da necessidade dessas relações sociais. O hipotético contrato que os indivíduos estabelecem para conformar o Estado (HOBBS, [1651] 2003; LOCKE, [1690] 1994) aparece

levariam ao mercado. Todas as mercadorias são não valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não possuidores (MARX, [1867] 2017, p. 160). De fato, individualmente o possuidor de mercadorias quer aliená-las em troca de outros valores de uso para satisfazer suas necessidades.

Pela forma de se organizar a produção, o possuidor realiza seu trabalho sem vínculo com os outros. Ele se vincula socialmente somente ao trocar a sua mercadoria, no intercâmbio. Contudo, para que ele possa satisfazer suas necessidades consumindo valores de uso, primeiro o seu não valor de uso tem que ser valor de uso para os outros, satisfazendo uma necessidade social. Como efeito, este é um processo inerentemente social (MARX, [1867] 2017, p. 160). Como condição para satisfazer sua necessidade individual, o possuidor tem que ter satisfeito alguma necessidade social de modo indireto. Para poder comprar, é necessário antes ter vendido e, como toda venda é por sua vez uma compra, o possuidor reconhece o caráter social na troca com os outros.

A própria dinâmica do intercâmbio de mercadorias desdobra uma delas como equivalente geral (MARX, [1867] 2017, p. 161). Existe uma determinada mercadoria, um equivalente geral reconhecido como expressão substantivada do valor de troca, como dinheiro. Desse modo, os possuidores de mercadorias podem ver a suas próprias mercadorias como objetos portadores de valores de troca sem ter que travar relação com as outras mercadorias. A partir da existência desse equivalente geral todos sabem que sua mercadoria tem valor quando entrar em relação com o dinheiro. Desse modo, eles conseguem representar suas mercadorias como portadoras de valor no intercâmbio.

Da troca de mercadorias surge o ouro, como mercadoria específica que representa valor na mediação entre elas. Assim, da ação social da troca surge o equivalente universal, a forma dinheiro que não é mais que um reflexo das relações das outras mercadorias. Assim, o ouro aparece representando valor independentemente de seu valor de uso imediato.

O ouro apresenta dois valores de uso diferentes. Primeiro, como simples utilidade para o consumo social, ou seja, como anel cerimonial do compromisso dos namorados, como condutor de energia, etc. Esse uso formal também serve como representante de

aqui, em sua forma mais simples, emergindo da relação mercantil. Trataremos o assunto detidamente mais adiante quando o próprio desenvolvimento mercantil nos ponha de novo diante a necessidade da intervenção estatal com o padrão de preços. Pelo imediato podemos identificar nos acordos salariais as formas jurídicas da compra venda da força de trabalho. De todos os modos faltariam muitas mediações entre a determinação geral tratada e as leis trabalhistas e os acordos que serão analisados no segundo capítulo.

valor. Com a particularidade de que o movimento mediador que desdobra as mercadorias em mercadorias e dinheiro desaparece, deixando somente a aparência do seu resultado (MARX, [1867] 2017, p. 114).

Mas o dinheiro e as mercadorias são produtos do trabalho humano, não encontrando mais fundamento que na análise desse trabalho. “A dificuldade não está em compreender que dinheiro é mercadoria, mas em descobrir como, por quê e por quais meios a mercadoria é dinheiro (MARX, [1867] 2017, p. 167).

A produção de ouro está direcionada a satisfazer o processo de circulação. É por isso que aparece a necessidade de expor sobre o ouro na análise do intercâmbio mercantil. Desse modo, a produção de ouro não adiciona utilidade ao processo de metabolismo da vida humana, mas, pelo contrário, subtrai-lhe forças. O ouro é um trabalho destinado à circulação pela forma de organizar a produção social de maneira privada e tornar-se necessário à forma indireta da produção social. O fato social que explica como uma mercadoria consegue ocupar esse lugar provém da própria troca de mercadorias. Pelas características que assume o ouro, que encarna poder social, não pode recair nas pessoas a determinação desse movimento de escolha. Há que se remontar à origem histórica da mercadoria⁷ para entendermos o desenvolvimento do dinheiro como representante do valor⁸. O processo histórico humano resolve a questão da designação do privilégio de produzir o equivalente geral representante de valor na sociedade.

Historicamente, o dinheiro aparece antes do modo de produção capitalista, mas surge depois da produção de mercadorias,⁹ acompanhando o seu desenvolvimento. O modo de produção capitalista transforma a mercadoria na forma geral do produto do trabalho social. Nessa gênese histórica, de mais de 50.000 anos de história humana,

7 Nesse momento do desenvolvimento da análise feita por Marx, abrem-se instigantes perguntas e debates que aqui não podemos desenvolver. Limitamo-nos a indicar que há uma corrente que segue o fundamento do dinheiro a partir da análise mercantil (FINE e LAPAVITSAS, 2000) e outra que destaca que o dinheiro tem uma natureza institucional diferente, essencialmente vinculada ao crédito (INGHAM, 2001). Também existe, neste ponto, um debate sobre o método utilizado por Marx. De fato, nesse momento da exposição Marx parece sair da análise sistemática que vem realizando para buscar no desenvolvimento histórico do dinheiro ou na gênese histórica da mercadoria o fundamento que supere a visão ahistórica dos contratualistas.

8 Passamos metodologicamente da história como resultado, quando analisamos a mercadoria, ao desenvolvimento histórico para encontrar fundamento ao dinheiro ouro. Marx não fez um desenvolvimento histórico concreto como fará no capítulo sobre a jornada de trabalho ou na chamada acumulação originária. Ele descreve a essência do desenvolvimento histórico concreto. Que por questões de espaço não faremos.

9 A produção de mercadorias por indivíduos livres reciprocamente independentes não corresponde a uma etapa histórica da humanidade, não existiu nunca como forma concreta humana (MARX, 2017, p. 223). Essa sociedade não pode existir em sua pureza, mas apenas no nível da abstração; as análises parecem indicar o contrário.

também acontece a separação dos meios de produção dos indivíduos, isto é, o surgimento da propriedade privada dos meios de produção. Essa determinação será analisada quando buscarmos a fonte de valorização do capital, sendo tratada agora, nesta síntese, como resultado histórico.

O dinheiro começa cumprindo uma função que vai se desdobrando de acordo ao desenvolvimento da circulação de mercadorias. Até aqui, o dinheiro representa trabalho social, tendo a capacidade para dispor do trabalho social. Se o possuidor vende, obterá um meio para ganhar qualquer valor de uso e satisfazer, assim, as suas necessidades. O dinheiro é imediatamente trocável por qualquer mercadoria, mas elas não são imediatamente trocáveis por dinheiro. Porém, o ouro só pode ser trocado em proporção a seu valor, ou seja, em relação à quantidade de trabalho que custa produzi-lo¹⁰. O produtor de ouro, como produz dinheiro sem necessidade de vender, pode comprar o que quiser privilegiadamente. Porém, isso não nega que o ouro vale o que custa produzi-lo. Há uma magnitude determinada de ouro pela necessidade social e o trabalho requerido ajusta-se a ela.

O ouro funciona como dinheiro porque serve para expressar o valor das mercadorias e, portanto, atua como medida geral do seu valor. Quando observamos o movimento mercantil, parece que o dinheiro é que movimenta as mercadorias. No entanto, é ouro que cumpre esse papel, já que o valor das mercadorias adquire necessariamente uma forma diferente de seu conteúdo (MARX, [1867] 2017, p. 169). O conteúdo de valor não pode se expressar imediatamente por si mesmo. O valor é trabalho que não se expressa em quantidades de trabalho: o caráter privado do trabalho impossibilita que o valor possa se expressar em quantidades de sua substância, uma vez que, necessariamente, tem que ter a forma de valor de troca, isto é, de dinheiro.

A expressão de valor de uma mercadoria em dinheiro é a forma “preço”, que expressa a necessidade de um equivalente geral reconhecido socialmente como representante do trabalho social.

2.3.2.1 O Estado como momento necessário da circulação mercantil

No desenvolvimento da mercadoria-dinheiro a necessidade de uma intervenção direta surge da própria necessidade de organização indireta da troca de mercadorias. Para

¹⁰ De qualquer valor de uso a sociedade necessita uma quantidade determinada e o ouro não é a exceção.

que o dinheiro possa cumprir sua função de ser representante de valor, de ser medida de valor, tem que se exprimir através de um padrão de preços (MARX, [1867] 2017, p. 172). A equivalência é espontânea na troca, de forma que a própria troca faça com que as mercadorias se troquem pelo seu valor. O padrão de preços, por sua vez, é universal e externo aos conteúdos de valor, necessitando estabelecer-se de maneira exterior ao próprio movimento da troca das mercadorias. A regulação indireta da troca das mercadorias impõe a necessidade de uma regulação direta, uma relação jurídica que fixe um padrão de preços. Tal disposição corresponde à unidade geral do metabolismo da vida humana ou aos âmbitos restritos desse processo de metabolismo social, ou seja, os estados nacionais.

O fundamental para nós é que, seguindo a análise mercantil feita por Marx ([1867] 2017), pode-se conceber que, por um lado, não existe troca de mercadorias ou mercado e, por outro, o Estado. Eles não são opostos nem exteriores entre si. O Estado é a forma política da troca das mercadorias que impõe a existência do padrão de preços. Nessa relação objetivada, o Estado determina o padrão de preços. Essa concepção da produção social é possível na medida em que buscamos explicar a consciência pela unidade do metabolismo social, ou seja, pela forma em que se organiza a sociedade, e não compreendendo essa unidade a partir de uma determinada consciência (MARX e ENGELS, [1933] 2014).

O Estado aparece ao estabelecer uma relação jurídica que emana da troca de mercadorias, apresentando a situação paradoxal, na análise feita até aqui, de que há uma entidade anterior à produção mercantil. No início da análise sintética da mercadoria essa possibilidade não aparecia, mas agora vai emergindo a necessidade da existência do Estado¹¹. A cidadania aparece como o reconhecimento recíproco dos possuidores de mercadorias em sua determinação mais simples. Portanto, esta é uma necessidade das

¹¹ Estamos reconhecendo o Estado como momento necessário do processo de circulação. Seguindo na mesma linha, iremos reconhecê-lo em diferentes momentos da produção social. Assim como ele já apareceu como necessário na regulamentação dos contratos do intercâmbio, no item 2.3.2, agora vemo-lo emergir diante da necessidade de estabelecer um padrão de preços. Em seguida, aparecerá na circulação da moeda, na produção de mais-valia e assim por diante. Isto significa que o Estado aparece como o representante direto do capital como sujeito da produção, no sentido de que representa os interesses imediatos do processo em sua unidade, função que os representantes individuais, capitalistas e operários não podem fazer, pelo caráter privado da organização do trabalho social. Todas as vezes que se supõe a existência dessa unidade que excede os indivíduos livres e independentes, seja como produtores, possuidores etc., evidencia-se a necessidade do Estado como representante geral do capital. O problema, ao seguir a exposição de *O Capital*, é que enquanto o capital não se desenvolve plenamente como o sujeito concreto da produção social, o Estado estará sempre adiantando-se a ele no processo da reprodução, obrigando-nos a supor condições que ainda não estão desenvolvidas, pois, efetivamente, a manifestação concreta aparece antes que a possibilidade de fundamentar seu conteúdo.

personificações que aparece ideologicamente como relações entre pessoas. O requisito da cidadania é dado pelo sangue ou pelo pertencimento a um determinado espaço e aparece como natural. Porém, os cidadãos são livres somente quando têm a capacidade de comprar e vender suas mercadorias, fato que requer um penoso e extenso processo histórico para acontecer.

O Estado designa um nome monetário que representa valor e que, por sua vez, é respaldado em uma determinada quantidade de ouro. Desse modo, a relação de troca das mercadorias se desenvolve através desses nomes monetários. O dinheiro agora também cumpre a função de contabilizar: dinheiro aritmético que serve para comparar diferentes magnitudes de valor. Acontece que paulatinamente vai se apagando todo o conteúdo de valor desses nomes. “Uma onça de ouro”, por exemplo, surge como expressão de valor que, na imediatez de seu nome, nada tem a ver com quantidades de trabalho, impossibilitando o reconhecimento de seu conteúdo à simples vista.

O movimento da circulação continua desdobrando o contraste entre mercadoria e dinheiro, mas eles sempre serão dois polos confrontados que emanam da sua unidade mercantil. Esta é, por assim dizer, a diferenciação que a própria mercadoria engendra em si mesma. Por isso, no movimento da circulação a mercadoria aparece, à primeira vista, como encarnação do valor de uso e o dinheiro aparece como não tendo mais valor de uso, quer seja como encarnação do valor de troca, quer seja como na universalidade da forma relativa do valor.

Agora que já redescobrimos as funções do dinheiro como medida do valor¹² podemos entrar nos meandros do processo efetivo de troca. Nessa realização, o dinheiro aparece como meio de circulação. Analisaremos os possuidores de mercadorias exercendo efetivamente o momento de sua relação social, que é durante o processo de troca.

2.3.2.2 Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria. M–D–M

Ao analisar o processo de troca, observaremos a unidade do movimento mercantil como exercício imediato da circulação da relação social geral. Ao circular as mercadorias mudam de forma, em um processo de metamorfose: Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria – M–D–M. Nossa análise tem como pressuposto o fato de que a realização das

¹² Seu valor de uso aqui é irrelevante.

mercadorias é idêntica em forma e conteúdo. Isto quer dizer que, na análise, supõe-se que a venda das mercadorias se realiza por seu valor.

Destrinchando analiticamente essa mudança de forma, o primeiro passo observado é o processo de conversão de mercadoria em dinheiro, que não é outra coisa que o processo de venda. A circulação gera a aparência de que o dinheiro simplesmente serve de intermediário das mercadorias, ocultando-se o fato de que a função do dinheiro não é simplesmente facilitar a troca entre valores de uso, mas também a de representar o trabalho social.

Por sua vez, com a circulação fluindo, começa a se acrescentar o momento de saber se a mercadoria efetivamente é mercadoria¹³. Se ela não se realizar na venda, o fracasso não corresponderá a ela, senão ao seu possuidor, descobrindo *post festum* que havia um produto que não se efetivou como mercadoria. O ciclo finaliza quando a mercadoria que fecha o processo sai da circulação, entrando na esfera do consumo e passando ao consumo individual ou produtivo.

Desde o ponto de vista da unidade da circulação e o consumo social, aparece a possibilidade de que algumas mercadorias estejam produzidas em excesso ou defeito da necessidade social, além de que todas elas sejam produtos do trabalho socialmente necessários. Situação que afeta o valor de uso dessas mercadorias, uma vez que se dispensa, nessas circunstâncias, um tempo de trabalho que era socialmente inútil.

Se há excesso de mercadorias à necessidade solvente, estas serão vendidas abaixo de seu valor. Se, por outro lado, faltam mercadorias, a necessidade social diminuirá e, portanto, haverá aumento do preço em relação ao seu valor. O resultado é que todo o trabalho social entra no consumo social, mas alguns põem mais do que recebem e vice-versa. As mercadorias competem entre si no processo de circulação e esses intercâmbios de equivalentes apresentam um constante desvio da norma. Na média do movimento, as mercadorias são vendidas pelo seu valor, mas nos casos concretos sempre há desvios e uma flutuação constante do valor (MARX, [1867] 2017, p. 177). A mediação do dinheiro permite, na troca, a vinculação de não iguais, mas não tem a ver com a quantidade disponível do dinheiro. Existe uma capacidade limitada para comprar mercadorias independentemente da quantidade de dinheiro.

13 Para fins de simplificar a exposição, usamos o termo “mercadorias” independente do fato de elas se realizarem ou não como tal.

2.3.2.3 *Antagonismo entre vendedor e comprador*

O vendedor quer vender o mais caro possível. Entretanto, o comprador busca sempre baratear sua compra. A relação “vendedor versus comprador” é de antagonismo recíproco e, neste confronto, o valor das mercadorias se realiza.

Também o vínculo entre vendedores de mercadorias da mesma qualidade apresenta um caráter antagônico. Se existem muitos que vendem o mesmo, o indivíduo não vai poder vender a mercadoria pelo seu valor, tendo que vender por valor inferior. Portanto, haverá melhores possibilidades individuais quanto menos vendedores da mesma mercadoria houver. Ao possibilitar flutuações do valor, essa relação de competição que aparece acompanhando o preço das mercadorias não se esgota nesse ponto: a relação antagônica entre os vendedores é universal (MARX, [1867] 2017, p. 209). As formas de competição variam produzindo o mesmo valor de uso ou buscando produzir substitutos e complementários. No entanto, a competição de caráter geral ainda persiste.

Todas as relações de competição são de caráter antagônico, tanto entre vendedores como entre opostos. Destaquemos que, para descobrir o caráter antagônico da competição, não precisamos ultrapassar a análise dos possuidores de mercadorias. Como as variações na produção afetam necessariamente os demais, temos, entre possuidores, relações puramente antagônicas. O metabolismo social está unido indiretamente e daí emerge tal antagonismo. Dito de outro modo, estamos diante do caráter antagônico da relação social geral¹⁴ no modo de produção capitalista em sua determinação real mais abstrata. Veremos como essa competição antagônica se desenvolve na participação de outras determinações na construção da CSP no segundo capítulo.

2.3.2.4 *A unidade da produção social a partir do ciclo M–D–M*

Voltando à análise da metamorfose das mercadorias, notamos que se desenvolve um duplo processo de desdobramento. Por um lado, o dinheiro vai aparecendo em seu movimento afirmando-se como representante do trabalho social na venda. Por outro lado, perde-se de vista o conteúdo material do processo. Este processo dá a impressão de que tudo passa pelo movimento do dinheiro, que abre a segunda fase – a compra – e que é,

¹⁴ A relação social geral até aqui é a compra-venda de mercadorias é o dinheiro (MARX, [1867] 2017, p. 153). Ver nota de rodapé 25 sobre a relação social geral capitalista.

por sua vez, o mesmo aspecto contrário do primeiro processo. O dinheiro aparece aqui reconhecendo qualquer produto do trabalho como produto do trabalho social.

Do ponto de vista da divisão do trabalho, o indivíduo produtor comumente gera um valor de uso, mas como consumidor requer vários deles. Isso significa que o fechamento da metamorfose M-D-M, na verdade, impulsiona a abertura de outras múltiplas metamorfoses. Nesta linha, pode-se dizer que a compra e a venda são as duas caras do mesmo processo. “Toda venda é compra”, afirma Quesnay ([1846] 1996), e os indivíduos como personificações passam constantemente de um polo ao seu contrário (MARX, [1867] 2017, p. 187).

O ciclo M–D–M inicia-se com um não valor de uso e finaliza-se com um valor de uso para o possuidor. A unidade analisada é a circulação das mercadorias, uma unidade entre a produção e o consumo social. Neste movimento, o dinheiro é passivo e as mercadorias são ativas. Portanto, são elas que se separam de uma mercadoria específica para que esta funcione como dinheiro. Só que esse movimento parece, nas formas concretas, invertido, causando a impressão de que o dinheiro é que teria o poder de movimentá-las (MARX, [1867] 2017, 183).

Quando iniciamos a análise da mercadoria, não assumimos nenhuma unidade na organização do processo de metabolismo social. Encontramo-nos com a primeira manifestação do movimento unificador das mercadorias quando problematizamos a relação entre a produção deficitária ou em excesso e o tamanho da necessidade social solvente¹⁵. Porém, as mercadorias movimentam-se juntas, já não aparecendo mais isoladas, isto é, movimentando-se independentes umas das outras¹⁶.

O passo seguinte é dar conta do fato de que o ouro entra na circulação pelo seu próprio processo de produção. Quando a mercadoria transformou-se em dinheiro, reconheceu no ouro a representação em dinheiro real. Quando se olha para esse dinheiro, perde-se a possibilidade de reconhecer a sua origem enquanto forma, uma vez que essa operação apaga toda a determinação particular do dinheiro como valor de uso, ainda que o valor de uso que esteja transitando na metamorfose seja, nesse ponto, o dinheiro. Portanto, nesse movimento, as mercadorias abandonam sua condição concreta de valores de uso para transformar-se em dinheiro.

15 Apartado 2.3.2. sob o título Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria, M–D–M.

16 Para descobrir a unidade tivemos que começar pela forma concreta que aparentava ausência de unidade. A forma caótica em que se apresentam as relações sociais parece eliminar o conteúdo unitário, algo que talvez possa acrescentar a suposição da falta de unidade em algumas correntes de pensamento.

O seguinte passo da metamorfose da mercadoria é o processo de converter o dinheiro em uma mercadoria particular: o processo de compra. Parece que nesse movimento de compra as mercadorias seriam equivalentes especiais que não representam trabalho social. Na realização da segunda metamorfose, o dinheiro aparece tendo a capacidade de reconhecer o trabalho socialmente útil e as mercadorias seriam as encarregadas de atrair o dinheiro.

O que inicialmente parece apenas uma diferença formal entre a venda e a compra, permite-nos analisar a unidade do metabolismo social. Normalmente, o vendedor vai vender um tipo de mercadorias e vai comprar uma diversidade de valores de uso. Esse ciclo, que começa com uma mercadoria específica, abre-se para a multiplicidade de mercadorias através da compra. São dois polos, antes imediatos, que, com a mediação do dinheiro, vão se afastando paulatinamente. Por isso, temos o possuidor de mercadorias como vendedor e como comprador em momentos claramente diferenciados, personificando cada um dos passos necessários de sua mercadoria.

O processo de circulação de mercadorias não é simplesmente um intercâmbio direto de produtos. Nele, o dinheiro é sempre o intermediário. Essa mediação permite a separação temporal e espacial dos polos da relação de troca, a compra-venda. Por essa mesma separação, vai se produzindo a aparência de que a circulação tem movimento próprio, autonomia e independência.

A unidade completa do ciclo de realização da mercadoria engloba, além do consumo produtivo, a circulação, que efetiva a compra e a venda e, por último, o consumo individual. Do ponto de vista dos possuidores de mercadorias, parece não existir dependência social. No entanto, quando se vai ao mercado, vêm à luz a interdependência social, a unidade da produção, a circulação e o consumo¹⁷. Na unidade do processo social, todo o tempo há desajustes, porque na organização indireta sempre sobram e/ou faltam mercadorias. Por isso a reprodução é sempre defeituosa, pois o mercado é que designa automaticamente os recursos materiais.

Por outra parte, no desenvolvimento do intercâmbio, perde-se a imediatez na unidade entre compra e venda ainda que, como vimos, toda venda seja ao mesmo tempo uma compra. Isto quer dizer que não necessariamente a cada venda lhe siga

¹⁷ Na análise de Marx ([1867] 2017), a unidade do processo social, aparece na circulação das mercadorias, pois é onde ela se manifesta. Isso não significa que tal unidade se realiza plena e exclusivamente na circulação: a unidade nasce no momento da produção e se manifesta na circulação (IÑIGO CARRERA, 2007).

indefetivelmente uma compra. Para poder comprar valores de uso, o possuidor tem que ter vendido, mas nem sempre vai comprar graças às características do dinheiro.

Quando iniciamos nossa análise, tínhamos que as mercadorias só podiam ser trocadas se o tempo de trabalho socialmente necessário envolvido em sua produção fosse o mesmo. Isso assumiu depois a forma concreta do seu contrário, uma vez que as mercadorias podem ser vendidas por valores superiores ou inferiores ao seu próprio valor. A unidade do processo social ou reprodução social, em determinado desenvolvimento histórico, vai-se dividindo em dois movimentos antitéticos que paulatinamente vão se divorciando: a produção e o consumo. As crises do modo de produção capitalista podem ser identificadas a partir do alto grau de afastamento dos extremos da produção e do consumo, que afeta e interrompe o próprio movimento que unifica esses polos, ficando a cargo da violência o seu restabelecimento. A simples troca de mercadorias abre a possibilidade da crise, ainda que as crises capitalistas evidentemente não se esgotem nesta determinação¹⁸.

Voltemos ao análises do movimento do dinheiro na circulação. Se prescindirmos do conteúdo do movimento, isto é, dos valores de uso de cada extremo, fica um movimento cíclico na mudança de formas. Há uma pura mudança formal que sempre está afetando as mercadorias, embora o dinheiro apareça fixo. De fato o dinheiro vai afastando-se do ponto pelo qual entrou na circulação. Nesse movimento constante o dinheiro funciona como meio de compra realizando o preço das mercadorias (MARX [1867] 2017, p. 188) e gerando a mudança de possuidor dela.

O curso do dinheiro parece inverter as determinações da mercadoria. Não obstante, a trocabilidade não é uma propriedade do dinheiro. Este, na verdade, reflete passivamente o movimento das mercadorias. Isso porque, enquanto as mercadorias entram e saem, o dinheiro sempre fica, dando a aparência de que é ele quem movimenta as mercadorias, e não o contrário.

Como o dinheiro se fixa na circulação, corresponde à nossa abordagem determinar quanto dinheiro cabe na circulação. Marx ([1867] 2017) realiza uma análise da relação de magnitudes sob a forma de um modelo que determine a quantidade de dinheiro que entra em determinado âmbito. Esse âmbito é tanto espacial – um país, por exemplo – como temporal – dias, meses, anos. Para a melhor compreensão do modelo, adiciona-se o suposto de que as mercadorias se vendem pelo seu valor, estipulando, como condição,

¹⁸ Nas considerações finais analisaremos brevemente a questão da implantação da CSP à luz da crise atual de superprodução mundial de aço.

que não há mudanças na produção de dinheiro, nem das mercadorias. De sua análise de magnitudes resulta uma fórmula: a somatória dos preços das mercadorias dividida pelo número da rotação da moeda representativa de igual valor é igual à massa de dinheiro que funciona como meio de circulação (idem, p. 195).

2.3.2.5 *O dinheiro como moeda*

Quando se finaliza a análise da magnitude na determinação do quanto o dinheiro funciona como meio de circulação, temos a função do dinheiro como moeda (MARX, [1867] 2017, p. 198), ou seja, certa quantidade de ouro nomeado que atua como moeda. Na sociedade dos indivíduos que se relacionam por meio do intercâmbio, se requer a intervenção direta do Estado acunhando e nomeando a moeda. O ouro, na unidade mundial,¹⁹ toma formas nacionais. Isto é, quando participa nos âmbitos nacionais, desprende-se em forma de moeda. A unidade genérica é o mercado mundial e as formas concretas são os mercados nacionais. Alguns autores marxistas consideram os âmbitos nacionais como a unidade primária, derivando-se dela a unidade mundial (MARINI, [1973] 2008; PRADO JÚNIOR, [1933] 1963, [1942] 1987, [1966] 1999). Efetivamente nos âmbitos nacionais específicos o dinheiro ganha nome de moeda nacional e deriva sua figura como moeda (MARX, [1867] 2017, p. 198).

O ouro tem um conteúdo de valor de plena correspondência quando está em lingotes. Nessa forma, um quilo de ouro encerra um quilo de ouro de valor. Quando passamos do mercado mundial ao nacional, entramos em um processo no qual o conteúdo real de ouro se afasta de sua nomeação em dinheiro. A separação emana do próprio movimento do dinheiro na circulação nacional. As moedas de ouro sofrem um lento desgaste à circular, gerando um paulatino afastamento do nome a respeito do conteúdo efetivo (MARX, [1867] 2017, p. 199). Portanto, o nome do dinheiro começa a se separar da quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário, de produção privada e independente do que diz conter. Em determinado momento, o dinheiro representa uma quantidade de valor que, em rigor, é menor. Alcançado determinado nível de desgaste, a moeda de ouro sai da circulação e deixa de ser reconhecida pela sua capacidade de representar a quantidade de valor que diz ter. Primeiramente e, buscando evitar que se

¹⁹ Na atualidade, o ouro deixou de circular como dinheiro mundial, mas ele ainda é o representante do valor em escala global. Apesar do uso dominante da moeda dólar e do euro nas transações internacionais, em determinados momentos críticos o ouro demonstra a sua aptidão.

perca aquela massa de valor, o ouro é substituído por outros metais. A prata e o cobre são acunhados como moedas e apresentam um desgaste que atrapalha menos o valor. Gera-se, assim, uma proliferação de representantes que requerem estabelecer uma relação entre si na representação do valor. Desse modo, vai aparecendo a possibilidade de que algo que não tem valor atue como representante do valor (i, p. 199). O ouro formalmente é substituído na sua função de moeda pelo “papel moeda”: algo que simboliza valor sem conter valor. Efetivamente, o próprio papel algo de valor possui, mas seu nome como representação de valor nada tem a ver com o seu conteúdo. Essa possibilidade se realiza graças ao poder de emitir os bilhetes para a circulação como símbolo de valor. Novamente, a ação do Estado se deriva do desenvolvimento da circulação das mercadorias.

Até aqui o resumo do desenvolvimento formal da substituição de dinheiro ouro por signos de valor. A própria circulação requer o dinheiro simplesmente para que passe de mãos, portanto não importa, nessa função, se ele tem o não valor. Desse modo, a condição real de substituição é o curso forçoso, uma validade social gerada de forma direta pelo Estado.

2.3.2.6 O dinheiro vai se substantivando, entesouramento e crédito

No desenvolvimento da circulação, o dinheiro vai perdendo a estreita relação com o metabolismo de vida e paulatinamente ganha outras finalidades. Até aqui, o dinheiro funcionou na circulação mediando na realização do processo de metabolismo social. Nas funções que trataremos agora essa mediação inexistente e ganha como finalidade o próprio movimento da relação social geral e funções que não possuem relação direta com o conteúdo do processo do metabolismo social.

Sabemos que o dinheiro, entendido como mercancia, funciona como medida de valor. O papel, que guarda funções correspondentes às do ouro, pode funcionar como meio efetivo ou como símbolos na sua representação. Graças à intervenção direta do Estado, ele também é símbolo de valor como meio de circulação. Nesse movimento o dinheiro é a forma geral do valor, exprimido o valor de troca de todas as mercadorias.

Desde sua inicial função como meio de circulação, emergem outras novas funções. Vimos que o dinheiro a diferença das mercadorias permanece na circulação. Nesse movimento, existe a possibilidade da interrupção da venda seguida da compra. Alguém pode vender sem comprar buscando reter o dinheiro para si. O dinheiro pode

virar tesouro, pois é o símbolo da riqueza social. De vender para comprar passamos a vender para entesourar (MARX, [1867] 2017, p. 204). A vontade social de entesourar surge como uma nova forma da consciência vendedora, que vende para alcançar esse fim.

Marx ([1867] 2017) desenvolve uma explicação geral do processo de entesouramento na história humana. Em sociedades anteriores às do modo de produção capitalista, essa capacidade aparece dissolvendo as relações pessoais diretas (idem, p. 204). Com a produção mercantil, é definitivamente aberta a possibilidade de acumular abundantemente à capacidade de dispor, em qualquer momento, dos valores de uso. Observamos que do próprio movimento da circulação das mercadorias aparece a necessidade de reter o representante geral tirando-o da circulação para tê-lo como reserva.

Com o desenvolvimento mercantil, toda forma de relação social vai estar mediada pelo dinheiro. Tudo pode ser comprado e vendido. Além das mercadorias, tudo vai se mover como mercadoria (MARX, [1867] 2017, p. 205). Portanto, dispor de ouro é dispor de todo o poder social. Os que vendem sem comprar geram uma consciência que personifica essa relação social materializada. Reter o ouro é reter o representante do valor social. A cobiça por reter é a forma afetiva plena dessa personificação no entesourador.

O ouro como dinheiro é tratado, agora, a partir de sua capacidade de dispor do trabalho social realizado de maneira privada e independente. Desenvolve-se uma forma de apropriação da riqueza social na qual não intervém nenhum limite qualitativo. “Assim, a potência social, torna-se potência privada da pessoa privada” (MARX, [1867] 2017, p. 206). Por um lado, a riqueza social são os valores de uso que oferecem o limite material dado pela capacidade de consumo deles mesmos. A partir da função de entesouramento, encontramos-nos diante de algo que oferece apenas um limite quantitativo e que, como todo limite dessa natureza, vira uma questão condicionada ao poder e à capacidade de entesouramento.

Para entesourar, o vendedor passa, inicialmente, por uma diferença formal de vender para comprar, a vender para não comprar. Como entesourador, contudo, resulta ter uma determinação concreta diferente que o simples vendedor de mercadorias, porque o entesourador personifica uma relação social objetivada, uma potência social objetivada em dinheiro que não responde a uma necessidade das pessoas, mas a uma necessidade que provém da personificação do objeto.

O funcionamento do dinheiro como meio de circulação tem um objetivo que está fora do movimento mesmo porque tira as mercadorias dessa esfera levando-as à esfera do consumo. Nesse movimento, o indivíduo que vende tem que atuar personificando sua

mercadoria para satisfazer uma necessidade própria. Já o entesourador que vende para reter o dinheiro não satisfaz nenhuma necessidade pessoal. Na função do dinheiro como entesourador predomina a abstinência da satisfação pessoal. Essa atitude não permite ao vendedor que entesoura afirmar-se como tal no processo de trabalho. De fato, se o entesourador quer comprar mercadorias, ele precisa deixar de funcionar como entesourador.

Considerando que o dinheiro entesourado atua como pura personificação, encontramos-nos diante de um momento especial: o objeto da produção era, até aqui, mediado pela produção de valor, produzia valores de uso e, portanto, seres humanos. Sob a condição de produzir valor, produzem-se valores de uso para satisfazer necessidades humanas e reproduzir a sociedade. No entanto, o objeto, agora, não é a produção de valores de uso, mas a própria relação social geral, o dinheiro em si mesmo. Por mais que isso pareça uma interrupção do movimento da circulação, trata-se da plena realização da produção social. Sem limitações qualitativas, pode-se sempre ir além do já entesourado. Todo limite quantitativo serve para demonstrar que, no entanto, é possível obter mais. Portanto, o entesourador buscará vender para entesourar ilimitadamente. O possuidor tem que trabalhar muito, economizar muito, e ser avarento (MARX, [1867] 2017, p. 207), vender muito e comprar pouco: esse é o compêndio da economia do entesourador²⁰.

Essa determinação particular do tesouro não está desvinculada da função do dinheiro como meio de circulação. O tesouro ocupa um papel fundamental no próprio desenvolvimento do intercâmbio mercantil. Para que as mercadorias fluam sem transtornos, é necessário ter uma reserva de dinheiro da qual retirar, quando faltar, e onde depositar quando sobrar. Portanto, a necessidade do tesouro dimana da circulação das mercadorias. Ela não brota deliberadamente da consciência do entesourador, e tampouco dimana pela capacidade de representar a riqueza geral da social. O tesouro é uma necessidade específica da unidade da circulação e, portanto, surge para contribuir com o fluxo da circulação, como tesouro geral. O Estado aparece, mais uma vez, controlando a circulação das mercadorias ao conformar e regular o tesouro nacional²¹.

²⁰ Quando o tesouro se desenvolve surge uma forma artística, contrária em aparência. Coisas feitas em ouro e prata são atesouradas, valores de uso santuários que, na realidade, escondem a forma do tesouro (MARX, [1867] 2017, p. 207). Nos momentos de convulsão social, quando é preciso injetar dinheiro na circulação, a fundição desses objetos imprime suas consequências.

²¹ Na atualidade, os tesouros nacionais estão conformados, em grande parte, por meios de pagamento, promessas de pagamento ou títulos.

O dinheiro sai de circulação quando é entesourado, mas no seu uso como reserva, o dinheiro volta a circular segundo as necessidades do intercâmbio. Nesse seu retorno à circulação, ele recobra a função de forma de pagamento (MARX, [1867] 2017, p. 208). Temos outra defasagem de caráter cronológico entre a venda e a compra, mas sem interrupção da venda. Gera-se uma inversão da ordem do movimento que viemos analisando, pois abre-se a possibilidade de que alguém venda sem que a contraparte tenha o que quer para comprar. Um comprador, ainda que sem dinheiro para comprar, realiza uma compra. A partir daí esse comprador precisa vender para pagar. Comprou mercadorias e apropriou-se do valor de uso delas antes de pagá-las. Portanto, agora tem que vender para pagar.

Nesse movimento específico, em que há uma compra e depois há que se vender para pagar, o dinheiro termina se metamorfoseando e invertendo seu movimento inicial, onde havia que vender para poder pagar. De M-D-M, passa a D-M-D: de dinheiro como meio de pagamento, crédito ou compra a crédito, que “ultrapassa a esfera de circulação das mercadorias. Ele se torna, assim, a mercadoria universal dos contratos (MARX, [1867] 2017, p. 213)”.

2.3.2.7 Personificações econômicas que atrapalham as pessoas

As relações estabelecidas entre as personificações das mercadorias tinham, até aqui, uma duração limitada ao momento efetivo da transação. Esse vínculo efêmero implicava uma indiferença absoluta a respeito dos atributos de cada personificação. À pessoa que vende, só importa o dinheiro da outra, qualquer que seja o comprador. A partir do desenrolar da circulação, a análise de Marx ([1867] 2017) nos coloca diante uma relação direta particular que perdura no tempo, que vincula o vendedor como credor, com o comprador como devedor por determinado tempo. Desse modo, certos atributos da personificação começam a ganhar relevância. Como o vínculo permanece no tempo, para o credor é importante se o devedor é bom ou mal pagador, o que significa que alguns atributos do último passam a importar (idem, p. 208-209).

Como se observa, a ligação entre credor e devedor é mais conflitiva ainda que o antagonismo entre compradores e vendedores de mercadorias. Neste novo tipo de relação, o antagonismo perdura no tempo. O indivíduo que personifica o papel de devedor não tem nenhuma relação pessoal com o credor. No entanto, quando alguns atributos de sua pessoa começam a subjazer à sua relação com o credor, o invólucro de devedor já não é

simplesmente uma personificação, mas liga-se concretamente à pessoa do devedor, ao indivíduo por meio desses atributos significantes.

Em contraste com as relações de dependência pessoal - nas quais o indivíduo é servo por atributo pessoal tanto quanto o senhor o é -, no capitalismo ninguém é credor ou devedor devido a seus atributos pessoais. A compra-venda das mercadorias gera essas figuras, que são personificadas pelos indivíduos. Nesta relação, o indivíduo que desempenha um papel fixo como personificação não assumirá esse papel por seus atributos pessoais, mas será classificado por sua condição de personificação. O indivíduo é fixado em uma determinada figura da personificação a despeito de seus atributos pessoais. O indivíduo moderno fica classificado nessas categorias, como resultado das circunstâncias que o envolvem enquanto personificação. O sujeito vira credor porque, em determinada situação, mantém a compra sem efetivação imediata, enquanto outro adquire algo emprestado, virando devedor. Assim, a obrigação de render contas em dinheiro produz o fato de um sujeito converte-se em devedor sem importar se ele conseguirá ou não vender as suas próprias mercadorias. O próprio movimento mercantil nos mostra relações diretas entre as pessoas que antes não tinham possibilidades no intercâmbio. Mas o fundamental é frisar que a relação formada, em princípio, sem vínculos diretos, vai, no entanto, engendrando vínculos diretos entre personificações (IÑIGO CARRERA, 2003).

Por outra parte, interessa ao nosso estudo que, nesse momento do desenvolvimento, Marx faz a primeira referência à idéia de classes sociais:

A luta de classes no mundo antigo, por exemplo, apresenta-se fundamentalmente sob a forma de uma luta entre credores e devedores e conclui-se, em Roma, com a ruína do devedor plebeu, que é substituído pelo escravo. Na Idade Média, a luta tem fim com a derrocada do devedor feudal, que perde seu poder político juntamente com sua base econômica. Entretanto, a forma-dinheiro – e a relação entre credor e devedor possui a forma de uma relação monetária – reflete aqui apenas o antagonismo entre condições econômicas de existência mais profundas (MARX, [1867] 2017, p. 209).

Essa referência às classes sociais contrasta com a sua referência no *Manifesto Comunista* ([1848] 1998):

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito.

Nas primeiras épocas da História, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais (MARX, [1848] 1998, p. 37).

No *Manifesto Comunista*, a referência à luta é entre o senhor feudal e o servo. Na primeira alusão à luta de classes n' *O Capital*, encontramos que, no mundo feudal, ela é entre senhores credores e seus devedores. Uma luta entre estratos de proprietários e opressores diferente da expressão antagônica entre oprimidos e opressores. Destaca-se a potência da imagem política ao associar a história da humanidade com a história da luta de classes, reconhecendo que o *Manifesto Comunista* está fundamentalmente orientado para a agitação e a propaganda política. Porém, na comunidade primitiva, a forma de organização social onde o maior tempo do desenvolvimento da história humana transcorre (MARX e ENGELS, [1848] 2014), não encontramos uma diferenciação social capaz de dividir a sociedade em classes.

N' *O Capital*, a primeira referência que Marx faz às classes se relaciona à condição de personificação de credor e devedor no mundo antigo e feudal. Porventura, no entanto, vamos demonstrar que as classes são, em rigor, atributos peculiares do modo de produção capitalista, uma determinação própria desse modo de produção. Já no *Manifesto*, esta famosa afirmação possibilitou uma interpretação da luta de classes ensimesmada e auto-suficiente, pois aparece como criadora de subjetividades e do desenvolvimento humano. Gerando um entendimento, por definição, das classes sociais como portadoras da contradição fundamental do modo de produção capitalista e, portanto, a luta de classes como “motor” da história humana (ALTHUSSER, [1970] 2011; NEGRI, 2001). Trataremos a questão quando a própria análise sintética que estamos desenvolvendo nos leve a explicitar as determinações das classes sociais.

Voltemos aos últimos elementos da análise do dinheiro. Entesourar não é imediatamente dar a crédito, mas para se converter em credor tem que preexistir um tesouro. Por sua vez, com o dinheiro como meio de pagamento aparece a necessidade da reserva dos meios de pagamentos para assegurar a fluidez da circulação (MARX, [1867] 2017, p 210). Diminui o tesouro e aumentam os meios de pagamento surgindo modificações na quantidade de dinheiro que tem que circular para realizar o intercâmbio. A função crédito permite diminuir uma quantidade de dinheiro que se necessita ter como meio de circulação.

A necessidade do dinheiro como meio de pagamento emana do movimento da circulação mercantil, mas vai além de suas formas mais simples, como expressão da potência objetivadora do representante do valor. Já vimos que o dinheiro, como mediador, permite separar os momentos da produção e o consumo tanto temporal como espacialmente. A função do meio de pagamento aprofunda aquela separação e gera um passo a mais no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Há quem possa vender a compradores sem capacidade de compra. Portanto, quando a promessa de pagamento funciona, se multiplicam as possibilidades de expansão da produção social. Se se quebra a promessa de pagamento, o movimento se interrompe. De novo, temos a determinação da crise imanente, mas agora em sua forma de dívida.

A separação dos polos que já vinha se desenvolvendo, agora se torna mais aguda. Em razão da fluidez do movimento da circulação, o dinheiro ganha relevância e, quando começam as crises, o dinheiro deixa de funcionar na circulação. Quando as promessas de pagamento vencem sem a efetivação do pagamento, imediatamente fica evidente a falta de dinheiro na circulação.

O vendedor que efetivou a venda por crédito vai e compra por crédito também. Esse movimento pode continuar sem evidenciar a efetiva demanda solvente, afastando-se cada vez mais a resolução da unidade compra-venda: o crédito multiplica essa possibilidade. As crises são possibilitadas nessa função do dinheiro, que permite vender e não comprar sem completar o ciclo. Com a função do meio de pagamento, ou seja, a compra mediante promessas de pagamento, a situação amplia-se no que diz respeito às possibilidades das crises. Pode acontecer que, em determinado momento, ninguém consiga fazer a conversão em dinheiro, e mercadorias que pareciam ter-se realizado manifestam o contrário.

A síntese da análise feita até aqui²² não é mais do que o desenvolvimento da contradição entre valor de uso e valor da mercadoria. É a forma mercantil de organização da vida produtiva que gera as crises. Se fossem vínculos entre valores de uso, a crise poderia surgir de condições externas, mas a produção de valor mediada pelos valores de

²² Ficará fora de nossa análise outras funções que emergem do meio de pagamento, quer dizer, as diversas funções do crédito. Antes necessitaríamos explicar o juro e isso nos afastaria demasiado dos fins da pesquisa. Também nos poupamos do análise do dinheiro mundial que requer uma atualização substantiva do realizado por Marx ([1867] 2017, p. 215). Entendemos que decorrendo as funções do dinheiro até entesouramento e crédito conseguimos chegar ao capital sem ter que determos nessas funções que deixamos de lado.

uso internaliza a possibilidade dela. Diante da ausência de unidade imediata, a crise dimana do caráter privado em que se realiza o trabalho social (IÑIGO CARRERA, 2003).

2.3.3 *O capital*

Quando descrevemos as funções do dinheiro, tínhamos inicialmente uma função na qual o sujeito possuidor de mercadorias tem que produzir valor para obter dinheiro. Portanto, sob a condição de atuar corretamente na produção e na circulação como personificação da sua mercadoria, o possuidor consegue satisfazer suas necessidades pessoais. Quando passamos à função do dinheiro como entesouramento, vimos como desaparece toda a satisfação da necessidade pessoal. Aqui, o movimento do dinheiro deixa paulatinamente de satisfazer necessidades, porém cumpre a função de suportar as oscilações monetárias da circulação. Desse modo, o movimento do dinheiro vai ganhando forma sobre si mesmo. O entesourador atua negando suas necessidades como pessoa, para acumular a relação social; o indivíduo que atesoura se afirma somente na personificação. Na função do dinheiro como meio de pagamento, por sua vez, parece que o movimento retorna à expressão onde se satisfaz uma necessidade pessoal, mas quando aprofundamos nessa função o que encontramos é que a satisfação já foi realizada e o indivíduo fica atado à personificação das necessidades do meio de pagamento utilizado. O indivíduo endividado não tem outra opção senão produzir a relação social geral como principal objetivo, ou seja, tem que gerar dinheiro para pagar.

Paulatinamente nos damos conta que o objeto da produção não é a produção para satisfazer necessidades das pessoas na mediação do valor, mas produzir a relação social em si mesma. Entesourar passa então a servir para retirar da circulação a relação social geral. Com sua retirada de circulação, a relação social se conserva e fica latente para, quando quiser, dispor do produto do trabalho social. Já quando o dinheiro funciona como meio de pagamento, mantém a circulação fluindo e, por sua vez, deixa disponível o produto do trabalho social.

Pode parecer que as mudanças sociais analisadas dimanassem da vontade das pessoas ou das circunstâncias da troca, mas o objeto, negando as necessidades pessoais, se orienta à produção da relação social geral em si mesma. O dinheiro vira o movimento autônomo da relação social geral e ela se constitui em objeto da produção, deixando de ser apenas mediador da produção social. O objeto afasta-se da satisfação das necessidades sociais, a organização da vida humana perde a suas satisfações como fim imediato e

orienta-se à obtenção da capacidade de dispor do trabalho humano, a disposição da relação social geral mesma. Uma vez mais observa-se com o desenvolvimento das determinações da circulação das mercadorias e as funções do dinheiro o divórcio gerado entre o objetivo imediato e o conteúdo do processo da produção social (IÑIGO CARRERA, 2003).

No desenvolvimento da relação mercantil, o dinheiro aparece com a capacidade para dispor do produto do trabalho social feito de maneira privada e independente. A função do dinheiro como capital é a capacidade de dispor o trabalho da sociedade. Enquanto isso, o movimento do dinheiro que procura dinheiro – D-M-D – vai ativando e dispondo o trabalho humano. Porém o objeto imediato não limitasse em dispor desse trabalho se não na própria produção da capacidade para organizar esse trabalho da sociedade. A vida humana moderna se organiza e, portanto, se produz através deste objeto, o capital.

A circulação das mercadorias é o ponto do arranque do capital, ainda que na referência histórica o comércio mundial seja a origem do capital (MARX, [1867] 2017, p. 223), desde o ponto de vista que viemos desenvolvendo ele surge do movimento do dinheiro-mercadoria. Qualquer movimento do capital sempre aparece a partir do dinheiro. Marx (idem) analisa um capital individual²³ acompanhando o movimento formal das metamorfoses²⁴, contrastando o dinheiro como meio de circulação com o capital: M–D–M versus D–M–D. Prescindindo do conteúdo delas nos enfocamos nas suas mudanças de forma (idem, p. 224).

2.3.3.1 *M–D–M versus D–M–D*

No movimento do dinheiro como meio de circulação se vende para comprar, no capital se compra para vender. No primeiro caso, o ciclo está do lado da mercadoria; no segundo o ciclo está do lado do dinheiro. No movimento M–D–M, o objetivo do ciclo está na satisfação de necessidades pessoais. Trata-se, portanto, de um objetivo fora do ciclo. No movimento D–M–D, é como voltar ao ponto de partida, pois a causa do movimento do capital é necessariamente interna ao ciclo. Em última instância, como

²³ Nesse ponto, vemos como se mantêm as formas expositivas de Marx ([1867] 2017). Assim como o autor chega às determinações gerais da mercadoria a partir da análise de uma mercadoria individual, para analisar o capital, ele parte da análise de um capital individual.

²⁴ Metamorfose faz referência à mudança de forma das mercadorias na circulação mercantil (MARX [1867], 2017).

prescindimos das formas, é dinheiro pelo dinheiro mesmo. Portanto, o sentido de iniciar a representação da riqueza social para finalizar com a riqueza social não parece estar nesse movimento formal. Isso porque, na dinâmica $D-M-D$, o dinheiro se adianta e volta ao ponto inicial. No movimento formal não podemos identificar se há uma diferença quantitativa. Somente quando olharmos para o conteúdo do movimento é que importará a diferença de dinheiro.

2.3.3.2 $D-M-D'$

A forma completa do processo de circulação do capital considera a diferença de dinheiro que aparece ao final do ciclo $D-M-D'$, onde $D' = D + \Delta D$, uma quantia de dinheiro inicial mais um incremento (MARX, [1867] 2017, p. 227). Do ponto de vista do dinheiro, é simplesmente um acréscimo; como capital em movimento, aparece valorizando-se. Porém, a valorização do capital dimana da mesma função do dinheiro; da função como meio de compra emerge um conteúdo completamente distinto, de movimento incessante em constante reprodução. “O movimento do capital é, por isso, desmedido” (idem, p. 228). O capital se põe constantemente em circulação para multiplicar o seu valor, por oposição ao tesouro, quando se tira o dinheiro de circulação, buscando a preservação do valor.

Do movimento descrito acima, surge uma forma de organizar o metabolismo social que não tem por objeto imediato o metabolismo social em si, senão a própria produção da relação social geral, ou seja, a produção ampliada da capacidade de organizar o processo de vida humana. No movimento do dinheiro como capital, o objetivo imediato da capacidade de dispor do trabalho social é produzir essa capacidade ampliada.

O objetivo do movimento é uma diferença quantitativa, um mais-valor, ou seja, é valorizar o capital. O dinheiro, como capital, funciona multiplicando a si mesmo: satisfaz uma necessidade que lhe é própria, isto é, vira “sujeito automático do processo” (MARX, [1867] 2017, p. 230). Só se produzem valores de uso sob a condição de que se produza capital. Assim, como o produtor de mercadoria vira servo da sua mercadoria, o capitalista é servo do capital.

2.3.3.3 *O capital na circulação*

A circulação do capital nos coloca a contradição entre suas formas: a troca de equivalentes, por um lado, e por outro, um novo valor, seu resultado. Acontece que, na troca de equivalentes, emerge porventura uma diferença de magnitudes de valor. Marx ([1867] 2017) esgota expositivamente as possibilidades de resolução da contradição analisando-a a partir da esfera Da circulação. Metodologicamente, o autor propõe não sair do que conhecemos até aqui sobre a relação de troca: “A transformação do dinheiro em capital tem que ser explicada com base nas leis imanentes da troca de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes seja o ponto de partida” (idem, p. 241). São descartadas da explicação as situações de transferência de um mesmo valor na compra-venda por acima o abaixo do valor, pois a partir das oscilações da oferta e da demanda não se pode explicar o mais-valor. A valorização do capital junto às leis da circulação de mercadorias não parece ter lugar, porém aparece na circulação. (idem, p. 240). Assim que temos intercâmbio de equivalentes, retira-se mais-valor daquilo que é posto em circulação.

O capital sai da circulação com mais valor do que tinha ao entrar nela. É valor que se valoriza (MARX, [1867] 2017, p. 227). Do ponto de vista da circulação, é uma massa de valor que se multiplica sem nenhuma diferença qualitativa. Somente do ponto de vista da produção é que o capital apresenta diferenças qualitativas.

2.3.3.4 *O capitalista como personificação do capital*

O possuidor de dinheiro como capital é o capitalista (MARX, [1867] 2017, p. 229). A motivação do capital está na sua própria valorização e o capitalista personifica esse movimento. O sujeito do capital não é o capitalista, mas o capital mesmo. O dinheiro, como capital, gera uma necessidade objetiva que é personificada pela figura do capitalista. O que aparece como um empresário livre que domina seus movimentos econômicos resulta ser a personificação de uma relação social objetivada. O sujeito é o próprio capital que necessita que alguém o personifique. De fato, o movimento do dinheiro como capital é incessante e, cada vez que o capitalista atua como pessoa, ele contradiz a personificação como capitalista. Quando o capitalista se afirma como pessoa, interrompe-se o dinheiro como capital. Como pessoa, ele retira dinheiro do movimento do capital para satisfazer suas necessidades, contradizendo a necessidade do processo de valorização.

A personificação do capital que analisaremos mais detidamente no capítulo três difere desta determinação. Em rigor, é uma questão do próprio desenvolvimento histórico que foi substituindo à personificação do capital individual. A empresa POSCO e a Vale S.A., como todas as grandes empresas globais, não apresentam a figura do capitalista que comanda, administra e dirige a produção.

Portanto, na construção da CSP encontraremos indivíduos especializados que encarnam essas tarefas. Esses indivíduos são operários da empresa, mas personificam o comando da valorização da POSCO. Por sua vez, a obra não é realizada diretamente pela empresa. Para isso, existe um sistema de contratação de empresas menores e especializadas. Veremos no capítulo seguinte como a POSCO organiza um sistema de licitações por produto e tempo para efetivar as obras no canteiro. As empresas, conhecidas como subcontratadas, são relativamente pequenas e têm por objetivo valorizar seu pequeno capital, realizando as obras que ganham na concorrência com outras. Segundo o tamanho de cada uma, às vezes elas encarnam a figura do capitalista e, às vezes, atuam como grupos de profissionais e trabalhadores especializados que se auto-organizam sob a forma jurídica estipulada nas licitações. Trataremos detidamente sobre esse assunto quando analisarmos o processo de organização da construção da CSP no apartado 3.6.1

A seguir, para fins simplificadores da exposição, manteremos a figura do capitalista como Marx ([1867] 2017) a descreveu. Destaquemos, antes de voltar à análise da fonte de mais-valor, que o capital é a relação social geral da compra-venda de mercadorias se tornando, desse modo, a capacidade para organizar a produção social²⁵.

²⁵ Até aqui, viemos fazendo referência à relação social geral ao longo de nossa exposição sem, no entanto, explicar o que entendemos por essa expressão. A relação social geral é a relação que estabelecem os indivíduos de determinada sociedade para organizar a produção da vida social, a produção social. Os indivíduos estabelecem a relação social e entram nela apesar de sua vontade e de sua consciência acerca dela. O tipo de relação que se estabelece está determinado pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas, isto é, pelas capacidades que determinada sociedade tem para realizar a produção da sua vida. No modo de produção capitalista, a relação social é a organização do trabalho social que a sociedade necessita para reproduzir-se, tendo como base o trabalho privado, ou seja, sobre a base do trabalho de indivíduos que aparecem determinados como livres e independentes, e que se relacionam como tais. O trabalho social, no modo de produção capitalista, é realizado de forma privada e, portanto, por indivíduos livres e independentes uns dos outros. O vínculo que possibilita esse trabalho social aparece substantivado, materializado em um objeto alheio aos indivíduos. Por isso a mercadoria é a pauta de intercâmbio. A única forma de existência desses vínculos é através da materialização em um objeto alheio que media o intercâmbio. A mercadoria é esse objeto que porta, carrega, conduz e sustenta o trabalho social realizado de maneira privada. Porém, em seu desenvolvimento a mercadoria vai transformar-se em capital, fazendo com que a relação social esteja substantivada, objetivada no capital, que por sua vez vira objeto e fim da organização enquanto relação social alienada. Uma produção da vida social, do conjunto da sociedade, que tem com finalidade a valorização do capital, a acumulação do capital como forma que media a produção da sociedade.

2.3.3.5 *A fonte de mais-valor*

Vimos que a fonte de mais-valor implica uma troca de equivalentes onde as mercadorias realizam-se pelo seu valor. Portanto, o mais-valor não pode dimanar das determinações do valor como tais, senão das determinações dos valores de uso (MARX, [1867] 2017, p. 242). Tem que haver um valor de uso que se possa comprar como mercadoria e cujo uso produza um valor maior do que aquele que custa a sua compra. Sabemos que o valor é trabalho abstrato socialmente necessário produzido de maneira privada e independente. A fonte de valor é esse trabalho, a capacidade para trabalhar de maneira privada e independente. A força de trabalho é a soma de atributos físicos e morais, isto é, o conhecimento portado e desenvolvido pelos indivíduos na produção de valores de uso (idem, p. 242).

A multiplicação do valor torna possível que a capacidade de trabalho esteja disponível no mercado. Para que o trabalho apareça como mercadoria é necessário que o indivíduo não tenha laços de dependência pessoal, ou seja, que seja o proprietário privado de sua mercadoria força de trabalho.

O indivíduo livre tem direito a utilizar sua força de trabalho e necessita, para isso, de meios de produção. No entanto, os indivíduos estão separados das condições de produzir as mercadorias por conta própria, pois estão afastados dos meios para produzir. Portanto, para se reproduzir, precisam vender sua mercadoria força de trabalho e, desse modo, ter acesso aos meios de vida. O trabalhador é um indivíduo livre, não sujeito a nenhuma dependência pessoal e, ao mesmo tempo, está privado dos meios de produção. Uma dupla liberdade do trabalhador como condição para poder encontrá-lo disponível no mercado como mercadoria (MARX, [1867] 2017, p. 244).

No modo de produção capitalista, o trabalhador é livre em dois sentidos. O trabalhador assalariado é mais livre que o produtor independente de mercadorias e igualmente livre na relação com os outros na ausência de dependência pessoal. Já o produtor de mercadorias está ligado aos meios de produção exercendo sua liberdade junto a seus meios de produção. A liberdade do trabalhador, produto da história produtiva humana, nos proporciona elementos para vinculá-lo à história das forças produtivas humanas. O camponês e o artesão livre podem produzir, mas atados a seus meios de produção. Já o operário duplamente livre pode ser colocado no lugar de trabalho junto aos meios de produção que não são de sua propriedade, convertendo-se, graças a essa dupla liberdade, em portador de maiores potências produtivas do que se estivesse atado a

um meio de produção específico. Em outras palavras, o operário pode entrar em contato com diversos meios de produção e potencializar, assim, as forças produtivas humanas.

O capital tem a fortuna de se encontrar com a mercadoria força de trabalho disponível em abundância no mercado. Porém, não é uma condição natural que o trabalho privado possa ser comprado como mercadoria. Pelo contrário, isso é produto de um complexo e penoso processo histórico.

2.3.3.6 Determinação do valor da mercadoria força de trabalho

O valor da mercadoria força de trabalho custa, como qualquer outra mercadoria, o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário, realizado de maneira independente, que se requer para produzi-la. Quando o operário trabalha para si mesmo, gasta seu corpo para produzir seu próprio corpo, produto do trabalho especificamente individual e não social. Pelo contrário, as atividades dos familiares na manutenção do operário não formam parte do valor da mercadoria força de trabalho, pois são trabalhos produto de relações pessoas diretas. O único trabalho que entra como valor é o trabalho que produz os meios de vida, quer dizer mercadorias que o operário compra para satisfazer suas necessidades. Para produzir a força do trabalho do operário, necessita-se de um dispêndio de trabalho vivo. Se esse gasto é realizado de maneira privada e independente forma parte do valor da força de trabalho. A diferença que apresenta diante às outras mercadorias e que se produz num processo de consumo individual.

O valor da mercadoria força de trabalho tem uma determinação de caráter natural, biológico e, ao mesmo tempo, está dado pelo valor das mercadorias que consome. Quais e quantas mercadorias necessita a força de trabalho depende das condições históricas. Por exemplo, os dispêndios em educação são determinantes na constituição do valor da mercadoria força de trabalho junto ao valor dos meios de vida necessários que consome. A duração de formação escolar vem mudando com o transcurso do tempo e diferenciando-se segundo o tipo de trabalho que se requeira ou se pretenda realizar.

Atualmente, é necessário passar por um mínimo de formação escolar para trabalhar. Legalmente, esse nível médio está representado pela obrigatoriedade estatal da formação dos quatro até os dezessete anos de idade. Há ainda trabalhos que requerem menos força produtiva que a gerada pela formação legal. A subsistência mínima cumpre um rol fundamental numa grande parte dos trabalhos realizados no nordeste brasileiro. No concernente à construção da CSP, a esmagadora maioria dos trabalhadores tem

escolarização básica e só possui formação mais extensa em algumas profissões e categorias específicas. Esta situação se inverterá quando a CSP iniciar suas atividades produtivas. Contudo, esses dados serão analisados mais detidamente no segundo capítulo.

O limite do valor da mercadoria força de trabalho é o que faria falta para subsistir realizando seu trabalho em condições normais. Portanto, esse limite é a manutenção dos atributos produtivos materiais e morais que se requerem para realizar determinado trabalho. O limite pode ser a subsistência física, mas sempre vai depender do que se necessite produzir: é um limite orgânico respeito do movimento de capital. O indivíduo tem que estar em condições de trabalhar com os atributos que o capital demanda dele, devendo sustentar a reprodução de seus atributos pessoais e de outra geração. Sem entrar em um debate aprofundado sobre essa questão, esse é o nosso entendimento sobre o limite mínimo: se o indivíduo não pode reproduzir seus atributos produtivos, além de ter garantida sua reprodução biológica, não vai poder vender sua força de trabalho. Na atualidade, a profunda diferenciação dos operários gera que a mudança do limite segundo os atributos produtivos que tenham que ser sustentados (IÑIGO CARRERA, 2003).

Portanto, o valor da mercadoria força de trabalho remite a um consumo de valores de uso que permite a reprodução de determinados atributos produtivos do operário requeridos pelas formas materiais do processo de produção capitalista (CALIGARIS e STAROSTA, 2017). O operário tem que consumir os meios de vida que lhe permitam ter e manter sua força de trabalho. Como todo produtor de mercadorias, ele tem que usar os meios de produção que lhe permitam produzir à mercadoria que possua o valor de uso esperado pelo o capitalista. Neste caso, o valor de uso é o exercício do trabalho do operário para o capital.

Vimos, ao começar o capítulo, que o salário gera a aparência de que o operário vende trabalho e não força de trabalho. Porém, o operário nunca pode vender seu trabalho, o que ele pode vender é a sua força de trabalho. Isto porque no trabalho não há atributo comum para se relacionar com outra mercadoria. Diante o processo de compra-venda se evidencia, portanto, que o operário não pode estar vendendo seu trabalho (MARX, [1867] 2017, p. 248).

O capitalista inicia o movimento com o dinheiro comprando mercadorias como a própria força de trabalho vendida pelo operário. Em condições normais, a força de trabalho sempre se paga depois de realizado o trabalho. Se o pagamento fosse diário, por exemplo, o pagamento seria feito após a finalização da jornada. Portanto, o operário sempre gera um crédito ao capitalista (MARX, [1867] 2017, p. 249). Para os fins

expositivos, supõe-se sempre que o capitalista adianta o salário ao operário. Para o operário, o que acontece com o produto de seu trabalho é indiferente, já que não interessa a ele o produto final.

Na circulação, parece que na compra-venda de mercadorias impera a igualdade, pois há troca de equivalentes. Os indivíduos entram como personificações entre iguais: comprador e vendedor, capital e trabalho, possuidor de dinheiro e de força de trabalho. Também, junto à propriedade privada baseada –até aqui – no próprio trabalho, prevalece a liberdade dos operários e capitalistas. Por último, está a vinculação ao interesse pessoal que os vincula: Aqui, estamos no reino dos direitos do homem e o cidadão da Revolução Francesa: igualdade, liberdade, propriedade e o interesse pessoal. Todo o desenvolvimento que Marx ([1867] 2017) realizará a partir deste ponto vai negar essas aparências. Frisemos que essas quatro aparências da circulação (a liberdade, a igualdade, a propriedade privada e o interesse pessoal) não constituem um engano, uma ilusão. Elas são as formas concretas do movimento da circulação mercantil que fundamentam, inclusive, a juridicidade e legalidade dos Estados. A consciência também se reflete desse modo, aparecendo como se fosse pela própria natureza humana. Neste ponto, podemos encontrar ainda o fundamento do liberalismo, concebendo a harmonia geral da humanidade a partir das aparências da circulação de mercadorias.

Para analisar a apropriação do valor de uso da mercadoria força de trabalho há que sair da esfera da circulação e, como qualquer análise do valor de uso, ir para o consumo. Nesse caso, é na esfera de consumo produtivo, quer dizer, na esfera da produção, que se consomem mercadorias e, ao mesmo tempo, se produz a mais-valor. Entramos, portanto, no âmbito privado da produção capitalista (MARX, [1867] 2017, p. 251).

2.3.3.7 Processo de produção do capital

No processo de produção de capital se consome o valor de uso da força de trabalho que o operário põe em ação. Veremos como o capital produz e, portanto, se produz a si mesmo.

O operário vende a força de trabalho pelo seu valor e no consumo dela está sendo explorado (consumido) pelo capitalista. A força de trabalho pertence ao capitalista porque este a comprou. A exploração não implica necessariamente que o operário receba menos valor do que custa sua mercadoria. Na troca de equivalente, esconde-se a exploração do operário pelo capital.

Marx ([1867] 2017, p. 255) descreve primeiro a forma material genérica do processo de trabalho e depois passa à moderna forma social específica, na qual o capitalista aparece como proprietário de meios de produção e de força de trabalho. O capitalista organiza o processo de trabalho assegurando que o operário consuma sua força de trabalho²⁶ na produção mercantil. Desse modo, o operário está sob controle do capitalista, pertencendo-lhe pelo tempo que este o comprou. Ao pagar o trabalhador por determinado tempo, portanto, o capitalista dispõe do próprio trabalhador. Assim, o empresário põe em contato as forças de trabalho com os meios de produção, sendo que o resultado desse consumo produtivo é propriedade dele.

Nesta altura da exposição, dimana a negação da falta de controle do caráter social do trabalho privado surgindo mudanças nos atributos produtivos do operário como indivíduo livre. O capitalista controla o trabalho do operário aparecendo o trabalho do indivíduo livre controlado por outro indivíduo livre (MARX, [1867] 2017, p. 262). Agora resulta que, no modo de produção capitalista, há controle sobre um aspecto social do trabalho. Os indivíduos livres se caracterizam pela ausência de controle sobre o produto social do trabalho e a total independência sobre seu trabalho. Essa negação não falsifica o ponto de partida, pelo contrário, nos indica que só podíamos chegar ao entendimento do controle social partindo da ausência dele. Começa a aparecer, na análise sintética, o processo de socialização do trabalho privado (IÑIGO CARRERA, 2003) a partir da expansão do controle social do trabalho por parte do capitalista.

O capitalista livre controla ao operário duplamente livre. Efetivamente, o capital precisa desses atributos dos trabalhadores, por isso o capitalista deixará de comprar uma força de trabalho se ela não atuar como livre preservando os meios de produção. O trabalhador sofre uma mutilação do controle sobre seu trabalho individual, mas continua sendo um indivíduo livre a respeito do capitalista. O exercício como indivíduo livre consiste em vender sua força de trabalho perdendo parte do controle sobre seu trabalho individual. Isso acontece no processo de produção do capital no seu processo material de trabalho.

Como organizador material do trabalho, o capitalista compra mercadorias. A existência de meios de produção e trabalho vivo como mercadorias são condições da produção capitalista. O processo de trabalho capitalista consiste em pôr em relação e

²⁶ Já vimos no apartado 2.3.3. sob o título de “O capitalista como personificação do Capital” que, na atualidade, essa atividade é realizada nas grandes empresas por uma equipe especializada de empregados. Continuaremos tratando está questão em várias passagens da dissertação.

combinar as diferentes mercadorias compradas. Porém, para a personificação do capital, o valor de uso produzido não importa mais que como sustento material do valor. Tudo o que está em jogo na produção material é valorizar o valor. O capital, como sujeito que se relaciona com ele mesmo, é uma massa de valor que se valoriza e que se engendra a si mesmo como valor progressivo (MARX, [1867] 2017, p. 263). Desse modo, passamos a observar o processo de valorização.

2.3.3.8 *Processo de valorização do capital*

Já vimos que o movimento do capital se inicia com a compra dos meios de produção e a mercadoria força de trabalho. Marx ([1867] 2017, p. 267-270) supõe que produzir a força de trabalho do operário custa a metade jornada de trabalho²⁷. O valor diário da força de trabalho do operário está determinado pelo valor da cesta de valores de uso das mercadorias que o operário necessita consumir para ter essa força de trabalho em condições normais. Seguindo esse suposto, o produto de meia jornada de trabalho é igual ao valor da cesta de alimentos. Portanto, a cesta custa o valor de cinco horas de trabalho com uma jornada diária de dez horas, cujo valor se exprime, por exemplo, em cinquenta reais.

Suponhamos que o capitalista tem um capital de cinquenta reais com o qual ele compra uma mercadoria força de trabalho. Quando essa força de trabalho entrar na produção, ela se converte em trabalho vivo. Nessa transformação, se o operário trabalhar uma hora, durante esse tempo some a força de trabalho de uma hora: seu consumo vira trabalho vivo. O trabalho vivo não é idêntico à mercadoria força de trabalho. O consumo dela é a fonte de valor, mas ela não é, em si mesma, trabalho vivo. Ele é atividade criadora e, na medida em que começa a funcionar, vai se consumindo no processo de produção. Assim, essa força de trabalho some e deixa de existir, mas cria um novo valor. Se o operário trabalha uma hora, essa força se consume, mas como trabalho vivo produz uma nova mercadoria que foi materializada nessa hora de trabalho feito de maneira privada. Na primeira hora, o operário fez um novo valor de dez reais. É então que o capital que o capitalista investiu comprando força de trabalho vai sumindo, aparecendo um novo valor

²⁷ Esse suposto é importante para a análise que vai desenrolar-se imediatamente. A exposição do processo de valorização parará na metade jornada de trabalho, isto é, na parte da jornada em que o trabalhador produziu a própria força de trabalho como valor em seu desgaste (MARX, [1867] 2017, p. 267). Desse modo, antes de continuar a análise do que resta da jornada, Marx vai refletir o que acontece com o capitalista.

que antes não existia e que se materializa na nova mercadoria. Na segunda hora, acontece o mesmo. Até a quinta hora, teremos outra situação idêntica. Gastaram-se cinco horas, sumiram esses cinquenta reais de mercadoria força de trabalho. Porém, é no outro lado que temos um novo valor de cinquenta reais.

Marx ([1867] 2017, p. 267) indica que, nessas cinco horas, o dinheiro ainda não funcionou como capital, pois o objetivo era valorizar o valor de cinquenta reais, de maneira que, até aqui, o resultado é idêntico ao do início. Do ponto de vista do trabalhador, as primeiras cinco horas são produtivas. Do ponto de vista do capitalista, elas são improdutivas. Porém, a força de trabalho que se usa depois da hora cinco também funciona grátis para o capital.

A produção de mais-valor está condicionada à existência de certa produtividade do trabalho. O nível de produtividade tem que assegurar uma determinada quantidade de força de trabalho maior que o seu custo de produção. Isto quer dizer que se o indivíduo que trabalha gastar uma quantidade de trabalho para produzir-se a si mesmo, será menor que a quantidade que possa render.

O valor de uma mercadoria será estipulado a partir de quanto custa produzi-la. Se dissermos, a título de exemplo, que produzir uma força de trabalho diária custa cinco horas, a particularidade dessa mercadoria está dada pela sua capacidade de trabalho. Aliás, uma coisa é o que custa sua capacidade para trabalhar e outra é o que custa sua produção. O operário vende sua mercadoria pelo seu valor. O valor de uso da força de trabalho para o capital é o único que vai além de seu custo de produção. Na verdade, só tem valor de uso na medida em que pode trabalhar mais do que custa produzi-la.

O operário trabalha uma parte da jornada de trabalho como trabalho necessário para reproduzir-se, mas a jornada de trabalho se prolonga e, com isso, aparece um trabalho excedente. Porém, o operário, pela sua relação social geral, é constrangido a continuar trabalhando. Assim se explica porque parece natural trabalhar dez horas, não havendo motivos para descontinuar a atividade, em plenas condições de continuar trabalhando para o capitalista que comprou sua hora de trabalho por dez horas. Esse é o valor de uso que o operário tem que entregar ao capitalista.

Se o operário trabalhar mais intensamente vai gastar mais rápido sua capacidade de trabalho e, portanto, a jornada terá que ser menor, ainda que nessa intensidade produza mais valor ao mesmo tempo. Contrariamente, se trabalhar menos intensamente, a jornada vai se prolongar até esgotar o valor de uso que vendeu ao capitalista.

Destaquemos que a duração da jornada de trabalho não é arbitrária. O operário não pode parar antes de esgotar o que vendeu. Assim, como qualquer possuidor de dinheiro que compra cinco unidades de uma mercadoria quer as cinco, o capitalista não aceitará que, se o operário ainda tem força de trabalho para entregar, deixe de trabalhar. O operário vendeu a força de trabalho ao capitalista, portanto, este último tem o direito de consumir integralmente sua mercadoria, convertendo-a em trabalho vivo. No exemplo explorado nos parágrafos anteriores, a compra-venda foi por dez horas de trabalho²⁸.

O operário vende sua força de trabalho pelo seu valor, o valor de uso para o capitalista é a jornada completa de trabalho. Assim, a parte que o operário continua trabalhando além do tempo de trabalho necessário para produzir-se nada custa ao capitalista. Portanto, o capital dispõe da força de trabalho grátis – que vira trabalho vivo excedente. Essa parte grátis é a mais-valor (no exemplo, as últimas cinco horas da jornada de trabalho). O capitalista comprou por cinquenta reais a força de trabalho e, como trabalho vivo, ele criou mais valor e o converteu em cem reais, que aparecem no valor da nova mercadoria produzida. O capital sai valorizado do processo de produção e na circulação as mercadorias se trocam pelo seu valor. A valorização se consegue graças à circulação, porque é onde pode-se comprar a mercadoria força de trabalho que não dimana na circulação, mas da produção (MARX, [1867] 2017, p. 271).

2.3.3.9 *Contraste entre capital variável e capital constante*

Tanto a força de trabalho como os meios de produção são existenciais materiais. O primeiro, considerado o componente subjetivo do processo de produção e, o segundo, o componente objetivo. Vejamos sucintamente os dois, começando pelo componente subjetivo.

Durante o segmento do trabalho necessário, o valor produzido ao valor da força de trabalho. A parte restante ou excedente simplesmente gera um novo valor sem nenhuma contrapartida. A totalidade desse trabalho, o necessário mais o excedente,

²⁸ Neste nível de desenvolvimento da argumentação sintética, a duração da jornada de trabalho aparece como uma questão técnica, pois estamos desenvolvendo a determinação da produção de mais-valor. Veremos a duração da jornada de trabalho a partir do ângulo da luta de classes em breve.

aparece no valor do novo produto, criando um novo valor²⁹ sem conservar nem transferir valor.

O trabalho vivo também modifica a forma material dos meios de produção³⁰, mas o objeto material vai continuar existindo de maneira transformada. O capitalista compra alguns meios reconhecendo a utilidade social deles por um determinado valor. O trabalho vivo reconhece essa utilidade transferindo esse valor no processo de produção. Portanto, esse valor entrará no valor da nova mercadoria. A diferença do valor da força de trabalho para o valor dos meios de produção se conserva, reaparecendo e transferindo-se à nova mercadoria³¹.

Como capital constante, os meios de produção se modificarão de duas formas diferentes. Sempre se apresentando integralmente, alguns meios se desgastarão imediatamente, enquanto outros se consumirão gradativamente. As matérias primas e auxiliares se transformam e consomem integralmente, ainda que suas materialidades entrem completas no processo de trabalho. Portanto, o valor desses meios de produção se transfere inteiramente na mercadoria produzida cada vez que lhes consume. Todavia, há outros meios de produção que gradualmente se transformam na materialidade do produto final durante vários ciclos de produção, de modo que seu valor se transfere durante vários ciclos de produção. O desgaste da maquinaria, que se esgota paulatinamente com seu uso, pode ser um exemplo dele.

Enquanto força de trabalho, o capital multiplica valor (MARX, [1867] 2017, p. 285). Nesta multiplicação, no entanto, há variações. Por isso chamamos este capital relacionado à força de trabalho de capital variável. Já enquanto meio de produção, o capital apenas transfere valor (idem, p. 283). Ao referir-se a esse capital cujo valor permanece inalterado, portanto, Marx chama-o de capital constante.

A taxa do mais-valor é a proporção em que o capital variável se valoriza. Uma relação entre duas magnitudes de valor, o valor do trabalho necessário (v) e valor excedente ou mais-trabalho (m); relação entre o capital variável e o mais-valor, expressa em m/v . “Essa valorização proporcional do capital variável, ou grandeza proporcional do mais-valor, denomino taxa de mais-valor” (MARX, [1867] 2017, p. 292).

²⁹ O que se objetiva é o exercício do trabalho, não a força de trabalho que, como vimos, é a capacidade para trabalhar.

³⁰ Os meios de produção podem ser matérias primas, materiais auxiliares ou instrumentos de produção.

³¹ No movimento do capital, se não mediar a análise científica, essas diferenças permanecem ocultas, ainda que impliquem em variantes econômicas. Por exemplo, aumentando-se o valor dos meios de produção, pode-se trasladar o valor da nova mercadoria, mas aumentar ou diminuir o valor da força de trabalho sem que nada aconteça com o valor da mercadoria final.

2.3.3.10 Exploração da força de trabalho

Na economia política, a exploração é entendida como a entrega de algo a respeito do qual não se obtém contrapartida. Nesta linha, pode-se dizer que quando alguém gasta seu corpo trabalhando e outro indivíduo se apropria disso sem prestar qualquer contrapartida, ainda que tenha condições de fazer isso. A exploração é uma prestação sem retorno. Descrita objetivamente, ao operário não corresponde o mais-valor, mas apenas a entrega superior ao que obteve na troca.

A priori, tanto operário como capitalista estão em igualdade de condições de gastar seu corpo no processo de metabolismo social. Embora o operário gasta seu corpo aportando certa quantidade de produto social, o capitalista não aporta o produto social nessa equivalência. Estabelece-se, então, uma relação entre explorador e explorado, na qual o capitalista explora o operário em nome do capital.

Do ponto de vista da organização do trabalho social, o sujeito produtor não apropria o produto que aporta integralmente. A relação social constrange o operário a produzir mais do que necessita como pessoa. Embora sendo o sujeito da produção social, a relação social geral impulsiona a produção mais do que necessita como pessoa. Explorado pela própria relação social, estabelece-se uma apropriação privada da produção social sem contrapartida (IÑIGO CARRERA, 2003).

2.3.3.11 O capital como sujeito da produção social

O capital é uma soma de dinheiro, uma massa de valor substantivado que se valoriza sobre a base de dispor do trabalho vivo socialmente necessário realizado de maneira privada e independente. O dinheiro como capital é uma relação social objetivada como capacidade para dispor do trabalho social. De fato, o capital dispõe do trabalho social através do reconhecimento de coisas que são produto do trabalho pretérito, como qualquer forma de dinheiro³². Ao mesmo tempo, contudo, o capital tem como objeto imediato acionar o próprio dinheiro. Com o salto qualitativo da função do dinheiro como capital, temos aqui a própria relação social objetivada acionando ao trabalho social.

O estudo da economia política analisa a organização da produção social a partir da análise do processo de metabolismo humano. O ponto de partida desse metabolismo

³² Por isso, foi necessário desenvolver em nossa argumentação aquelas funções do dinheiro. Cada função foi analisada na intenção de mostrar o decorrer das potências do dinheiro até chegar em sua forma de capital.

considera a forma com que se organiza o trabalho da sociedade e, portanto, a forma com que se atribui a cada indivíduo o trabalho útil concreto que este realizará. Nesta altura do desenvolvimento, encontramos-nos com a relação social geral que põe em funcionamento o trabalho social com o objetivo de produzir mais relação social geral – ou seja, mais capacidade para acionar o trabalho social (D-M-D[^]). O ciclo finaliza da mesma forma que iniciou, voltando a pôr em movimento o trabalho social, que por sua vez aparece como objeto imediato capaz de gerar mais capacidade de funcionamento do trabalho social. O capital é, assim, a multiplicação da capacidade para organizar o trabalho social de maneira extensiva, isto é, a criação de uma massa maior de trabalho social. Por sua vez, com o mais valor relativo, a organização ocorre de maneira intensiva (MARX, [1867] 2017, p. 387).

O capital é uma forma de organizar o processo de metabolismo social de acordo com a qual a possibilidade de iniciar o processo está negada às pessoas, dado o automatismo da relação social reificada. Esse automatismo consiste em produzir mais capacidade para organizar automaticamente o trabalho social. Portanto, a produção social desenvolve-se quando essa capacidade de organizar o trabalho social cresce, e disso depende a produção de valores de uso e de seres humanos.

Antes do surgimento do capital o objeto da produção social mercantil era atingir valores de uso através da produção de valor. Agora, o objeto é a produção da mais-valor e a valorização do valor. O objeto imediato não é a produção de valores de uso, embora esta seja a forma de organização da produção de valores de uso e, portanto, de seres humanos. O operário produz ao capital e é o produtor de mais-valor que se converte em capital e defronta-se com este como portador de potências sociais³³ incontrolláveis. O capital é produto da ação consciente e voluntária dos operários, sendo incontrollável por estes e, ao mesmo tempo, dominadora: no capital, a consciência está alienada.

2.3.3.12 Da competência individual ao antagonismo de classe

Já vimos como as transformações na materialidade no processo de trabalho implicam que o operário livre trabalhe sob o comando do capitalista. Desse modo, a função de organizar o trabalho social, a ser executada pelo próprio operário, corresponde,

³³ Potências que consistem na capacidade para organizar a produção da sociedade.

na verdade, ao capitalista. Ele funciona como a consciência produtiva do operário, organizando o trabalho dele.

A relação produtiva que se estabelece entre o capitalista e o operário tem uma forma específica. Partindo do fato de serem indivíduos livres que se relacionam indiretamente, isto é, através de suas mercadorias, o capitalista compra, entre outras coisas, força de trabalho, enquanto é o operário quem a vende. Ambos personificam suas mercadorias no contrato de trabalho.

Porém, a entrega do valor de uso da mercadoria força de trabalho não é instantânea, diferentemente das demais. Longe de ser breve, ela se entrega durante a jornada de trabalho e depende de quanta força de trabalho se gaste ao longo da jornada. O capitalista compra-a por determinado tempo. Portanto, teremos o antagonismo entre vendedor comprador com a particularidade da permanência desse conflito durante o tempo do uso da força de trabalho. Como o valor de uso da força de trabalho rende mais-trabalho o capitalista se encarrega de que o operário trabalhe o máximo possível. Durante esse tempo, o comprador quer obter a maior quantidade possível da mercadoria força de trabalho, enquanto o vendedor, ao contrário, quer entregar a menor quantia possível. Por isso, a relação antagônica gera a necessidade da coação³⁴ do operário pelo capitalista, fato inseparável da função que o possuidor de dinheiro exerce na organização produtiva.

Nesse contexto antagônico, os dois têm o mesmo direito, e cada um personifica sua mercadoria. “Entre direitos iguais, quem decide é a força” (MARX, [1867] 2017, p. 309). O exercício dessas forças antagônicas adquire formas sociais concretas. Devemos, portanto, analisar de onde provém a força de cada um deles e que forma concreta adquire esse exercício.

Todos os dias os operários necessitam vender sua força de trabalho, mas também o capitalista necessita valorizar constantemente o capital. Efetivamente, existem outros compradores e muitos vendedores que realizam as mesmas atividades. Aos indivíduos essa situação aparece como uma limitação exterior através da competição. Os capitalistas competem entre si como vendedores de mercadorias. Por sua vez, a mercadoria força de trabalho, cuja disponibilidade imediata é condição para a valorização do valor, aparece produzida em excesso em relação ao tamanho da necessidade social por ela. Sobra força de trabalho para vender pelo seu valor. Desse modo, os operários, enfrentando-se individualmente pela venda de sua força de trabalho, concorrem e perdem forças.

³⁴As transformações na materialidade do trabalho vão mudando as formas da coação, mas ela permanece como elemento constante em suas variações.

Na forma-preço, vimos como as mercadorias que sobram são vendidas abaixo do seu valor. O mesmo se aplica à força de trabalho. Nessas circunstâncias, o operário sofre deterioração material e, em determinado momento, é produto da agudeza dessa deterioração e não consegue se vender. Por certo, isso favorece o capitalista, que pode obter um aumento extraordinário na taxa de mais-valor, ao mesmo tempo que isso se transforma em limite para o movimento normal do conjunto do ponto de vista da unidade do capital. Em outras palavras, para o capital social é gravíssimo não poder contar com a sua fonte de mais-valor.

A unidade metabólica do processo capitalista, isto é, a relação social objetivada, adquire unidade no capital social. Uma unidade que está portada nos movimentos caóticos dos capitais individuais; a necessidade dele como unidade está presente no movimento dos capitais individuais.

Porém, a resolução do capital social de que a força de trabalho seja vendida pelo seu valor, na debilidade relativa do operário, não pode se concretizar pela ação dos capitais individuais. Os capitais individuais só podem buscar, pela competição, comprar a mercadoria força de trabalho abaixo do seu valor. Portanto, essa resolução só pode estar portada na ação individual do mesmo sujeito que sofre as consequências disso. Desse modo, os operários modelam a sua competição em uma relação de solidariedade, uma ação de caráter individual, consciente e voluntária, uma relação própria de solidariedade na personificação da mercadoria força de trabalho. A maior força está negativamente portada³⁵ nos outros operários: os trabalhadores se unem conformando os sindicatos³⁶. Neste caso, a necessidade do capital social coincide com a necessidade dos trabalhadores individuais em sua personificação como vendedores de mercadoria força de trabalho.

Como reflexo da força dos vendedores, que aparece multiplicada na solidariedade operária, desenvolve-se a relação de solidariedade entre os capitalistas: surgem as associações empresariais na defesa dos interesses coletivos.

A relação antagônica individual vira uma relação antagônica na qual o universo dos vendedores da força de trabalho se enfrenta ao universo dos compradores da força de trabalho. Nesses polos, o indivíduo participa como personificação da categoria sob a qual fica classificado: a classe dos trabalhadores diante da classe dos capitalistas. Essa classificação não funciona a partir dos atributos pessoais dos indivíduos, mas dos atributos das categorias de personificação, a classe dos vendedores da força de trabalho e

³⁵ “Portar” é entendido aqui e doravante como “carregar algo consigo”.

³⁶ A competição não desaparece, mas se desenvolve na forma concreta de seu oposto.

a classe dos compradores de força de trabalho. Na relação antagônica entre essas classes surge a luta de classes. A relação de solidariedade para vender-se e comprar-se pelo seu valor se estende ao ponto de constituir as classes sociais. A classe social está constituída pela universalidade da condição de vendedor e comprador.

2.3.3.13 Luta de classes como forma concreta do processo de valorização

A luta de classes é a forma necessária em que se organiza a materialidade do processo de trabalho capitalista. Portanto, a luta de classes surge como necessidade do capital total social. Pela forma de se organizar o metabolismo social existe a luta de classes, tanto como a necessidade de acumular. Em outras palavras, não há movimento de valorização do capital no qual inexistam a luta de classes: é uma necessidade do capital social. Com o desenvolvimento da competição entre os dois polos da relação antagônica emergem as duas classes sociais antagônicas. A compra e venda da força de trabalho se realiza através da luta de classes. Nela, ficam determinadas as condições da compra e venda da força de trabalho. O contrato de trabalho como cristalização dessas condições é produto da luta de classes. A luta de classes não regula o movimento do capital, mas é a forma em que ela se desenvolve. A forma concreta não determina o conteúdo. A luta pela compra e venda da força de trabalho não determina o movimento do capital.

Assim como a luta de classes vai mudando de formas e obtendo diferentes resultados, também queremos destacar que a competição subsiste em seu interior. A determinação do antagonismo na compra-venda se conserva na forma solidária que a luta de classes adquire em sindicatos e em federações empresariais.

Do ponto de vista do processo do metabolismo social, a luta de classes é a forma que designa a capacidade total de trabalho da sociedade aos distintos trabalhos úteis concretos. Nesse sentido, a luta de classes é a forma de organizar a materialidade do processo de trabalho. Se a força de trabalho se vende pelo seu valor, determinados valores de uso foram produzidos e, portanto, o trabalho total da sociedade será designado a certas produções. Se a força de trabalho é vendida acima ou abaixo do seu valor, o trabalho total da sociedade será designado em diferentes magnitudes: se produzirão mais ou menos valores de uso para os operários.

A luta pela jornada é a luta pela venda da mercadoria força de trabalho pelo seu valor (MARX, [1867] 2017, p. 305). Na luta pela jornada de trabalho é que se define quanto uso da força de trabalho o capitalista vai obter nessa troca e valor da mercadoria

força de trabalho. Se o trabalhador não põe um limite à sua exploração, por mais que receba na venda de sua mercadoria o valor que lhe corresponde para reproduzir-se em condições normais, trabalhará tanto que o desgaste sofrido atentará contra sua própria reprodução em condições normais. O antagonismo de personificações se resolve na luta de classes.

O valor da força de trabalho está dado pelos atributos produtivos que são necessários manter e reproduzir. Porém, dado que o capitalismo não é um processo regulado conscientemente, acontece o mesmo que com qualquer outra mercadoria: os preços flutuam ao redor do valor mediado pelo constante movimento da oferta e da demanda. No caso da força de trabalho, permanentemente se vende abaixo e acima de seu valor, mas não somente pela mediação da oferta e da demanda, mas também pela luta de classes. O resultado a longo prazo é que a força de trabalho se vende por seu valor, tal como o restante das mercadorias.

Como dissemos no apartado 2.3.2, em sua obra *Manifesto Comunista*, Marx e Engels ([1848] 1998), afirmaram que a história humana é história da luta de classes. Porém, a relação de classes, como vimos, é uma relação entre personificações. Desse modo, consideramo-la como uma classificação específica do modo de produção capitalista. Nos outros modos de organização da vida social as divisões sociais são produto de atributos pessoais, entretanto, no modo de produção capitalista elas são produto da personificação de suas mercadorias. Ambas as classes antagonicas são livres e, no entanto, servas de suas mercadorias ou alienadas na personificação de suas mercadorias. A luta de classes é a forma necessária na qual o operário consegue se realizar pelo seu valor e na qual o capitalista personifica a valorização do valor. A luta entre opostos não implica que eles sejam exteriores entre si, mas dimana da necessidade de valorização do capital, um como vendedor outro como comprador.

Para analisar as determinações econômicas foi necessário supor que a venda da mercadoria força de trabalho se realiza pelo seu valor. Nas formas concretas os salários assumem diferentes magnitudes que requerem pesquisas específicas, pois dependem de várias circunstâncias. No segundo capítulo, veremos o que aconteceu nos salários pagos no caso da luta desenvolvida no canteiro da CSP, mas antes queremos explicitar alguns elementos úteis para a análise do desenvolvimento do salário como expressão da luta de classes.

As condições normais de exploração implicam uma determinada qualidade física e moral da reprodução da força de trabalho. A história do movimento do capital determina

essas condições normais. Por sua vez, as mudanças nos atributos produtivos vêm junto às mudanças na materialidade do trabalho. O consumo dos valores de uso da força de trabalho vai mudando em função das mudanças no processo produtivo. Com isto, queremos marcar que “o moralmente aceitável” vai mudando com a história da exploração do capital pela força de trabalho. Decerto, a intensidade de trabalho, a duração da jornada, os descansos e dentre outras características vão depender do processo histórico da valorização do valor.

Essas mudanças dimanam da relação social geral, do ser social que toma forma concreta na consciência. Não é a consciência que determina o ser social do indivíduo (MARX e ENGELS, [1933] 2014). É impossível que uma forma indireta de estabelecimento do metabolismo social seja linear e normatizada; as formas concretas têm cristalizações, mas são formas de perpétuo movimento e constante discussão.

Até aqui, estudamos que a luta de classes é a forma em que se reproduz o capital em condições normais. Não aparece na luta de classes, por enquanto, a possibilidade de mudança superadora das contradições capitalistas. Uma pesquisa específica sobre o mais-valor relativo³⁷ nos faria depreender novas determinações para os trabalhadores e os capitalistas entanto relação social geral que avança na transformação da materialidade do trabalho (IÑIGO CARRERA, 2003, p. 13).

De todo modo, o que esta pesquisa pretende é retomar a categoria de salário como fundamento da mercadoria, o dinheiro e o capital como formas de encarnar o valor, e a valorização incessante dele na produção social – isto é, como forma da luta de classes. Esclarece-se, desse modo, que não poderíamos nos deter apenas na forma da circulação das mercadorias, que é onde o salário se exprime apagando o que acontece na produção capitalista.

Certamente não chegaremos a um aprofundamento no estudo da relação social geral que esgote as determinações do modo de produção capitalista, mas desenvolvemos aqui uma análise sintética da mercadoria, do valor, do dinheiro, do capital com seu capitalista e o antagonista trabalhador, a mercadoria força de trabalho, o mais-valor absoluto e a luta de classes como forma de organização da acumulação do capital. Portanto agora temos os elementos para analisar o salário como expressão da luta de classes.

³⁷Alguns efeitos do mais-valor relativo serão incluídos quando analisarmos as mudanças nos atores antagonísticos do capitalismo contemporâneo no seguinte apartado.

2.4 Salário como expressão da luta de classes

Em harmonia com o enfoque da crítica da economia política que estamos desenvolvendo (IÑIGO CARRERA, 2003, 2007), Guevara (2018) fez uma destacada contribuição ao desenvolvimento atual da ação política da classe trabalhadora. Sem perder de vista o movimento do capital como relação social geral através da qual se organiza o processo de produção e consumo da sociedade (GUEVARA, 2018, p. 1), o pesquisador analisa e desenvolve o vínculo que se estabelece entre a ação sindical e a ação política contemporânea da classe operária.

O pesquisador frisa que a contradição da luta de classes é mundial e que, assim como o processo geral de acumulação de capital se realiza através dos recortes nacionais da valorização, a luta de classes realiza-se pelos mesmos recortes nacionais (GUEVARA, 2018, p.10).

A reprodução da força de trabalho, em condições normais, é uma tendência geral e necessária. A sua forma concreta de se manifestar é a inevitável e incessante ação solidária da classe operária que se resiste à redução de salários abaixo do seu valor. Essa é a ação sindical que, na tentativa de efetivar a relação de solidariedade, se cristaliza em organização institucional (GUEVARA, 2018, p.12).

O primeiro limite do alcance político da ação sindical é o caráter privado de seus resultados. Esses últimos, por mais importantes que sejam, ficam isolados na representatividade segmentada dos sindicatos, seja por ramo da produção ou por lugar de trabalho. Na busca de vender a mercadoria força de trabalho pelo seu valor, a ação política da classe operária transcende o enfrentamento direto com a individualidade do capital. A ação política geral dos trabalhadores, no nível do Estado, consegue leis que regulam as condições normais de produção (CALIGARIS e STAROSTA, 2017) e que, por sua vez, satisfazem as necessidades dos atributos produtivos dos operários. Assim, diz Guevara (2018, p. 14), o Estado é o encarregado de garantir determinadas condições gerais de vida que dão forma à produção do conjunto da classe operária com determinados atributos produtivos: educação, saúde, segurança. Essa ação política existe como tendência e suas formas de se manifestar refletem a presença do antagonismo geral.

A ação coletiva dos trabalhadores, sindical e política, é um momento necessário do processo de reprodução da acumulação do capital. Portanto, os movimentos expansivos ou fases regressivas dele vão ser acompanhados de avanços ou retrocessos nas conquistas trabalhistas, respectivamente. O caso da implantação da CSP (2012-2016)

que analisaremos a continuação está atravessado pela recessão mundial e, por sua vez, no final de uma conjuntura extraordinária para a acumulação do capital brasileira, baseada nos altos preços das matérias primas no mercado mundial.

Por mais flutuante e violenta que seja a luta de classes e por mais vitórias que acumule em relação à classe capitalista, ela não parece atingir a superação das contradições das que emerge. Porém, a acumulação do capital não é idêntica a si mesma. Do ponto de vista da materialidade do processo de trabalho, embora possa identificar-se à valorização do valor como uma quantidade indefinidamente crescente em si mesma, a acumulação do capital apresenta variações materiais com o decorrer histórico.

O desenvolvimento mais potente das forças produtivas da sociedade sob o capitalismo é o gerado pelo mais-valor relativo. A extração de mais-valor relativo afeta o processo de trabalho e os atores que personificam essa produção. Como já dissemos, não podemos deter-nos aqui a desenvolver as determinações dela, mas tomaremos alguns efeitos e impactos, baseados nos estudos de Guevara (2018) que consideramos necessários para atualizar a exploração do trabalho pelo capital.

2.4.1 Mudanças nos atores antagônicos do capitalismo contemporâneo

Como já dissemos anteriormente, ao personificar o capital, o capitalista sofre substanciais modificações e tendencialmente é substituído por um conjunto de especialistas. Um setor dos próprios trabalhadores vai ocupando as funções de seleção, coerção, comando, direção, etc. Quer dizer, o capitalista é potencialmente deslocado das funções vinculadas à organização do processo geral de produção (IÑIGO CARRERA, 2003; GUEVARA, 2018). Esta transformação se evidencia em empresas como a Vale S.A. e a POSCO, pois ambas apresentam um corpo de trabalhadores especializados que planeja, executa e comanda a produção. Desse modo, o capitalista vai sumindo ou transformando-se em parasita social para o próprio capital, isto é, rentista sem nenhuma função social.

A subsunção real do trabalho no capital na produção de mais-valor relativo, também determina várias transformações para a classe trabalhadora. Como vimos, uma parte dela substitui o capitalista, enquanto o desenvolvimento do conhecimento científico vai ficando nas mãos de uma fração especializada da classe operária (IÑIGO CARRERA, 2003). Por sua vez, com a introdução de novas tecnologias que aumentam a produtividade, uma significativa porção do processo de trabalho é simplificada,

diminuindo os atributos produtivos desse setor e gerando operários para realizar trabalhos simples. Por último, e, pela mesma mudança, multiplica-se a porção dos trabalhadores que, recebendo o pior dessas transformações, ficam fora do processo de trabalho, como população operária excedente e reserva para as necessidades do capital.

Em síntese, o conjunto de transformações que impõe o processo de produção de mais-valor relativo promove uma crescente fragmentação e diferenciação ao interior da classe trabalhadora e, com ela, fazem-se muito mais complexas as relações de concorrência que se estabelecem entre os membros da classe dos vendedores de força de trabalho, assim como sua necessidade de desenvolvê-la sob a forma da solidariedade (GUEVARA, 2018, p. 18, tradução nossa).

As porções da classe trabalhadora que realizam o trabalho simplificado junto à população excedente para as necessidades do capital vão sofrer, como tendência irrefreável, a redução salarial e o desemprego. O capital consegue se despreocupar relativamente com o desgaste prematuro dessas fontes de valor e consegue pagar a força de trabalho abaixo do seu valor ciente de que a disponibilidade dela se multiplica além da sua necessidade.

Como contraste, a porção da classe trabalhadora que fica na tarefa de personificar o capital junto à porção que se orienta à produção científica recebe um aumento salarial que compense, a partir de seus novos atributos produtivos, os requerimentos de sua reprodução.

Guevara (2018) afirma que as crescentes complexidades, com o deslocamento nas funções do capitalista e a ampliação de funções do operário coletivo, junto à diferenciação nas condições de reprodução dos diversos fragmentos da classe trabalhadora, transformam profundamente as formas de competência entre os vendedores da força de trabalho e, portanto, a forma da solidariedade que os operários devem desenvolver para a reprodução normal do processo de acumulação. Porém, a ação política e sindical da classe operária na luta antagônica de classe continua sendo a forma da reprodução do processo social através da realização privada do trabalho social (GUEVARA, 2018, p. 20).

Além disso, Guevara propõe seguir o curso das contradições geradas pelo próprio capital na sua transformação revolucionária das condições de produção para identificar o desenvolvimento da ação política revolucionária da classe trabalhadora. Nas palavras de Marx, numa ação política que desenvolva “uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção coletivos e que conscientemente despendem suas

forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho” (MARX, [1867] 2017, p. 153).

Vimos como Marx inicia sua análise do modo de produção capitalista com a mercadoria e como, no movimento da mercadoria, vai-se revelando que a relação social está *na* mercadoria, assim como nossa vontade e consciência estão *na* mercadoria. Também vai-se descobrindo o dinheiro, o capital nas suas contradições, junto à luta de classes que tentamos compreender em sua contemporaneidade. As determinações gerais analisadas são essas, vejamos agora que formas concretas assumiram na construção da CSP.

3 O CASO DA CONSTRUÇÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM

3.1 Produção industrial brasileira

Segundo dados do Fundo Monetário Internacional – FMI, o Brasil ocupa a nona posição segundo a grandeza da economia no mundo (FMI, 2018). O destaque aumenta se consideramos o Brasil da perspectiva latino-americana, já que o país apresenta o maior Produto Interno Bruto - PIB da região (SMITH, 2018).

A produção de mercadorias agrárias e minerais destinada ao mercado mundial ainda é um fator econômico determinante na atualidade brasileira, além de se mostrar como um peso histórico importante na configuração inicial do processo de acumulação do capital do país. As produções de madeira, pedras preciosas, ouro, açúcar, borracha natural, café e de outros produtos ocuparam lugares significativos na história econômica do Brasil (PRADO JÚNIOR, [1933] 1961, p. 113). No presente, somaram-se, às mercadorias de maior importância, as produções de minerais de ferro cru e processado, soja, petróleo, carne e polpa de madeira, entre outros (IÑIGO CARRERA, 2017, p. 2). Decerto, todas essas mercadorias, do mesmo modo que na África e parte da Ásia, são atualmente produzidas por capitais multinacionais muito concentrados. O caso analisado em nosso estudo não foge da regra: as três empresas acionárias que conformam a CSP, a POSCO, a Dongkuk Steel e a Vale S.A, são corporações líderes em seus âmbitos de produção.

A acumulação de capital no Brasil é nutrida fundamentalmente pela produção dessas mercadorias agrárias e minerais e a produção de mercadorias industriais acompanha esse processo. O setor industrial se expande aproveitando os recursos do setor primário nos momentos de prosperidade e se contrai quando os preços internacionais dessas matérias primas caem ou quando se apresentam problemas intrínsecos e quedas na produção (GRINBERG, 2013).

De 1930 até a década de 1980, o Brasil experimentou um crescimento relativamente contínuo da economia industrial mediante o capital estatal associado aos capitais privados nacionais e estrangeiros. Em geral, esse desenvolvimento industrial

careceu de metas claras de produtividade³⁸ e competitividade e não se caracterizou pela proteção e qualificação da força de trabalho³⁹ (FIORI, 1993). A crise dos anos 1980 gerou uma interrupção desse modelo de crescimento industrial e o Estado, como representante do capital social, perdeu sua capacidade de financiamento com o consequente aumento da dívida externa e da inflação. Carleial (2014, p. 11) afirma que esse processo de desindustrialização até hoje não foi revertido. Porém, em 2006, alguns investimentos públicos foram retomados com o Programa de Aceleração do Crescimento– PAC e as perspectivas de desenvolvimento passaram fundamentalmente por três setores: petróleo e gás, indústria extrativa mineral e automotiva. Desse modo, consideramos o crescimento econômico dos anos 2003 ao 2014 como um parêntese da tendência instalada nos anos 1980. A primeira planta siderúrgica do Ceará foi instalada nesse período, muito embora já viesse sendo desenhada e projetada décadas antes pelo Estado.

3.2 Desenvolvimento industrial do Nordeste

O desenvolvimento industrial da região Nordeste apresenta traços particularmente bem delimitados. Segundo Furtado ([1959] 2005, p. 242), o processo de industrialização se concentrou naturalmente em uma região. Neste sentido, o autor diz que:

Os dados da renda nacional parecem indicar que esse processo de concentração se intensificou no pós-guerra. Com efeito, a participação de São Paulo no produto industrial passou de 39,6 para 45,3 por cento, entre 1948 e 1955. Durante o mesmo período a participação do Nordeste (incluída a Bahia) desceu de 16,3 para 9,6 por cento (FURTADO, [1959] 2005, p. 234).

Em 1959, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, na tentativa de reduzir as assimetrias regionais no país. A SUDENE teve como função administrar os incentivos fiscais outorgados pela União, tanto para as empresas que requeriam ampliação e melhoras produtivas, como para os novos empreendimentos que se instalassem na região. Essa política possibilitou, segundo Alves de Aquino (2000, p. 55), “uma reversão da tendência da indústria nordestina continuar a perder espaço frente à brasileira, mas nada diz sobre quem foram os maiores beneficiados com os investimentos feitos na região”. A recuperação industrial do Nordeste sofreu uma

³⁸ Atualmente, o Brasil ocupa a 72ª posição do ranking de produtividade dos países elaborado pelo *World Economic Forum* (SCHAWB, 2018).

³⁹ No ranking do Índice de Desenvolvimento Humano compilado pela Organização das Nações Unidas, o Brasil está na 79ª posição, segundo dados de 2016 (JAHAN, 2016).

desaceleração na década de 1970 e praticamente estagnou-se na década de 1980. Atualmente, a participação do Nordeste na economia industrial brasileira tem se mantido estável (GOMES, 2014).

Carleial (2014) afirma que as políticas de desenvolvimento regional não conseguiram reduzir de forma significativa as desigualdades regionais. Ao contrário, essas políticas fortaleceram o padrão de divisão inter-regional definido na metade do século XX. “Observando os últimos sessenta anos, a participação do PIB nordestino permaneceu em torno dos 13% e a participação na renda média nacional manteve-se ao redor dos 46%” (idem, p. 2). Porém, a pesquisadora considera que o conjunto de investimentos em infraestrutura e em setores estratégicos da indústria fora do eixo Rio - São Paulo poderia conduzir a um adensamento das estruturas produtivas das regiões menos industriais, o que poderia alterar o atual padrão de desenvolvimento no Brasil (idem, p. 18).

Como podemos observar nos dados da tabela 1 a seguir, as regiões Norte e Nordeste foram as que menos se beneficiaram com o processo industrial, apesar da geração dessas políticas públicas destinadas ao desenvolvimento nordestino.

Tabela 1 – Valor da transformação industrial (% sobre o total do país)

BRASIL E REGIÕES	1968	1973	1984	1995	2009
RIO DE JANEIRO	16,3	13,3	11,5	8,9	10,5
SÃO PAULO	57,1	57,8	49,6	51,8	37,9
SUDESTE	81,3	77,9	70,9	70,9	60,5
SUL	11,2	13,7	15,2	16,4	19,1
NORTE	1,0	0,9	2,3	3,8	5,9
NORDESTE	5,9	5,9	10,3	7,4	10,0
CENTRO-OESTE	0,6	0,8	1,3	1,6	4,4
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados de Carleial (2014, p. 10) e IBGE - Pesquisa Industrial Anual Empresa.

Nesse contexto e, depois de pouco mais de três décadas de planejamento regional, o Nordeste desenvolveu uma estrutura produtiva heterogênea e diversa, instalando alguns subespaços de estruturas econômicas dinâmicas, das quais se destacam o Complexo Petroquímico de Camaçari, o polo têxtil e de confecções de Fortaleza, o Complexo Mineiro-Metalúrgico de Carajás, o polo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro e as áreas da moderna agricultura de grãos nos cerrados de Maranhão (BERNAL, 2005, p. 29). Nos

últimos anos, o CIPP tem se destacado no Ceará como uma grande planta-âncora para usinas termelétricas, além da planta siderúrgica da CSP e uma futura refinaria.

Em geral, a estrutura industrial nordestina está assentada em indústrias leves e de baixo conteúdo tecnológico (CARLEIAL 2014, p.15). Nesse sentido, a implantação da CSP parece destacar-se no processo de acumulação do capital na região. A CSP faz parte de uma orientação de cunho industrialista, a partir do processamento de minério de ferro com tecnologia competitiva no mercado mundial capaz de adensar a cadeia produtiva da região.

Evidentemente, a produção de placas de aço envolve mais trabalho e maior mais-valor adicionado, uma vez que o minério de ferro, ou melhor, a industrialização dessa matéria prima, é sinônimo de desenvolvimento da acumulação de capital e de um acréscimo do valor das exportações na balança comercial. Segundo um documento elaborado para o Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços– MDICS, se compararmos o preço do minério de ferro com o preço médio de produtos semimanufaturados de ferro ou aço, este último chega a ser até cinco vezes maior que o da matéria prima, além de apresentar um preço maior se for considerado os panos laminados de aço em relação àquele produto primário (LIMA, 2018).

A produção de placas de aço, indústria de base por definição, é de importância constante e crescente nos processos de acumulação dos países industriais, sendo que o Brasil está na vanguarda latino-americana nas indústrias desse tipo⁴⁰. Enquanto algumas indústrias estão voltadas para o mercado interno e outras são direcionadas para a concorrência internacional, a maioria delas opera nos estados do sul do país, fazendo com que o Brasil ocupe a nona posição no ranking da produção mundial (SICETEL, 2015, p. 5). De acordo com o Instituto Aço do Brasil – IAB (2017a), a indústria de aço gera anualmente mais de 45 bilhões de reais, sendo responsável pelo saldo comercial favorável acima de 4 bilhões de dólares e contratando diretamente mais de 110 mil trabalhadores. Desde 2016, soma-se a CSP que produz em Pecém para o mercado mundial cerca de três milhões de placas de aço por ano.

⁴⁰ A produção brasileira de aço gira em torno de 33 milhões de toneladas/ano, com um número de empregos diretos em torno de 116 mil (IAB, 2017b).

3.3 O Complexo Industrial e Portuário do Pecém

A CSP está localizada estrategicamente no CIPP, no Estado de Ceará. O CIPP é uma área poligonal com uma superfície de 13.330 hectares, situada entre os municípios de São Gonçalo de Amarante e Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza. Criado no início do século XXI, o complexo aglomera, além da CSP, várias outras organizações, empreendimentos e companhias industriais, com destaque para o Terminal Portuário do Pecém, as termelétricas do grupo Eneva⁴¹, e a ZPE do Ceará. O CIPP está interligado ao interior do Estado modalmente através da Ferrovia Transnordestina, ainda em construção, e das estradas BR-222 e CE-155⁴². A saída marítima do CIPP, se considerarmos o extenso litoral brasileiro, está relativamente próxima dos portos da Ásia, América do Norte e Europa.

Os complexos industriais portuários não são novidade na região. Tanto em Pernambuco, no ano 1978, como na Bahia, no ano de 2005, foram implantadas iniciativas de organização industrial desse tipo. O projeto de construir no Ceará um espaço industrial com saída marítima remonta ao primeiro governo estadual de Virgílio Távora (1963-1966), ainda que tenha começado a se concretizar paulatinamente com a ideia de se formar uma zona exclusiva de produção e exportação, a partir do primeiro governo de Tasso Jereissati (1987-1990) e de Ciro Gomes (1991-1994). Segundo Teles (2018, p. 130), esses complexos são, em geral, “gestados como espaços para articular a atividade industrial de grande volume e qualidades específicas, com a localização imediata de um porto para o recebimento de matérias-primas e escoamento da produção”. Já no segundo mandato do governador Tasso Jereissati (1995-1998), iniciaram-se ações concretas para viabilizar o Porto de Pecém. Desse modo, a área inicial para a construção do complexo foi declarada, em 1996, de utilidade pública⁴³, abrindo um conflitivo processo de desapropriação de terras das comunidades locais, em sua maioria indígenas.

Inaugurado no ano 2002⁴⁴, o Porto de Pecém foi concebido para movimentar produtos siderúrgicos e de refinaria. Ele está administrado pela Companhia de Integração Portuária de Ceará (conhecida como Ceará Portos), uma empresa de economia mista⁴⁵,

⁴¹ Ex-Energia do Pecém (MPX e EDP).

⁴² Antiga CE-422.

⁴³ Vide Decreto nº 24.032, publicado em 06/03/1996 no Diário Oficial do Estado de Ceará.

⁴⁴ A construção do Porto demandou cinco anos.

⁴⁵ A Companhia de Integração Portuária de Ceará foi criada por um decreto da Assembleia Legislativa do Estado cearense e, posteriormente, pela sanção da Lei nº 12.536/95.

vinculada à Secretaria de Infraestrutura do Estado. O porto conta com dois terminais *off-shore*⁴⁶ que permitem a atração de navios a certa distância da costa, tais como barcos graneleiros, de carga geral, porta contêineres e de grande calado⁴⁷, que podem operar no porto sem requerer investimentos de drenagem. O Porto de Pecém tem uma capacidade de movimentação de 10 milhões de toneladas/ano e vem sendo alvo de constantes ampliações em função das demandas geradas pelos projetos da Ferrovia Nova Transnordestina, da integração do rio São Francisco e, sobretudo, da implantação da CSP. No marco dessas iniciativas, em 2013, foram construídos, no Porto de Pecém, dois berços e uma nova ponte para atender a movimentação de cargas oriundas da construção da siderúrgica, e foi alargada em 1.000 metros a estrutura do quebra-mar (Norte/Sul), permitindo a pavimentação da rodovia. Na última fase de ampliação, implantou-se o terceiro berço e foi prolongado o quebra-mar para atender à movimentação de placas da siderúrgica (PINHEIRO, 2016).

Todavia, a relevância do Porto do Pecém para a circulação de mercadorias na economia brasileira não deve ser superestimada. Se comparado com outros portos brasileiros em termos de volume físico mobilizado e da participação relativa no comércio exterior, ele não atinge o nível dos dez portos mais importantes do Brasil (FERREIRA, 2012, p. 41). Porém, o Terminal Portuário do Pecém interessa especialmente pela sua posição geopolítica na circulação mundial marítima de mercadorias. A partir da ampliação do Canal do Panamá⁴⁸, abriram-se novas e mais eficientes rotas para os barcos de grande porte e, portanto, o Porto de Pecém ocupa um lugar estratégico entre a Coreia do Sul, Japão e a China, por um lado, e entre os Estados Unidos, a Europa e o oeste da costa africana, por outro. Como parte do complexo industrial, ele oferece uma gama de serviços agregados que forma uma comunidade portuária integrada de quarta geração⁴⁹

⁴⁶ *Off-shore* é um termo da língua inglesa que, na tradução livre para o português, significa “afastado da costa”.

⁴⁷ Referimo-nos a navios de até 175 mil toneladas de porte bruto com calado máximo de 15,5 metros.

⁴⁸ A expansão do Canal de Panamá, em funcionamento desde meados de 2016, dobrou sua capacidade, adicionando uma nova faixa de tráfego, permitindo um maior número de navios e aumentando a largura e a profundidade das faixas. Os navios de contêineres de 12.000 TEU (20 pés ou 6,1 metros de comprimento) que agora passam pelo Canal transportam até duas vezes mais carga que os anteriores.

⁴⁹ Para a *United Nations Conference Trade and Development* – UNCTAD existem diferentes gerações de portos diferenciados pelo desenvolvimento das estratégias políticas portuárias, pelas diferenças de escopo das atividades portuárias e pelo seu nível de expansão e integração. A primeira geração oferece acesso marítimo, transferências de mercadorias, armazenagem e entrega ao navio; a segunda geração adiciona as atividades industriais e comerciais e o centro para serviços portuários; a terceira já proporciona certa estruturação da comunidade portuária, fortalecimento de vínculos entre Porto-Cidade-Usuários, serviços extra-portuários, estrutura de sistemas de informação e centro de logística. Por último, a quarta geração

(FERREIRA 2012, p. 6). Desse modo, as qualidades técnicas e a posição estratégica do Porto situam as empresas do CIPP em posição privilegiada na concorrência mundial para receber matérias primas e exportar.

A etapa inicial do CIPP foi concretizada com a criação do Porto de Pecém. No entanto, a infraestrutura necessária para viabilizar a implantação das plantas industriais demorou mais do que o esperado. O governo de Lúcio Alcântara (2003-2007) criou o Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário de Pecém e da Economia de Ceará – PRODECIPEC estabelecendo as metas para os projetos industriais no complexo. Eleito governador no ano 2007, Cid Gomes deu continuidade ao programa, ampliando a área⁵⁰ destinada ao complexo e atraiu as seguintes indústrias de base: duas termelétricas, uma siderúrgica, e uma refinaria de petróleo⁵¹. De modo paulatino, foi concretizando-se um espaço para indústria de base junto ao Porto de Pecém.

Por sua parte, as usinas termelétricas começaram a se desenhar no ano 2008, dando início a suas atividades no final do ano 2012. Alimentadas fundamentalmente com carvão mineral, a Energia do Pecém, do Grupo Energias de Portugal (conhecido como EDP) e da Eneva (ex MPX), empresa de energia do Grupo EBX⁵², contam com capacidade total de 720 *megawatts*⁵³, o que equivale à metade do parque gerador de energia do Estado de Ceará.

O Estado, compreendido tanto em seu nível federal como estadual, foi fundamental para a construção do CIPP. Ele desenvolveu a infraestrutura necessária para que as indústrias se instalassem, gerou os incentivos fiscais assegurando benefícios às empresas e, como já vimos, destinou recursos à ampliação e melhoria do Porto de Pecém, possibilitando a recepção em grande escala de matérias primas e um encaminhamento eficiente de mercadorias para o comércio exterior. A geógrafa Teles afirma que a parceria entre o Estado federal e estadual com o capital privado “foi decisiva para que o projeto gestado nos anos 1960 fosse de fato concretizado” (2018, p. 141).

inclui também zonas de processamento industriais, *clusters* ou condomínios portuários industriais e redes de negócios (FERREIRA, 2012)

⁵⁰ Vide Decreto n° 28.883, publicado em 18/09/2007 no Diário Oficial do Estado de Ceará.

⁵¹ A implantação da refinaria de petróleo vem sofrendo inúmeras dificuldades e ainda está em fase de negociações.

⁵² O Grupo EBX é um grupo empresarial de propriedade do brasileiro Eike Batista, cujo nome dá origem à denominação da empresa (EBX - E de Eike, B de Batista e X um símbolo de multiplicação). A Eneva, uma das empresas deste conglomerado, é considerada a maior empresa privada de geração de energia do Brasil.

⁵³ *Megawatt* é múltiplo de 10⁶ da unidade *watt*, medida de potência equivalente a um *joule* por segundo.

O governo estadual orientou suas ações, formulou diretrizes estratégicas e operacionais e definiu prioridades de política de desenvolvimento econômico através de várias instituições. Dentre elas, está o Conselho de Desenvolvimento do Ceará – CEDE, criado no ano 2007, com natureza deliberativa e vinculado à Agência de Desenvolvimento do Estado de Ceará– ADECE⁵⁴, encarregada da execução das políticas desenvolvimentistas. Outras duas instituições importantes são a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará – CODECE e a Empresa Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Pecém – EMAZP.

A Assembleia Legislativa do Ceará também organizou debates sobre os desafios vinculados à construção do CIPP. Participaram dos eventos da Câmara Legislativa órgãos governamentais, entidades da sociedade civil e empresas. Como resultado desses eventos, a Assembleia Legislativa gerou o documento *Pacto pelo Pecém. Iniciando o Diálogo* (2012), no qual se destacou a necessidade de atuar de maneira planejada e, sobretudo, por meio da elaboração de pactos e mediações entre os atores envolvidos nos desafios da transformação que implicavam nesse projeto industrial. Esse documento descreve e problematiza as diversas dimensões que estruturam tal transformação –economia, meio ambiente, desenvolvimento humano e político– propondo “unir os esforços na construção do Pacto para gerir resultados desejáveis para o bem-estar da sociedade cearense” (CAECE, 2012, p. 3). Por sua vez, frisamos que esse documento enfatiza a necessidade de flexibilizar os processos burocráticos às empresas que se instalarem no CIPP:

[Se faz necessário que] o aperfeiçoamento das relações entre o Estado e as empresas, de modo que se tenha um ambiente institucional adequado ao bom desenvolvimento dos negócios e dos investimentos privados, como a desburocratização de processos de abertura, funcionamento e fechamento de empresas; simplificação dos mecanismos de concessão de registros comerciais, certidões fazendárias, licenciamento ambiental, vigilância sanitária, normas de segurança e demais instrumentos autorizativos (CAECE, 2012 p. 32).

⁵⁴ No governo Cid Gomes foi aprovada a Lei nº 13.960, de 04/09/2007, que institui a ADECE e prevê, em seu artigo 5º “A Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. ADECE, no desempenho de seus objetivos, poderá: VII - relativamente ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP: a) apoiar e articular as ações a serem desenvolvidas no complexo, no âmbito das políticas de desenvolvimento regional e estadual apoiar a implantação ou ampliação de novos empreendimentos privados no complexo e sua área de influência; c) dotar o complexo de uma Zona de Processamento de Exportação - ZPE, na forma da legislação vigente; d) zelar pela observância das normas vigentes sobre licenciamentos ambientais; e) estabelecer parcerias com as lideranças comunitárias locais para o equacionamento das necessidades da população local. Vide lei nº 13.960, publicado em 04/09/2007 no Diário Oficial do Estado de Ceará.

Por outra parte, o *PACTO*... oferece uma excelente informação sobre os esforços estatais na formação da força de trabalho para adequá-la às necessidades do projeto do CIPP:

A dimensão do projeto CIPP demanda uma ampla capacitação de mão de obra tanto para o Complexo Portuário quanto para o Complexo Industrial. A estrutura pública de capacitação Profissional compreende o Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE), a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e o Serviço de Aprendizagem da Indústria (SENAI). A ela juntar-se-á em breve o Centro de Treinamento Técnico do Ceará (CTTC) (CAECE, 2012 p. 43).

O governo do Estado do Ceará, atendendo à demanda de qualificação de força de trabalho para o CIPP, cria o Centro de Treinamento Técnico do Ceará– CTTC. O CTTC está localizado no entroncamento das rodovias CE 085 (Via Estruturante) e CE 155, em Caucaia. O centro possui uma área construída de 9.277 m², em terreno de 211.770 m², totalizando um investimento de mais de R\$ 28 milhões em obra e equipamentos. Com capacidade para formar mais de 12.000 pessoas por ano, sua estrutura física contempla blocos de Eletromecânica, Construção Civil, Petroquímica e de Administração. Desde 2012, o espaço tem oferecido cursos nas áreas de construção civil, eletromecânica e petroquímica, com carga horária de 60 a 120 horas de aula ⁵⁵ (CAECE, 2012 p. 46-47).

Por outro lado, quando for finalizada a construção da Ferrovia Transnordestina, o CIPP estará ligado a regiões produtoras do Nordeste, havendo a expectativa de melhora na logística e nas possibilidades de novos negócios. Por sua vez, destaca-se que o CIPP está dentro do Eixão das Águas cearenses,⁵⁶ o que deixa assegurado o fornecimento constante de água doce para uso industrial, ainda que a região enfrente um contexto de seca. Desse modo, a CSP garante para sua produção, entre outras coisas, uma adequada disponibilidade de energia provinda das termelétricas e de fonte de água junto a, como veremos a continuação, um trato fiscal extraordinário.

De todas as formas de participação e intervenção estatal aplicadas no CIPP, é de especial relevância a política de incentivos fiscais. As políticas compensatórias que o Nordeste recebe para estimular o investimento empresarial parecem implicar, nesse caso, em uma transferência de recursos que assegura lucros extraordinários ao capital privado investido na região. Sob a aparência de políticas públicas de estímulo industrial para o

⁵⁵ A criação do CTTC passou por diferentes dificuldades na concreção dos cursos de capacitação.

⁵⁶ O Eixão das Águas, maior obra de infraestrutura hídrica do Ceará, procura garantir a provisão de água nos próximos 30 anos para o Estado.

processo de produção, esconde-se uma transferência de mais-valor no processo de acumulação de capital brasileiro, estabelecendo condições para uma apropriação extraordinária de mais-valor na produção de placas de aço da CSP. Esta situação será esclarecida quando analisarmos as consequências e os pormenores da criação da Zona de Processamento de Exportação – ZPE no CIPP e será alvo de tratamento nas considerações finais.

3.3.1 A primeira Zona de Processamento de Exportação no Brasil

As ZPEs são áreas⁵⁷ destinadas exclusivamente para o livre comércio internacional. Reservadas para a instalação de empresas voltadas à produção para o mercado mundial, as ZPEs são consideradas zonas especiais para o controle aduaneiro, em especial no que se refere ao regime tributário, cambial e administrativo⁵⁸(MDIC, 2017). A ZPE Ceará, a primeira no Brasil, é gerenciada pela Empresa Administradora da ZPE do Pecém S.A.– EMAZP⁵⁹, tendo sido inaugurada em agosto de 2013 (MDIC, 2018).

O CIPP do Pecém gera, com sua ZPE, um dos mais audazes pacotes de isenções fiscais para as empresas que se instalam nele. Elas recebem tratamento tributário especial com um único requisito: o de exportar, no mínimo, 80% de sua receita bruta total⁶⁰. Para as exportações, no nível municipal existe uma redução do Imposto Sobre Serviços – ISS e uma isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano– IPTU e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI. No nível federal, estabelece-se uma redução do Imposto de Renda em até 75% e um reinvestimento do Imposto de Renda para Pessoa Jurídica – IRPJ de 30%. Há também o Imposto de Importação, o Imposto sobre Produtos Industrializados– IPI, o PIS/Pasep, o tributo Cofins-Importação e o imposto Adicional do Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, que ficam suspensos na área determinada como ZPE.

No concernente à política cambial, a ZPE possibilita o intercâmbio pecuniário em qualquer moeda, realizando-se regularmente através do dólar americano. Desse modo, a ZPE impõe uma exceção territorial ao real como moeda de circulação forçosa no âmbito

⁵⁷ Inicialmente, as ZPEs brasileiras foram projetadas para as regiões menos desenvolvidas.

⁵⁸ Os mecanismos de implantação, funcionamento e regulamentação geral das ZPEs foram estabelecidos no governo Lula, em julho de 2007, pela Lei nº 11.508.

⁵⁹ A EMAZP é uma empresa pública criada pela Lei Estadual nº 14.794, de 22 de setembro de 2010.

⁶⁰ Sem o benefício da isenção tributária, os restantes 20% da produção podem ser destinados ao mercado interno.

nacional. A compra de matérias primas e mercadorias para a produção de aço e a venda das placas de aço são realizadas em dinheiro mundial. Porém, os pagamentos de salários envolvidos na movimentação do complexo, que é o foco de nossa análise, devem ser realizados em moeda nacional e deveriam ajustar-se às normas legais que regulam as condições de trabalho no Brasil.

O início da construção da EMAZP estava programado para meados de 2012. A Receita Federal, nesse período, devia liberar o processo de alfandegamento dos primeiros barcos oriundos da Coreia do Sul. A construção da siderúrgica começa, mas a EMAZP ainda permanecia em fase de planejamento. Nessa conjuntura, a empresa POSCO, potencial beneficiária direta daquelas isenções tributárias, pressiona para adiantar a instalação da ZPE. Entretanto, o primeiro barco com material importado da Coreia do Sul para desenvolver a obra atracou no porto de Pecém. Como ainda não estava em funcionamento a EMAZP, a POSCO deveria pagar os impostos comuns de importação ou esperar até a conclusão da demorada obra.

A área de controle aduaneiro da EMAZP, responsabilidade da Receita Federal, é de uma superfície total de 15 hectares. Para funcionar, a área deve estar cercada, contar com portão de entrada e saída, e com os pátios em funcionamento junto ao sistema de controle e vigilância. Só com a realização desses prédios, possibilitam o funcionamento do sistema de processamento da EMAZP, será autorizado o alfandegamento por parte da Receita Federal.

A Receita Federal postergou as duas licitações necessárias para a construção da primeira ZPE do Brasil. Porém, em março de 2012, a POSCO obteve um benefício extraordinário com a isenção do Imposto Estadual sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. O Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ autorizou essa isenção relativa ao diferencial de alíquotas e às operações internas e importação de máquinas, aparelhos e equipamentos.

Em agosto de 2012, é informada à opinião pública que a construção da EMAZP será custeada pela empresa POSCO. Desse modo, a unidade administrativa federal, com atribuições regulatórias fiscais e de controle aduaneiro, foi construída pela empresa que, em princípio, é responsável por sua regulação e controle. As demoras burocráticas para o financiamento e implantação da ZPE gerou uma situação inédita, que não possui previsão em lei. Para gerar legitimidade frente à opinião pública, e diante da ausência de fundamento jurídico, os setores envolvidos argumentaram que o fator tempo determinou a finalização da obra da EMAZP pela POSCO. Victor Samuel da Ponte, diretor da

Associação Brasileira de Zona de Processamento de Exportação– ABRAZPE afirmou na imprensa que:

O primeiro navio com equipamento da siderúrgica chega no dia 15 de dezembro e, para que a CSP tenha as isenções fiscais a que tem direito por estar dentro da ZPE, a ZPE precisa ter o alvará da Receita Federal, o alfandegamento. E isso só será dado após o prédio e o cercamento estarem construídos. Então se fôssemos ainda fazer a licitação destas obras, não iria dar tempo. Daí a CSP resolveu fazer esse trabalho (SOUSA, 2012).

Em termos gerais, observamos que a infraestrutura destinada aos grandes empreendimentos industriais é antes de tudo uma tarefa projetada, desenhada e financiada pelo Estado a partir dos seus diferentes níveis. Entendemos que as atividades regulatórias e produtivas estatais são duas formas concretas estatais que atendem à necessidade da acumulação de capital⁶¹. O Estado, seguindo o desenvolvimento das forças produtivas, apresenta capacidades, tempos, dinâmicas e conflitos específicos nas atividades produtivas, em especial se compararmos essas atividades com aquelas desenvolvidas pelas corporações privadas. Na década de 1930, o Estado participava diretamente com empresas públicas. A partir dos anos 1970, o setor privado começa a ganhar espaço nessas parcerias. No entanto, tal como já defendemos no primeiro capítulo deste trabalho, apesar da aparência, o mercado e o Estado não são contrários nem exteriores entre si. No caso que estamos analisando, depois de já gerada e assegurada a infraestrutura necessária, vieram os investimentos privados que visaram aproveitar ao máximo os recursos disponibilizados pelo setor público. A justaposição das atividades na CIPP, quando finalizada a construção da ZPE, oferece um exemplo concreto e esclarecedor da confusão de atividades produtivas entre setor público e privado, algo diferente da forma externa e dissociada que costuma aparecer em casos semelhantes (PRADO, 1985, p. 9).

Já com a CSP funcionando, em julho de 2016, o Estado do Ceará financiou uma correia transportadora⁶² para o minério de ferro e outros granéis sólidos de alta densidade. Desse modo, o setor público continuou com a provisão de infraestrutura para as empresas do complexo, especialmente a CSP, que aproveita esses insumos para dinamizar a produção de aço. Com 8,6 quilômetros de extensão, a nova correia parte do berço externo do Terminal de Granéis Sólidos do porto até o ponto de entrega, a Torre de Transferência onde as empresas transportam aos seus pátios as matérias-primas. Esse investimento do governo estadual, feito através da Secretaria da Infraestrutura do Estado do Ceará–

⁶¹ Essas duas atividades não esgotam as atividades desenvolvidas pelo Estado: repressivas, educativas, etc.

⁶² A esteira tem capacidade nominal de transporte de 2.400 toneladas/hora, tem forma tubular e utiliza tecnologia de ponta para o transporte de granéis.

SEINFRA, foi de R\$ 212 milhões de reais. A operação assistida da correia durou seis meses. Por enquanto, essa esteira atende apenas à CSP, que ficou responsável pela manutenção e operação do equipamento (CAMPOS, 2016).

Frisamos que o que costuma parecer temporal e institucionalmente diferenciado não é outra coisa senão a organicidade do capital social acionando o trabalho social no incremento da acumulação de capital.

3.4 A central Força Sindical e o SINTEPAV-CE

Segundo estatísticas do ano de 2013 divulgadas pelo Ministério de Trabalho e Emprego - MTE, 75% dos sindicatos de trabalhadores estavam filiados a uma das centrais sindicais existentes, sendo que 30% estavam na Central Única dos Trabalhadores – CUT, 22% na Força Sindical – FS, 14% na Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NTSC, 14% na União Geral dos Trabalhadores– UGT, e o restante se distribuía entre outras oito centrais sindicais minoritárias (MTE, 2013). Essa porcentagem de sindicatos aderidos à Força Sindical, que se mantêm na atualidade, coloca-a como ator estratégico no sindicalismo brasileiro.

A multiplicidade de centrais de trabalhadores e a ausência de capacidade e interesse na unificação delas é um indicador dos problemas estruturais que enfrentam os trabalhadores brasileiros, enquanto classe, na defesa de suas condições de trabalho. Essa característica envolve necessariamente menor força relativa na hora de enfrentar um conjunto de capitais e o Estado. A fragmentação organizativa pode ser compreendida como reflexo do peso da competição entre os vendedores da mesma mercadoria, que, efetivamente lhe dão forma solidária, mas com alcance apenas parcial, isto é, em cada uma das organizações. Evidentemente, quanto maior a unidade da classe, melhores serão as oportunidades para defender condições de trabalho e obter benefícios coletivos. Pelo contrário, a pluralidade das centrais fraciona o poder de negociação diminuindo, por sua vez, a capacidade de barganha na defesa da classe trabalhadora.

No mesmo sentido, como salienta Cardoso (2014), as tendências atuais do movimento operário brasileiro apresentam uma série de fatores “cuja consequência é maior fragmentação (sindicatos menores, mas em maior número), que enfraquece a representação de base ao passo que fortalece os organismos de cúpula” (idem, 2014, p. 27).

As principais entidades que fundaram a FS em 1991 foram defensoras da política de abertura às importações, das privatizações e de atualização das relações de trabalho, como ficou explícito em sua defesa da flexibilização da Consolidação das Leis Trabalhistas (VIEIRA, 2009). O estudo de Gianotti (2002) elucidou o caráter neoliberal da ideologia defendida pelos dirigentes da Força Sindical, entretanto Moreira Cardoso e Martins Rodrigues (1993) descreveram, com embasamento empírico, o perfil político neoliberal dos representantes do congresso que fundaram a central FS.

Encontramos consenso na literatura especializada ao observar que essa central foi consequente na consolidação da relação de forças favorável à aplicação de políticas neoliberais no Brasil. Vieira (2009) afirma que a adesão da FS ao neoliberalismo não foi incondicional, nem se deu nas bases da central com a mesma amplitude que teve na cúpula. A FS, segundo a autora, “possui suas matrizes político-ideológicas no ‘sindicalismo de resultados’ e no ‘sindicalismo pelego’, como atesta a trajetória de seu principal sindicato, o dos metalúrgicos de São Paulo” (VIEIRA, 2009, p. 78).

O ‘sindicalismo de resultados’ exprime uma organização que prioriza os interesses mais imediatos de seus membros específicos. Uma central solidária para si, mas concorrente com as outras. Resultados para os trabalhadores representados excluindo os demais, inclusive na aceitação de condições prejudiciais a longo prazo na troca de benefícios imediatos para os “seus” trabalhadores.

Desse modo, FS apresentaria uma situação paradoxal com a determinação mais geral da solidariedade operária que toma forma concreta com o sindicalismo, analisada no primeiro capítulo. Uma central, pela sua função primordial, deveria personificar uma organização que represente genuinamente os interesses de todos os trabalhadores diante do seu antagonista. Porém, essa determinação geral é mediada de maneira contraditória pela FS, ora contribuindo na organização dos trabalhadores na discussão paritária, ora negociando no parlamento condições prejudiciais para o conjunto dos trabalhadores brasileiros⁶³.

Por sua vez, o SINTEPAV-CE, fundado no ano 2001, associou-se rapidamente à central FS. A criação deste sindicato acompanhou o processo de implantação de importantes obras, como a construção do Metrô de Fortaleza – METROFOR, a modernização da Rodovia BR-116 e a barragem do Castanhão na cidade de Jaguaribara,

⁶³ O jogo parlamentar do presidente da FS, Paulo Pereira da Silva, deputado federal desde 2007 com mandato até 2019, dista de fincar-se na defesa irrestrita dos interesses dos trabalhadores que representa formalmente.

onde há uma reserva hídrica fundamental para o Estado de Ceará. O presidente Raimundo Nonato Gomes, criador do sindicato, se auto-referência como liderança que visualizou a precariedade em que se desenrolavam as grandes construções no Ceará (SINTEPAV-CE, 2019). Identificando, desse modo, a necessidade de criar uma entidade sindical para a defesa coletiva dos interesses dos trabalhadores da construção pesada no Estado.

Desde o princípio, o sindicato aprimorou a prática das greves com o intuito de abrir e desenvolver negociações coletivas diante das empresas construtoras. Esse foi o mecanismo predileto na obtenção de melhorias para a categoria até o ano 2015. A primeira convenção coletiva do SINTEPAV-CE, assinada em 2001, deu-se graças à greve de mais de oitocentos trabalhadores durante a construção da barragem do açude do Castanhão. Isso iniciou uma trajetória gremial com experiência prática na organização de conflitos e paralisações até o presente.

A partir do ano 2007, com a criação do PAC e a consequente geração de vários investimentos federais e estaduais, abriu-se um contexto favorável para o SINTEPAV-CE. As obras no CIPP, as modernizações das estradas estaduais e federais, a remodelação do estádio Arena Castelão para a Copa das Confederações de 2013 e as obras no Aeroporto Pinto Martins trouxeram um inusitado crescimento da atividade do sindicato.

Após uma década de sua fundação, o SINTEPAV-CE inaugurou sua própria sede no bairro de Benfica em Fortaleza com excelente capacidade para o atendimento aos associados. O sindicato continuou se expandindo no interior do Ceará, abrindo sedes em Juazeiro do Norte para atender as obras de transposição do rio São Francisco, Eixão das Águas e Transnordestina, e na cidade de São Gonçalo de Amarante, onde milhares de trabalhadores desempenharam tarefas no CIPP.

A edificação das Usinas Termelétricas do Pecém- UTE, no CIPP, foi o preâmbulo dos conflitos que iriam se acrescentar à construção da CSP. A implantação das UTE se iniciou no ano 2008 e foi até o 2013, demandando a presença de trabalhadores de diferentes regiões do Brasil e de mais diversa qualificação (TELES, 2018, p. 210). A experiência dos conflitos trabalhistas nas UTE foi aproveitada pelo SINTEPAV-CE para as negociações com a empresa construtora da CSP. De fato, uma quantidade significativa de trabalhadores passou de um canteiro ao outro na busca de continuidade laboral. Assim a organização sindical seguiu a dinâmica das obras no CIPP.

Destaca-se que o sindicato, apesar de ter capacidade na gestão de conflitos, expressa, em seu discurso institucional, uma distância em relação aos trabalhadores que representa, o que possivelmente interfira na fiel representação dos interesses dos

trabalhadores da construção pesada do Ceará. Por exemplo, na descrição institucional disponível no site do sindicato, quando se explica a situação do canteiro da UTE, diz-se que os trabalhadores “estavam constantemente reivindicando melhorias e a entidade tinha por obrigação atender essa demanda tão diversificada” (SINTEPAV-CE, 2019). Nesse discurso institucional identificamos uma relação clientelista do sindicato com os trabalhadores que representa. Dessa forma, o inerente antagonismo entre trabalhadores e empresários ganha outra particularidade que atravessa a determinação geral antagônica analisada no capítulo primeiro. O sindicato SINTEPAV-CE apresenta uma auto-referência institucional, além de sua efetiva razão de ser defesa nas forças de trabalho empregadas nas construções pesadas de Ceará. Nos vídeos disponíveis no site do sindicato também encontramos imagens que representam esta característica, em especial nas imagens que mostram as paralisações da CSP. Nelas podemos ver os dirigentes gremiais e advogados do sindicato entrando no CIPP já cercado pelo conflito⁶⁴. As imagens revelam, portanto, que os funcionários do sindicato se posicionavam em um cenário conflitivo gerado durante o processo de trabalho e pelos próprios operários.

3.5 As empresas acionárias da Companhia Siderúrgica do Pecém

No ano de 2007, quando se definiu o projeto para a planta siderúrgica, a CSP ganhou na concorrência a Ceará Steel, que propunha a utilização de gás natural como matriz energética. Quando a CSP demarcou sua formatação técnica, a empresa optou pela utilização de carvão mineral para a geração de energia necessária para a produção de aço. O projeto da usina siderúrgica do Ceará foi anunciado no Palácio do Planalto pelo ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. “Não tive notícia nos últimos tempos de um passo tão difícil”, disse o presidente, em referência ao imbróglio que havia emperrado por anos a construção da siderúrgica (SERPA, 2007). Nesta suposta decisão tecnológica, podemos compreender o Estado como espaço de resolução concorrencial entre capitais: enquanto a Petrobrás estava por trás da matriz energética de gás natural para o CIPP, a Vale S. A. saiu vitoriosa na decisão técnica estatal de abastecer a siderúrgica com energia liberada com carvão mineral da qual a empresa é fornecedora.

A CSP é resultado da parceria, acordada no ano 2008, entre a empresa de origem brasileira Vale S.A. e as de origem sul-coreanas Dongkuk Steel Mill e POSCO. Essas

⁶⁴ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=5&v=VjO2JaiBCi8>. Acesso em: 8 fev. 2019.

empresas vêm desenvolvendo tarefas específicas na concretização do projeto siderúrgico. Com 20% das ações, a POSCO E&C foi a responsável primária da construção da CSP. Por sua vez, a direção das operações da planta está nas mãos da Dongkuk Steel, que se assegura uma parcela da produção anual para uso e comercialização no exterior. Já a Vale S. A, líder mundial na indústria extrativa e aqui sócia majoritária com 50% das ações, é a fornecedora das matérias primas e a organizadora responsável geral pela CSP.

O capital estimado para realização do empreendimento é de 5,4 bilhões de dólares, dos quais 2,1 bilhões foram diretamente desembolsados pelos acionistas, 1,2 bilhões foram oriundos de créditos da banca internacional e os 2,1 bilhões restantes são provenientes de outros investimentos, segundo Júlio Castro, gerente geral de Recursos Humanos da CSP. (MPT-CE, 2015a). A maior parte desse capital, como veremos, foi diretamente investida na construção da planta siderúrgica.

Essas empresas, como outras, exprimem concretamente que o processo de acumulação não é mais que a reprodução do capital em escala progressiva (MARX, [1867] 2017, p. 657). O capital é a relação social geral que aciona o trabalho social com o objetivo de produzir mais capacidade para acionar o trabalho social: D-M-D'. Do ponto de vista formal, o ciclo do capital finaliza da mesma forma que iniciou, porém ele volta a pôr em movimento o trabalho social sem mais objetivo imediato que gerar mais capacidade de pôr em funcionamento o trabalho social. Desse modo, o capital é a multiplicação da capacidade para organizar o trabalho social, ou seja, uma massa maior de trabalho social (IÑIGO CARRERA, 2003). Vejamos resumidamente as trajetórias dessas empresas e as suas principais características atuais.

3.5.1 *Dongkuk Steel Company Ltda.*

Na atualidade, a empresa Dongkuk Steel virou um conglomerado industrial com atuação na construção civil e, sobretudo, na produção de aço⁶⁵. Quando começou suas atividades, no ano 1954, em Yongho-dong Busan, a empresa tinha pouco capital, escassa tecnologia e nula experiência. Embora tenha conseguido iniciar operações de alto forno somente no ano de 1965, a Dongkuk Steel começou produzindo 30.000 toneladas/ano e, no forno de arco elétrico, a partir de 1966, produziu até 60.000 toneladas/ano. A Dongkuk

⁶⁵ Os principais produtos da empresa são placas de aço para construção naval, vigas, perfis e barras para construção civil. A Dongkuk Steel estava no 2017 na posição 83ª entre as siderúrgicas do mundo, entre as empresas membros do *International Iron and Steel Institute* – IISI. (WORLDSTEEL, 2017)

Steel foi a primeira empresa privada na Coreia do Sul a desenvolver esses tipos de produções e, no ano 1986, conseguiu atingir o recorde mundial em produção de aço por unidade de tempo: 50.000 toneladas/mês (DONGKUK, 2018a).

No ano 2006, já com mais de cinquenta anos de experiência, a empresa inaugurou três portos exclusivos, incluindo Incheon Norte, e o seu segundo píer no novo porto de Pohang. Aumentando de maneira incessante a sua capacidade e sua produtividade em 2010, a Dongkuk Steel chegou a produzir 7,5 milhões de toneladas de aço. Atrás apenas da POSCO e da Hyundai Steel, a empresa é, na atualidade, a terceira maior siderúrgica de Coreia do Sul e a maior compradora de placas de aço no mundo. A curto prazo, com o aço fundido no Ceará junto às plantas em Pohang, Busan, Dangjin e Incheon, ela atingirá a meta de produzir 11,6 milhões de toneladas de aço por ano (DONGKUK, 2018a).

A participação na CSP foi saudada pela empresa como um trampolim para virar concorrente global investindo 862 bilhões de won (o equivalente a 7,7 bilhões de dólares)⁶⁶ (DONGKUK, 2018b). Desse modo, o projeto da CSP contribui na transformação da Dongkuk Steel em uma siderúrgica global.

3.5.2 Vale S.A.

De origem estatal, a empresa Vale S.A. foi fundada em 1942, no governo de Getúlio Vargas, sob o nome de Companhia Vale do Rio Doce, sendo que seu percurso produtivo se destaca na indústria contemporânea brasileira. A pesquisadora Zorzal e Silva (2004, p. 113) desenvolve a tese de que a empresa e o estado desenvolvimentista (1930-1970) são faces de uma mesma moeda. Na atualidade, a Vale S.A. opera em mais de trinta países e só é superada em grandeza de capital estimado, no Brasil, pela Petrobrás (AMÉRICA ECONOMIA, 2014).

A companhia estatal iniciou suas atividades na década de 1940 como mineradora de ferro, chegando a se consolidar como a maior mineradora desse metal desde 1974 até a atualidade. Na expansão, a empresa foi diversificando as suas áreas de atuação e produção. Durante suas primeiras décadas de existência era fundamentalmente fornecedora de ferro à estatal Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, a maior empresa siderúrgica da América Latina na atualidade. Nos anos 1960, ela deu um salto na escala

⁶⁶ Segundo o câmbio oficial de 9 de dezembro de 2018, do Banco Central do Brasil – BCB.

produtiva e na venda de ferro ao deslocar para o Japão sua concorrente australiana. Para Zorzal e Silva, esse estreito intercâmbio com o Japão mediante o modelo de parceria ou *joint-venture*, foi o principal impulso para a expansão e diversificação da empresa.

Tal dinâmica permitiu que a empresa passasse a determinar os rumos do setor mineral desde meados dos anos 50 e, dessa forma, assumisse a dominância do setor. Isso, principalmente, por ter investido muito em pesquisas geológicas e no desenvolvimento de tecnologias, visando acompanhar as tendências mundiais, não só da siderúrgica e do mercado de mineiros, mas também as tendências mais gerais do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial. (ZORZAL e SILVA, 2004, p. 55).

Com a criação da empresa de navegação Docenave, em 1962, e a inauguração do Porto de Tubarão, em 1966, a Companhia Vale do Rio Doce entrou em uma fase de crescimento vertiginoso e sua produção passou de 10 milhões de toneladas/ano no ano 1966, a 18 milhões em 1970, atingindo a incrível marca de 56 milhões de toneladas/ano em 1974. As descobertas das jazidas de Carajás no Estado do Pará foi outro grande impulso para o desenvolvimento da empresa. Esse imenso estado mineralógico contém a maior reserva mundial de minério de ferro de alto teor, além de grandes reservas de manganês, cobre, ouro e minérios raros. O projeto Grande Carajás entrou em operação em 1985, o que permitiu que a Vale do Rio Doce batesse novo recorde na extração de minério de ferro: em 1989, ela gerou 108 milhões de toneladas métricas.

A privatização da Vale no ano 1997 foi acompanhada de vários processos de compra e fusão com outras grandes companhias que implicaram outro salto qualitativo na história produtiva da empresa (ZORZAL e SILVA, 2004, p. 36). A partir daí, a Vale S. A. parece tornar-se um bolsão de eficiência na expansão capitalista brasileira (idem, p. 54). Para o ano 2005, a produção de minério de ferro, englobando a produção das empresas incorporadas⁶⁷, elevou-se para 255 milhões de toneladas, sendo 58 milhões destinados às siderúrgicas brasileiras e 197 milhões destinados à exportação⁶⁸.

⁶⁷ A empresa SAMITRI foi incorporada pela Vale S. A. no ano 2000 (VALE, 2000).

⁶⁸ No dia 5 de novembro de 2015, acontece um dos piores acidentes da mineração brasileira no município de Mariana em Minas Gerais. A falta de manutenção apropriada fez com que a barragem do Fundão cedesse, provocando uma enxurrada de lama que devastou o distrito de Bento Rodrigues, deixando um rastro de destruição pelo rio Doce e seus arredores, chegando até o oceano. A empresa Vale é a principal responsável, junto a Samarco e a BHP Billiton. Mais de três anos depois da maior tragédia ambiental do Brasil, pouco foi feito. O processo ficou suspenso na Justiça. Só 1% das multas foi pago. As vítimas ainda não receberam suas novas casas e os responsáveis da calamidade que devastou Bento Rodrigues continuam rumo à impunidade. Não é apressado inferir que a empresa compra a opinião e os poderes públicos para manter fora da agenda política essa catástrofe ambiental e humanitária.

A magnitude e a importância da empresa no setor mineralógico mundial são indiscutíveis, contabilizando atualmente 110 mil empregados diretos em mais de 30 países (VALE, 2018).

3.5.3 Pohang Iron and Steel Company, a POSCO

Pohang Iron and Steel Company – POSCO irrompe na concorrência global depois dos anos 1960, quando a produção de aço contava com um desenvolvimento mundial apreciável. Todavia, por vários motivos, consegue se inserir no mercado mundial virando um capital privado de ponta tecnológica do setor siderúrgico na atualidade. De fato, ela é a empresa emblema do desenvolvimento industrial na Coreia do Sul durante os últimos quarenta anos. Junto a Samsung Electronics, a POSCO é o exemplo do processo de acumulação do capital bem sucedido da Coreia do Sul. A indústria automobilística e a construção naval sul-coreana são dependentes do aço produzido pela empresa de origem estatal sendo, na atualidade, a quarta maior siderúrgica do mundo (CSP, 2018).

O projeto POSCO nasce no ano de 1965 como parte da elaboração do Segundo Plano Quinquenal sul-coreano de Desenvolvimento Econômico (1967-1971). O ditador Park Chung-hee (1917-1979), desde 1963 até seu assassinato, dirigiu autoritariamente a sociedade sul-coreana impulsionando projetos industriais que foram desaconselhados pelo Banco Mundial. A primeira planta da POSCO foi construída no ano de 1970, no litoral ao sudeste da cidade de Pohang. Durante os quinze anos de construção da obra, a colaboração da *Nippon Steel* do Japão foi fundamental no desenho e assistência técnica. A adoção de tecnologia japonesa, a abundante mão de obra barata e o financiamento externo explicam, em parte, o sucesso industrial sul-coreano (MUSSI, 2017, p. 130). As outras razões do sucesso do processo industrialista sul-coreano provêm dos movimentos da crise mundial do setor dos anos 1970⁶⁹.

O crime ambiental e trabalhista recentemente acontecido no Brumadinho obrigam-nos a dizer algo a respeito. Frisamos que o desastre da Vale S. A. em Brumadinho não é um gravíssimo problema que afeta somente a Brasil, a mineração envolve centos de “acidentes”, mortes e severas contaminações ambientais no mundo. O informe do Programa para o Ambiente de Nações Unidas – PNUMA-ONU enumerou mais de 100 desastres de barragens desde a década de 1990 até 2016 (BAKER; ROCHE e THYGESEN, 2017). A necessidade de uma radical transformação global da forma alienada produzir a vida torna-se dramaticamente imperiosa, evidenciando a incontrastável incapacidade dos Estados para prevenir, regular e punir as empresas vira ilusão pedir eles a solução dos problemas gerados pela forma de produzir riqueza no mundo.

⁶⁹ Consideraremos sucintamente a atual crise do setor siderúrgico no último apartado.

Como afirma Grinberg (2011), o processo privatizador da POSCO foi paulatino, começando nos anos 1980 e finalizando em 2001, quando o governo de Kim Dae Jung (1924-2009) vendeu as últimas ações da empresa, aproximadamente 20-25%. Esse processo de privatização foi parte de um desenvolvimento produtivo diferente à maioria da venda de ativos públicos acontecido na América Latina. Na década de 1990, a POSCO era mais eficiente que seus concorrentes, sendo um dos maiores produtores de aço no mundo e, por sua vez, as indústrias manufatureiras sul-coreanas já não precisavam do preço do aço subvencionado como nos alvares da sua industrialização. O Estado sul-coreano, necessitado de recursos para afrontar a dívida, privatiza a POSCO, mas sem abandonar o projeto industrialista. Desse modo, já no setor privado, a POSCO deixa de cumprir aquele papel interno priorizando sua expansão internacional.

Além de ser minoritária na composição acionária⁷⁰, a empresa POSCO foi, como veremos no seguinte apartado, responsável pela construção da companhia através de sua subsidiária, a *POSCO Engineering & Construction Ltda.* – POSCO E&C. Especializada na construção de grandes infraestruturas industriais e urbanas, a POSCO E&C oferece experiência na técnica de construção por processos integrados e domínio de vanguarda nas questões de engenharia. A empresa subsidiária da POSCO tem capacidade comprovada, desde a década dos 90, na construção de siderúrgicas, plantas químicas, energéticas, de mineração, entre outras. No ano 2012, quando começa a construção da siderúrgica no Pecém, ela segurava, ao mesmo tempo, vários empreendimentos de grande escala: na Polônia construía uma planta de incineração, na Coreia o arranha-céu Neat Tower, e também instalava uma central elétrica de vapor no litoral peruano. Por sua vez, no Myanmar, na cidade de Yangon dirigia a construção de um dos maiores hotéis no mundo. Além disso, construía uma planta de tratamento de águas residuais e um autopista na cidade Ho Chi Minh, Vietnam, assim como uma cimenteira no Timor Oriental, entre outras (POSCO, 2018). POSCO E&C tem um recorde no subministro e construção de siderurgias integradas com a fórmula Engenharia, Aquisição e Construção⁷¹ (EPC,

⁷⁰ Já dissermos que o 20 % das ações da CSP pertencem a POSCO.

⁷¹ Esse tipo de contrato compreende em um só instrumento o projeto, a construção, a compra de equipamentos e a montagem para uma determinada obra. Nesse sentido, ele estipula um conjunto de obrigações para o contratado que vão desde o projeto até a supervisão da montagem, passando pelas obras civis, mecânicas, elétricas, e incluindo a procura e compra dos equipamentos necessários. Daí alguns denominarem tal tipo contratual de *Turn Key*, expressão do direito norte americano, significando que o contratado deve entregar a obra totalmente pronta, para o contratante poder tão simplesmente ligar a chave do empreendimento.

Engineering, Procurement and Construction, pelas siglas em inglês), na modalidade de subcontratar diversas empresas para efetivar as construções.

3.6 A construção da Companhia Siderúrgica do Pecém

A primeira siderúrgica integrada⁷² do Nordeste brasileiro começa a operar plenamente no ano de 2016. A CSP, com sua atividade produtiva, adicionou-se ao processo de industrialização de matérias primas destinado ao mercado mundial como forma do desenvolvimento do processo acumulação de capital no Brasil. Para obter as placas de aço, a nova siderúrgica processa, em sua maioria, o minério de ferro de Carajás importando o carvão da África e usando o calcário do Ceará. Como já vimos, ela pôs em funcionamento a primeira ZPE no Brasil, aplicando tecnologia de vanguarda. Por sua vez, o empreendimento requereu grandes quantidades de trabalhadores na sua construção e gerou novas vagas de emprego para desenvolver sua operabilidade. Segundo informações da ADECE (2016) foram mais de 23 mil empregos diretos e indiretos na construção, quase 3 mil diretos e mais de 1 mil terceirizados na atual fase operativa.

O largo processo de negociações aberto no ano de 2007 aumentou os acordos orquestrados pela Vale S.A., principalmente no começo do governo Dilma Rousseff, em 2011. Nesse ano, a CSP assinou o contrato com a POSCO E&C. O contrato de EPC indicou um valor de construção arredor dos 4.5 bilhões de dólares e estabeleceu uma duração de 44 meses para a realização da siderúrgica, acordando a entrega da planta em funções para setembro de 2015. As negociações avançaram também na distribuição acionaria das empresas: 50% da participação para Vale S.A., a Dongkuk Steel ficou com o 30% e o 20% restante ficou nas mãos da POSCO.

A inversão industrial privada da CSP foi celebrada, tanto pelo governo federal, como pelas autoridades estaduais. Em janeiro de 2014, já com a obra em pleno desenvolvimento, o presidente da ADECE, Roberto Smith, afirmou que “a história de Ceará será dividida em antes e após do Pecém”. Inicialmente, a realização da planta industrial é um fato social que traria progresso e bem-estar social na região,

⁷² As usinas de aço classificam-se segundo o seu processo produtivo: as integradas são as que operam as três fases básicas: redução, refino e laminação, participando de todo o processo produtivo na produção de aço. As semi-integradas são as que operam apenas duas fases: refino e laminação. Existem ainda unidades produtoras chamadas de não integradas, que operam apenas uma fase do processo: processamento (laminação ou trefilas) ou redução.

fundamentalmente à população local, dinamizando o setor econômico e demandando muita força de trabalho (CAVALCANTE, 2017).

3.6.1 Organização do processo de construção da CSP

A POSCO E&C não foi a única empresa envolvida na construção da siderúrgica de Pecém. Sob o comando dela muitas outras empresas⁷³ participaram como subcontratadas na efetivação da obra, a maioria delas brasileiras e também algumas de procedência europeia e asiática. As características e tamanhos dessas empresas oferecem grandes diferenças entre si, desde empresas medianamente grandes, com décadas de trajetória na construção civil, até pequenas empresas de recente criação, inclusive algumas cooperativas de trabalhadores especializados. Essas últimas foram especificamente constituídas sob o formalismo empresarial para concorrer nas licitações abertas pela construtora sul-coreana. Durante esses anos, a POSCO E&C contratou cerca de 400 empresas para a efetivação da obra e, por sua vez, essas empresas terceirizaram os serviços de alimentação e transporte para os trabalhadores.

Esse esquema de trabalho em que a empresa responsável pela construção subcontrata outras para a efetivação parcial e segmentada das obras não é novidade nos grandes projetos industriais e civis contemporâneos. Como salienta Teles “cada empresa contratada é responsável pela efetivação de um projeto específico de execução, ocorrendo, assim, uma profunda divisão do trabalho” (TELES, 2018, p. 250).

O desenvolvimento capitalista atual foi aprimorando esse esquema, demonstrando eficácia e eficiência na consecução das grandes construções e, sobretudo, permitindo um incremento na exploração da força de trabalho ao oferecer um controle mais direto e personalizado da prática coercitiva sob os assalariados. Outro aspecto importante é que, desse modo, os trabalhadores serão contratados por um tempo determinado, nunca excedendo os seis meses de duração. Assim, tanto a continuidade e a renovação como a tentativa de ser contratado por outras empresas vira uma constante debilidade para os trabalhadores da obra. Como contrapartida, o esquema também gera uma multiplicação nas referências do sujeito que personifica a exploração, isto é, fomenta uma prática coercitiva efetiva e difusa ao mesmo tempo.

⁷³ Segundo a revista FIEC de fevereiro de 2016, mais de 400 empresas participaram da construção da CSP (REVISTA DA FIEC, 2016).

Por outro lado, essa forma de organização do processo de construção oferece o paradoxo de contar com assalariados comandando e impondo condições a outras empresas. Referimo-nos a uma parcela significativa de empregados da POSCO E&C que personificam os interesses da valorização do capital na função de direção e comando da empresa, rol antes personificado pelo capitalista⁷⁴. Eles, embora mantenham um alto padrão de vida, estão separados dos meios de produção e recebem um salário. Como contrapartida, em muitos casos, as empresas subcontratadas dispõem de um mínimo capital e escassos meios de produção, dispendo de um menor valor relativo como capital que os próprios salários anuais desses empregados da POSCO E&C. Trabalhadores ricos dando ordens a pequenos empresários que, compelidos pela concorrência, descarregam toda a pressão nos trabalhadores contratados por eles. Nesse cenário, nos depararemos com o descumprimento recorrente das normas e acordos trabalhistas por parte dessas empresas.

Do ponto de vista dos trabalhadores, a complexidade da organização produtiva descrita multiplica as dificuldades das formas de solidariedade operária que analisamos no primeiro capítulo. Certamente o canteiro oferecia, quando começar, uma disparidade de salários e condições entre trabalhadores da mesma categoria e função segundo as empresas pelas qual foram contratadas. Situação que alicerça a competição entre os trabalhadores potenciando sua diferenciação por oposição à geração de ações coletivas. O SINTEPAV-CE, como veremos, organizou a discussão coletiva atenuando essas diferenciações que dificultam o desenvolvimento da luta pela pauta salarial paritária. Outra ordem de problemas surgiu com as empresas terceirizadas que, fora do enquadre sindical, eram fonte de descontento operário na precariedade dos serviços oferecidos e nas condições de trabalho de seus empregados.

Em determinados conflitos trabalhistas, a própria estruturação da obra abriu a possibilidade de negociações de fato por sobre os contratos assinados. Algumas empresas obtiveram um reforço financeiro da POSCO E&C para resolver os conflitos trabalhistas. Inclusive algumas vezes a resolução veio pela compra direta de vontades na tentativa de encaminhar os descumprimentos das subcontratadas com os trabalhadores.

⁷⁴ Vide análises da mudança e ampliação de funções dos operários realizado no item 2.4.1 deste texto.

3.6.2 *Quantidade e perfil geral dos trabalhadores envolvidos*⁷⁵

Segundo fontes empresariais (POSCO, 2018) e estatais (ADECE, 2016), o total de trabalhadores afetados na construção ultrapassou a faixa dos 20 mil, entre empregos diretos e indiretos. Se compararmos os perfis educacionais dos trabalhadores da construção da planta com os contratados para as operações de produção de aço, será encontrada uma composição inversamente proporcional. Na construção, aproximadamente 70% dos operários tem nível fundamental de ensino e os 30% restante atinge o nível técnico de formação (TELES, 2018, p. 248). Já na instalação dos equipamentos, a diferença tende a se igualar, enquanto na fase de operação da siderúrgica a proporção se inverte, isto é, 70% de técnicos profissionais e 30% de operários com nível fundamental de ensino.

Como vimos no final do primeiro capítulo, o atual desenvolvimento capitalista vai fragmentando e diferenciando a classe operária em três grandes frações: a que realiza tarefas científicas e de comando do capital; a que exerce trabalho simplificado e; a que sobra à mercê das necessidades do capital. Entendemos que, pelas próprias necessidades da construção da CSP, a tendência foi dispor fundamentalmente de mão de obra entre as duas últimas frações de classe.

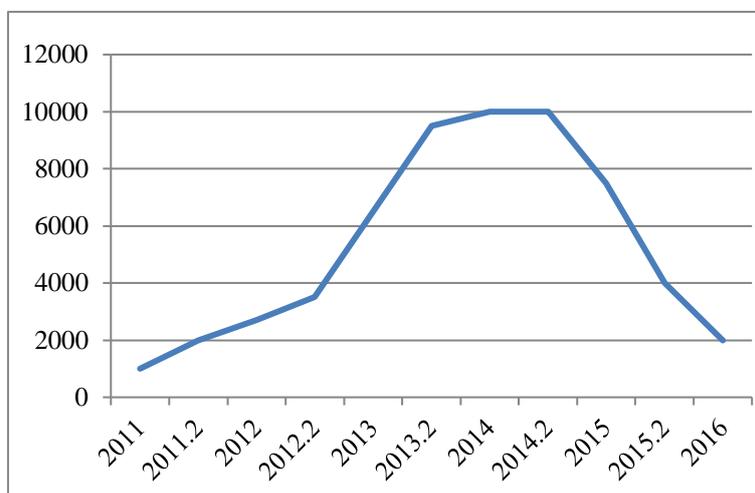
Como a demanda de braços para a obra era extraordinária, geraram-se esforços estatais para que a maior quantidade de força de trabalho da região fosse empregada. Para isso, o Estado contribuiu significativamente na formação de saberes segundo as necessidades da CSP, tanto na implantação como na fase de produção propriamente dita. De todos os modos, determinadas características e necessidades da obra dificultaram a absorção total dos moradores da região. A criação do CTTC, que já mencionamos, não esgotou o direcionamento estatal de recursos nesse sentido.

Por sua vez, um ambicioso curso de soldagem foi desenhado e planejado pela empresa em parceria com o sindicato. Pouco antes os cursos começarem, em 2012, todo o projeto foi suspenso a partir de pressões da empresa para que o SINTEPAV-CE sufocasse as reclamações sobre os constantes incidentes trabalhistas e abrisse mão do direito de organizar greves.

⁷⁵ Para uma análise mais detalhada dos perfis dos trabalhadores da construção do CSP a partir de gênero, origem, estados e nações, idades, etc., ver capítulo 5.4 da tese intitulada *A Companhia Siderúrgica do Pecém e a mobilidade da força de trabalho*, da geógrafa Teles (2018, p. 247-271).

Podemos ver na figura 1 como a implantação foi requerendo paulatinamente maior quantidade de força de trabalho até o ano 2014, momento em que a demanda de braços começa a cair sustentadamente.

Figura 1 – Demanda de trabalhadores na implantação da CSP



Fonte: Elaboração própria; dados do SINTEPAV-CE e informações fornecidas pelas empresas.

De todas as formas, os trabalhadores disponíveis na região não iam abastecer totalmente as necessidades da construção da CSP. Efetivamente, as migrações de trabalhadores de diferentes Estados, inclusive de outras grandes obras já concluídas, foram uma das características salientes.

Nesse setor migrante, frisamos a existência de um grupo de trabalhadores experientes em grandes obras que tiveram uma participação particular nos conflitos. Todos os atores envolvidos na obra reconhecem esse grupo, atribuindo-lhes traços e interesses específicos. Segundo alguns entrevistados⁷⁶, esse grupo tinha uma atitude proativa e beligerante diante das tentativas empresariais de perfurar condições de trabalho experimentadas por eles em outros Estados. Atuavam autonomamente, desconhecendo o sindicato e negociando condições por conta própria. A atitude ousada, insolente e temerária desse grupo temperou os conflitos e contribuiu, em alguns momentos críticos, para a confusão geral. O nível de beligerância desse grupo teve suas piores consequências no momento em que a maioria do grupo foi finalmente demitida e, em alguns casos, prisões ocorreram.

⁷⁶ Representantes do Sindicato, Procurador de MPT-CE e advogados trabalhistas, entre outros.

A pormenorizada análise realizada pela geógrafa Teles (2018, p. 256) destaca “que em nenhum outro momento de seu desenvolvimento industrial houve contratação tão elevada de força de trabalho estrangeira”. Essa mão de obra, em sua maioria de origem sul-coreana, ocupará as funções de planejamento, comando e direção na construção. Segundo dados do MPT-CE, em 2015 a obra da CSP tinha “cerca de mil trabalhadores sul-coreanos, geralmente em atividades técnicas ou de engenharia” (idem, 2015a).

3.7 Descrição dos conflitos e acordos atingidos pelos trabalhadores

A obra pode ser dividida por etapas que, aproximadamente, correspondem com os anos que levaram ao processo de implantação da siderúrgica. Desse modo, a partir do ano de 2010, quando o projeto obtém a licença ambiental, completam-se formalmente as condições para iniciar a obra. As primeiras tarefas de preparação do terreno, terraplanagem e cravação das estacas vão até o ano de 2012. Durante o ano de 2013, começa a etapa da obra civil propriamente dita, para então chegar até 2014 com a implantação de equipamentos e montagem. No ano de 2015, realizam-se as obras finais de pré-operação culminando, no ano seguinte, com a planta funcionando quando da entrega à Vale S. A..

Em agosto de 2011, a presidenta Dilma Rousseff inaugurou pessoalmente as obras de terraplanagem junto à implantação da correia transportadora de minério de ferro da CIPP e o Terminal de Múltiplo Uso – TMUT, ambos como já vimos financiados pelo setor público.

3.7.1 Primeira etapa da construção

A POSCO ganha a licitação aberta pela Vale S. A. para a construção da CSP com um valor⁷⁷ que impossibilitava de antemão as mínimas chances de se concretizar sem a pretensão de gastar uma quantidade ínfima e irrisória em salários. Ainda no início da obra, a empresa POSCO E&C negou-se a assinar o Acordo da Mesa Nacional da Construção⁷⁸.

⁷⁷ As empresas não quiseram informar dados contábeis, preços, nem quantias monetárias que seriam necessárias para ponderar quantitativamente diferentes questões. Porém apelamos a algumas fontes confiáveis que participaram dos acontecimentos mantendo seu anonimato.

⁷⁸ A Mesa Nacional da Construção começou funcionar em março de 2011 e, após dezoito reuniões e três plenárias, arribou ao acordo em dezembro do mesmo ano. Suas diretrizes são resultado de intensas negociações ocorridas entre o governo federal e as entidades representativas de empresários e empregados

Esse acordo teve por finalidade principal diminuir a conflitividade trabalhista garantindo condições e relações de trabalho decentes para toda a cadeia produtiva da construção no Brasil. Essa omissão junto ao magro orçamento da licitação nos indica, de antemão, que o nível empresarial planejado de exploração da força de trabalho tinha que perfurar as condições mínimas impostas pela lei. Por sua vez, custear a construção da ZPE e rejeitar a participar do acordo Nacional da Construção são ações que caracterizam o *modus operandi* da POSCO E&C.

No começo de 2012, inicia-se a construção com o terraplanagem de cerca de 1.000 hectares do solo, dividida em quatro setores, e continua-se com o cercamento e colocação das primeiras estacas para as fundações. A empresa CRAFT Ltda. foi a responsável primária dessas obras começando no mês de março as tarefas no primeiro pátio. Do valor total estipulado no contrato, o orçamento aplicado para a etapa inicial foi de 900 milhões de moeda americana. Durante todo esse ano, as tarefas de terraplanagem da superfície total representaram um aspecto substantivo da obra. No mês de maio, o navio “Cape Nelson” chegou da Coreia do Sul com as primeiras 3.500 estacas, cada uma delas pesando de 2 a 4 toneladas e medindo de 6 a 18,5 metros.

A construção chegou ao mês de julho com 48.481 toneladas de material recebido, o equivalente a aproximadamente 35% do total de material que entrou nesse ano, que totalizou cerca de 139.120 toneladas. Além de estacas de concreto e de aço, foram trazidos vergalhões e estruturas metálicas. As restantes 90.639 toneladas de material foram deslocadas em 16 carregamentos que foram chegando ao local até o fim de 2012. No dia 17 de julho, a cravação das primeiras estacas virou um evento político encabeçado pelo governador Cid Gomes (2007-2015) e os executivos das empresas (TRIBUNA DO CEARÁ, 2012a).

Para realizar essas primeiras transformações no solo, foram empregados pouco mais de 2 mil trabalhadores, requerendo majoritariamente pedreiros e ferreiros. Pelo lado das subcontratadas, a empresa Santos CMI Engenharia e Construções Ltda. absorveu a maior parte dessas primeiras tarefas.

As interações políticas entre o capital-trabalho começaram com a POSCO E&C desconhecendo ao SINTEPAV-CE como representante formal dos trabalhadores e fomentando a criação de um sindicato paralelo que não prosperou. A empresa também

do setor da construção. Com o objetivo de diminuir os conflitos trabalhistas aprimorando as condições de trabalho nos canteiros de obras o Compromisso foi assinado o 1º de março de 2012. (SECRETARIA GERAL, 2012).

pretendeu instalar como interlocutor sindical, com efêmera eficácia, um grupo de trabalhadores que recebeu tratamento diferencial. Por sua vez, o SINTEPAV-CE conseguiu paulatinamente aproximar-se das problemáticas do canteiro e começou a orientá-las. Desse modo, os obstáculos para o reconhecimento do sindicato com representação legal foram esgotando-se a partir dos primeiros conflitos coletivos do ano 2012, que se iniciaram com o descumprimento das normativas básicas por parte das empresas subcontratadas, a ausência de unificação dos salários e a existência de um grupo importante de trabalhadores que ficavam por fora do convênio da obra pesada. Uma vez conseguido ser reconhecido como interlocutor, o SINTEPAV-CE foi pressionando para melhorar as condições de trabalho mediante reuniões periódicas, em uma mesa de negociações na qual se esclareciam e pautavam os inconvenientes enquanto o setor empresarial ia corrigindo aos poucos as irregularidades denunciadas.

O primeiro ACT foi homologado em junho de 2012, com vigência a partir de abril de 2012 até março do ano seguinte (SINTEPAV-CE, 2012a). As empresas que assinaram o acordo em conjunto com a POSCO E&C foram a PVC Futuro Esquadrias Ltda, *Dongyang Construction* do Brasil Construtora Ltda., Chunjo do Brasil Construções Ltda., Santos CMI Engenharia e Construções Ltda. e CRAFT Engenharia Ltda. Estabeleceram-se, então, pisos salariais por ofício; porcentagens e condições na participação por resultados ou lucros – PRL; valor de cesta básica e formas de admissão, contratação e demissão, entre outras cláusulas consuetudinárias desses acordos.

Esse primeiro ACT embasou as futuras negociações paritárias, deixando fora do acordo os motoristas, vigilantes e terceirizados que fornecem a alimentação para os operários do canteiro. A ausência de assinatura de várias empresas envolvidas e que já operavam no canteiro da CSP, nos diz algo sobre o grau de barganha do sindicato nessa conjuntura⁷⁹. O acordo estabeleceu condições já aplicadas anteriormente por outras empresas no CIPP sendo, em rigor, quase uma réplica do ACT assinado em 2012 com a UTE-Pecém (SINTEPAV-CE, 2012b) e da CCT vigente (SINTEPAV-CE, 2012c). Destaca-se que o próprio sindicato reconhece que, nesse acordo, “o salário do servente na obra da CSP era de R\$ 700, 27% menor que o piso do servente no Rio de Janeiro e 35% menor que o piso do mesmo profissional em São Paulo” (SINTEPAV-CE, 2016b, p.2). Por sua vez, essa alta disparidade nacional dos salários nos diz algo sobre o poder de compra dos acordados pelo SINTEPAV-CE para o ano de 2012.

⁷⁹ Assinaram o acordo seis empresas de um total de 32 subcontratadas que operavam em agosto desse ano (TELES, 2018, p. 249).

Pouco tempo depois de celebrado o primeiro acordo salarial entre a POSCO E&C e o SINTEPAV-CE, no final do mês de julho, surgiu a primeira paralisação. O sistemático descumprimento do pagamento da cesta básica, das horas extras e a falta de acesso ao plano de saúde motivaram formalmente a primeira medida de força.

Consideramos que a persistente ausência de mínimas condições dignas e legais de trabalho no canteiro possibilitou a instalação definitiva do SINTEPAV-CE como único interlocutor do setor do trabalho. Também foi criada uma comissão de trabalhadores na empresa Santos CMI Engenharia e Construções Ltda. para participar e representar os trabalhadores nos conflitos que surgirem no processo de terraplenagem. Durante o ano 2012, somaram-se 18 dias de greve, momento em que o sindicato enfrentou fortes resistências para que algumas empresas subcontratadas assinassem e honrassem os acordos. Nesse período, surgem as primeiras denúncias dos trabalhadores por maus tratos por parte dos engenheiros e encarregados sul-coreanos.

O último conflito no ano de 2012 foi motivado pela Construtora CMM que, enquadrando seus empregados na convenção coletiva da construção civil leve⁸⁰, não reconhecia o SINTEPAV-CE e, sobretudo, o ACT, já que estes eram mais favoráveis aos trabalhadores durante a vigência da construção da CSP (TRIBUNA DO CEARÁ, 2012b). Esse enquadramento foi paulatinamente regularizado, efetivando as adequações salariais no ano entrante.

No despontar da obra, o sindicato, além de seu estatuto legal para representar os trabalhadores, encontrou sérios inconvenientes para desenvolver seu rol institucional na proteção de direitos e negociação de melhoras nas condições de trabalho. Tanto a POSCO E&C como as subcontratadas por ela recorreram a uma série de estratégias e ações destinadas a prejudicar a atuação do SINTEPAV-CE. Por sua vez, o sindicato demonstrou um considerável nível de organização e capacidade de resposta para ir, aos poucos, instalando-se com maior protagonismo nos conflitos desse contexto hostil.

Os conflitos trabalhistas foram se tornando complexos com o avanço da obra, o incremento de empresas subcontratadas e aumento dos trabalhadores. Neste sentido, a dinâmica do processo de construção e desse contexto de lutas intensificou a luta de classes, em especial na etapa da construção civil propriamente dita.

⁸⁰ Convenção assinada pelo Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Ceará (SINDUSCOM-CE) e aportando ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza (STCCRMF).

3.7.2 Segunda etapa da obra: a construção civil – 2013

Finalizada a colocação das estacas com o solo terraplenado, o programa para o ano de 2013 esteve orientado para a instalação dos primeiros equipamentos, desenvolvendo a montagem da construção civil propriamente dita. Em janeiro desse ano, adiantado o processo de alfandegamento do ZPE, vários navios da Coreia do Sul desembarcaram no Porto de Pecém com materiais para as instalações. No decurso do ano de 2013 e parte de 2014, foram construídos galpões, edificações, vias internas e instalações para energia, água, esgotamento sanitário, drenagem e comunicações.

Durante essa etapa, o incremento de trabalhadores foi progressivo e exponencial. De pouco mais de 3.500 pessoas, atingiu-se aproximadamente 6 mil trabalhadores envolvidos. Geram-se duas greves: uma pela paritária entre constantes descumprimentos legais pelas subcontratadas em contexto de ódio racial e outra relativamente espontânea, a partir do deterioro das condições de alimentação, falta de higiene e salubridade básica.

As negociações paritárias começam em março e durante várias rodadas as propostas não alcançam um consenso. Na segunda rodada, em 27 de março, aduzindo novamente problemas financeiros das empresas subcontratadas, a patronal reitera a proposta de ajuste salarial de 7%, diante da insistência do SINTEPAV-CE por 20% de aumento para todas as categorias.

Com as discussões com a patronal estancadas e diante do aumento de denúncias de maus tratos dos trabalhadores e descumprimento de exigências legais, a FS formaliza uma grave denúncia contra as patronais. Em 28 de maio, no decorrer de uma escalada de confronto, a FS protagoniza um inquérito na Polícia Federal que investiga a existência de estrangeiros trabalhando irregularmente na CSP e de abusos e violações aos direitos dos trabalhadores brasileiros. A central acusou nominalmente as empresas Daemyuong, Chunjo do Brasil Construções Ltda., Braco Construtora, Dyongang e POSCO E&C de trabalho forçado e ameaças aos trabalhadores brasileiros, além de permitir o uso de drogas ilícitas, sonegação de impostos e irregularidades na permanência e atividades dos estrangeiros em função das leis migratórias e trabalhistas (DPF, 2013).

Os empregados da POSCO E&C assediavam os trabalhadores das comissões sindicais reconhecidas pelas subcontratadas, limitando severamente o quadro de ação defensivo dos trabalhadores. Desse modo, pressionavam impondo condições para incrementar a extração de mais-valor absoluto, perfurando as garantias legais dos trabalhadores. O sindicato vai perdendo capacidade de presença imediata no canteiro,

embora mantenha comunicação com alguns trabalhadores sobre os acontecimentos suscitados no local. O diálogo entre POSCO E&C e SINTEPAV-CE se interrompe e vira um confronto entre medidas de força sindicais e agressões empresariais, agudizando-se, portanto, as contradições de classe.

Depois de um mês tenso e confuso no canteiro, a primeira greve do ano irrompeu em 16 de julho. Sem o ajuste salarial acordado, o sindicato denunciou a falta de pagamento da cesta básica e das horas extras, práticas de assédio moral e demissões sem justa causa, dentre outras violações. As empresas não reconhecem as demandas, entrando com um dissídio coletivo de greve perante o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. A partir da extensão da greve e sem resolução previsível no horizonte o Ministério Público do Trabalho no Ceará – MTP-CE interveio para mediar e acercar posições. Em 30 de julho, depois de várias audiências judiciais, é feito um acordo, no qual empresas e sindicato estabelecem regras sobre recontrações, compensação dos dias de greve e ajuste salarial. Esse consenso será formalmente reconhecido pelos trabalhadores aos poucos dias. Em assembleia datada de 9 de agosto, os trabalhadores aceitaram a proposta da patronal de desistir das medidas judiciais contra o sindicato e abonar a metade dos dias de greve (SINTEPAV-CE, 2013a). Como parte do acordo, a FS desiste da ação judicial. Desse modo, regularizam-se as atividades de construção e o acordo é protocolado em agosto de 2013, estipulando um ajuste de 11% sobre os salários, com vigência de abril de 2013 a março de 2014.

A partir dessa greve, que durou 24 dias corridos, isto é, 17 dias úteis, e, sobretudo dos transtornos sofridos pelas empresas, a Vale S.A. decidiu enviar especialistas para a Coreia do Sul para compreender a cultura do trabalho da POSCO e tentar harmonizar os vínculos trabalhistas entre os sul-coreanos e os trabalhadores brasileiros. Desse modo, passou-se a incluir às negociações futuras, via representação patronal, além dos advogados e representantes das empresas, um especialista em relações trabalhistas, com o intuito de contribuir para a pacificação dos perturbados ânimos coletivos no Pecém.

Por outro lado, destaca-se que os descumprimentos das normas trabalhistas continuaram persistindo, afetando diretamente os salários, ainda que, a partir do novo acordo, os assuntos passaram a ser resolvidos “negociando nos termos dos instrumentos coletivos em vigor” (MPT-CE, 2013, p.3).

Esgotada a barganha da greve, o sindicato solicitou às autoridades públicas para que interviessem com seus instrumentos legais correspondentes. Efetivamente, em setembro de 2013, registram-se as primeiras infrações das subcontratadas. A

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará – SRTE-CE lavrou, durante 7 dias de fiscalização, 191 autos de infração referentes a 14 empresas. “As irregularidades constatadas foram referentes à saúde e segurança dos trabalhadores, além de extensão da jornada, com trabalho nos finais de semana ausência de descanso obrigatório” revelou o Coordenador Regional de Inspeção do Trabalho da SRTE-CE, Marcelino Rodrigues Mendes (JONATHAS, 2013).

O final desse setembro surpreende a opinião pública com a notícia de uma nova greve em Pecém. Aos 25 do mesmo mês, os trabalhadores denunciam que foram impedidos de almoçar fora da planta depois de encontrarem larvas, durante cinco dias consecutivos, nas refeições oferecidas pela empresa Serlars⁸¹. A indignação dos trabalhadores transbordou os ânimos e alguns operários quebraram objetos e incendiaram parte do refeitório. Uma tropa do Batalhão de Choque foi até o local para tentar controlar a situação. A confusão no local terminou por volta das 13 horas, porém foi sucedida pela continuação da paralisação total. Nesse insatisfatório contexto, também se denunciou a falta de higiene nos banheiros e na área de vivência e até carteiras de trabalho indevidamente retidas pelas empresas. O sindicato conseguiu, através de acordos específicos com algumas subcontratadas, o reconhecimento monetário adicional por periculosidade para os soldadores e eletricitas. À volta ao trabalho, negociada pelo SINTEPAV-CE, deixou um total de 42 dias de paralisações no ano e a sensação coletiva de um sentimento beligerante.

3.7.3 Terceira etapa, o ano da copa

Em 2014, a construção mobilizou quase 10 mil trabalhadores de um total de mais de 20 mil contratados. A obra civil avançou apesar dos crescentes inconvenientes derivados da precariedade laboral, iniciando-se a montagem das estruturas metálicas e dos trilhos. Do mesmo modo, programou-se terminar o pátio das matérias primas para o minério e carvão metalúrgico e começou-se a construir a coqueira, que é onde se transforma o mineral de ferro em coque. Também foi construída uma termelétrica que, aproveitando os gases da produção de aço, gera 200 megawatts de energia elétrica. A planta sintetizadora onde o minério é aglomerado, o alto forno para a produção de ferro-gusa líquido, a aciaria onde o ferro é transformado em aço puro e o setor de lingotamento

⁸¹ Serlars é uma empresa de mais de vinte anos de trajetória no Ceará, que fornece alimentação a milhares de trabalhadores do setor privado no Estado (SERLARES, 2019).

onde se geram as placas de aço também foram construídos nessa complexa etapa da obra, que finalizou em 2015. Dentre todas as etapas, a que exigiu mais tempo de construção, por questões técnicas específicas, foi a de alto forno, que terminaria no início de 2016.

Contrariando os desejos da POSCO E&C, a primeira greve do ano não demorou muito em chegar. Em 8 de janeiro de 2014, os trabalhadores cruzaram os braços, revelando atrasos nos pagamentos de salários, do décimo terceiro, da cesta básica e do PRL, assim como a falta de área de vivência e a persistência de divergências salariais atividades da mesma natureza. Após sete dias de total paralisação, os trabalhadores realizaram uma passeata denunciando o descaso das empresas e a omissão dos órgãos públicos competentes. Após algumas regularizações e com o início das negociações paritárias, o canteiro voltou a produzir em fevereiro. Totalizaram, assim, 27 dias de greve decorridos em 17 dias úteis.

As empresas Emtep Serviços Técnicos de Petróleo Ltda. e Braco Construtora descumprem o pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e atrasam os pagamentos dos salários. No contexto de paritárias, a improcedência de seus atrasos fica em evidência nas audiências no MPT-CE. Após várias rodadas de tensas negociações, novas greves entre os dias 10 e 24 de março que somaram oito dias corridos e seis dias úteis de paralisação, o acordo formal finalmente se cristaliza. O sindicato consegue 13% de ajuste no salário, um incremento na cesta básica para 320 reais, uma melhora de 20% no PRL, o adicional noturno de 25% sobre o salário e a abertura de discussão sobre adicional *in itinere* e por periculosidade segundo categorias (SINTEPAV-CE, 2014a). Visualiza-se um relativo incremento do poder de barganha sindical, que se traslada ao poder aquisitivo dos trabalhadores. Os dias de greve em março foram pagos pelas empresas, entretanto as greves de janeiro foram parcialmente reconhecidas. A metade das paralisações de janeiro foi recuperada, para as empresas, com jornadas extras os sábados, nos meses subsequentes. Antes de finalizar abril, o ACT de 2014 foi homologado pelo MTE.

Embora, a escassos dias da vigência do acordo, deflagra-se uma greve mais intensa e violenta. À insatisfação generalizada, soma-se a demissão de alguns operários vinculados ao sindicato. A empresa Jentech do Brasil Construtora Ltda. demite os trabalhadores que formavam parte da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA e o sindicato promove a paralisação total. A greve começa no dia 5 de junho e vai até o dia 14 do mês seguinte. Nos momentos em que o mundial de futebol temperou todas as atividades importantes no Brasil o canteiro estava paralisado pelos trabalhadores. Em

22 de junho, mediante as demandas insatisfeitas, os trabalhadores programaram três dias de mobilização e protesto nas portas do CIPP. No segundo dia de mobilização, em 24 de junho, às 8 horas, os grevistas⁸² entraram no canteiro queimando três carros e depredando mais de dez veículos, inclusive um tanque autobomba do Corpo de Bombeiros. Para desmembrar a proteção policial no complexo, os operários puseram fogo no caminhão de Controle de Distúrbios Cíveis, conhecido como “caveirão”, ferindo três policiais dos quase trinta que estavam dentro dele. Segundo a Polícia Militar, ao invadir e tentar depredar a CSP, os manifestantes foram reprimidos, gerando um saldo de 65 manifestantes detidos e trasladados para Delegacia da Polícia Civil de São Gonçalo do Amarante. Diante do nível de beligerância, o governador e as autoridades nacionais promovem novamente a mediação do MPT-CE para contribuir às difíceis negociações entre capital e trabalho na construção da CSP.

No início do mês de julho de 2014, o SINTEPAV-CE apresenta ao SRTE-CE um pormenorizado relatório descrevendo as graves situações experimentadas pelos trabalhadores no canteiro da CSP (SINTEPAV-CE, 2014d). Num contexto de alta demanda de força de trabalho, o sindicato solicita que fossem geradas soluções concretas para oferecer alojamento digno aos novos trabalhadores que estavam constantemente chegando a Pecém. Desde o ano anterior, as histórias de superlotação e condições indignas de moradia eram moeda corrente em São Gonçalo de Amarante e arredores. Esse documento enumera, por sua vez, o agravante dos descumprimentos dos compromissos assumidos pelas subcontratadas⁸³ que afetam diretamente os salários, detalhando a ausência de condições dignas para o desempenho laboral no canteiro.

Entretanto as empresas lançam aos trabalhares, no meio das negociações abertas no MPT-CE, uma proposta de adiantamento do salário aos que voltarem às atividades tentando furar a greve e desvirtuando a negociação coletiva (MPT-CE, 2014a). O MPT-CE chama a atenção aos representantes das empresas e lhes solicita que permitam ao presidente do SINTEPAV-CE entrar no local de trabalho. O MPT-CE também determina que os trabalhadores voltassem suas atividades (idem, 2014b) e, em assembleia geral extraordinária datada de 21 de julho (SINTEPAV-CE, 2014b), a SINTEPAV-CE promove a retomada das obras no canteiro. Por outro lado, destaca-se que, em várias

⁸² É destacada a participação daquele grupo de trabalhadores migrantes frisados no apartado 3.6.2

⁸³ Exemplo disso é que o adicional por periculosidade dos eletricitas, acordado formalmente com as subcontratadas em outubro de 2013, nunca tinha sido pago até então.

audiências durante o mês de julho e agosto, avança-se na discussão sobre o reconhecimento monetário por traslado aos trabalhadores⁸⁴.

Perante a exacerbação dos ânimos e o horizonte de crescente conflitividade trabalhista, o MPT-CE formaliza em agosto o Grupo de Trabalho de Pecém para dar continuidade à mediação dos conflitos e organizar uma audiência pública no próximo ano, em 2015. É assim que o Estado incrementa sua intervenção na regulação do conflito de classe.

No final de setembro, em assembleia sindical, os trabalhadores escutam a proposta patronal, no que talvez seja a primeira sensação de conquista operária, envolvendo o pagamento de uma hora diária em conceito *in itinere* de traslado, retroativo a abril, junto à efetivação da PRL e a garantia de remuneração de férias e décimo terceiro salário. Em 30 de setembro, é assinada a ata no MPT-CE reconhecendo esse novo direito trabalhista e deixando sem efeito o cômputo dos dias parados no décimo terceiro, a PRL e as férias.

O intenso ano no local ainda terminou, em novembro, com um novo transtorno laboral, referente à falência da subcontratada sul-coreana Braco Construtora. A empresa havia deixado de aportar o FGTS dos seus empregados a meados do ano 2013, antecipando os problemas contábeis da subcontratada⁸⁵, que culminaram em um total abandono aos mais de mil operários aos finais de 2014. O sindicato, em função desse caso, consegue obter, com o apoio do MPT-CE, a responsabilidade solidaria da POSCO E&C diante as futuras falências das empresas subcontratadas. Desse modo, grande parte do devido aos trabalhadores foi pago diretamente pela POSCO E&C.

No final deste ano, segundo informes da imprensa da Vale S.A. a instalação da siderúrgica estava com 70% de avanço físico, mas arrastando uma demora nos termos estipulados nos contratos.

⁸⁴ Em 7 de julho é realizada uma audiência no MPT-CE para discutir sobre o pagamento dos dias de greve e *in itinere* (MPT-CE, 2014a). Em 18 de julho, se avança no reconhecimento das horas *in itinere* (MPT-CE, 2014b).

⁸⁵ Os vínculos entre essa subcontratada e a POSCO E&C deixaram a suspeita de corrupção, lavagem e peculato por parte dos proprietários da subcontratada e alguns funcionários da construtora, sem esclarecimento formal perante tribunais de justiça.

3.7.4 Montagem final de equipamentos e primeiros testes - 2015

Evidenciando o desgaste na interlocução entre trabalhadores, sindicato e empregadores para a resolução das controvérsias, o ano debuta praticamente em greve. Aos 5 dias do primeiro mês do ano, paralisa-se o site por falta de pagamento da subcontratada Santos CMI Engenharia e Construções Ltda.. Nesse contexto, a POSCO E&C tentou continuar com os programas definidos da obra que vieram sofrendo demoras crescentes pelos dias parados no local.

Em dois de fevereiro realiza-se, nas portas do CSP, assembleia geral extraordinária do sindicato para avaliar a situação geral dos trabalhadores e concordar com as pautas de aumento da paritária (SINTEPAV-CE, 2015b).

Nesse mês, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Ceará, o MPT-CE realiza uma Audiência Pública chamada “A conjuntura trabalhista nas obras de construção da siderúrgica do Pecém-CE”. As razões e necessidade da Audiência foram bem expostas no edital convocatório:

Com o fim de promover ações em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. [...] em defesa do interesse público, dos direitos difusos e coletivos em geral e, sobretudo, dos direitos inerentes às relações de trabalho. (Reconhecendo a existência de) uma gama elevada de conflitos trabalhistas, entre individuais e coletivos, no site de obras, ocasionando clima de tensão e alta intolerância, bem ainda a constatação recorrente, pela fiscalização do trabalho, de irregularidades cometidas por algumas empresas Considerando que há, na ambiência da referida obra, a cultura da paralisação geral, por vezes sem obedecer aos ditames da Lei nº 7.783/89, e que em certas ocasiões tais manifestações são ocasionadas pelo descumprimento da legislação do trabalho por uma empresa. (O MPT-CE vai) atuar como articulador social em face dos diversos atores e entidades que lidam com a questão trabalhista, podendo promover entendimento e autocomposição antes de adotar medidas coercitivas. (Buscando o) [...] aprimoramento do diálogo para que as entidades sindicais, empresas e o Poder Público possam exercer em plenitude sua missão constitucional de defesa do Estado Democrático de Direito, da livre iniciativa e dos direitos sociais (MPT-CE, 2015b, p.1).

Participaram do evento as empresas envolvidas na construção da Siderúrgica do Pecém, autoridades públicas e entidades sindicais, com o intuito de:

Esclarecer as questões técnicas, administrativas, sociais, jurídicas, econômicas e dificuldades práticas relativas ao trato coletivo e individual referente ao cumprimento da legislação do trabalho por todas as empresas contratadas e

subcontratadas, que desenvolvem atividades no site, e pelas respectivas representações de trabalhadores. (MPT-CE, 2015b, p. 2).

O MPT-CE, reconhecendo 50 empresas subcontratadas, convidou a participar, por amostragem, a Dong Yang Construction do Brasil Construtora Ltda., a Santos CMI Engenharia e Construções Ltda., a Seil do Brasil Const. Ltda. e a Jentech do Brasil Construtora. Na sua exposição, as subcontratadas evidenciaram a escassez de argumentos sólidos diante dos participantes. Representando a Justiça do Trabalho, o juiz da Vara do Trabalho de São Gonçalo de Amarante, Dr. Konrad Mota, expôs reconhecendo “as dificuldades estruturais da Vara, que comprometem a eficácia na prestação da tutela” aos trabalhadores danificados (MPT-CE, 2015a). O sindicato, por sua vez, aproveitou para expor detalhadamente as arbitrariedades patronais que dificultam o normal desenvolvimento da construção da siderúrgica.

Essas audiências, pela sua natureza jurídica, carecem de poder vinculante, mas é considerando o intuito dialogal entre partes junto ao propósito de fomentar a participação popular no tratamento dos interesses coletivos que possuem relativa eficácia. Nesse sentido, a ausência de trabalhadores do canteiro do CSP, fato salientado pela Procuradora Dra. Francisca Helena Duarte Camelo na abertura da audiência, demonstra algumas particularidades do Estado brasileiro na promoção de condições dignas de trabalho nos projetos industriais contemporâneos. Por outro lado, parece que as empresas se viram, de algum modo, compelidas a aproximar-se ao apego das normas acordadas. De todos os modos, o próprio nível de avanço das obras oferecia um panorama mais alentador para as expectativas do sindicato, situação comprovada nas últimas negociações no site. Nesse momento, as relações de força, em geral desfavoráveis, inclinam-se porventura a favor dos trabalhadores. De fato, o setor empresarial propôs a criação de uma “mesa permanente de negociação” (MPT-CE, 2015a, p. 4) para prevenir o agravamento dos conflitos, espaço que, anos anteriores, as empresas desestimaram. Desse modo, a audiência deixou a pauta, como promessa entre partes, de intensificar o diálogo para chegar a uma resolução consensual ou dialogal das controvérsias.

Das negociações da pauta salarial de 2015 participaram, além do SINTEPAV-CE, representando o crescente número de montadores, o Sindicato dos Trabalhadores em Montagens Industriais em Geral no Estado do Ceará– SITRAMONTI-CE. As negociações começaram em fevereiro e diante a ausência de propostas patronais, os trabalhadores iniciaram greve desatendendo o pedido dos sindicatos de esperar trabalhando o avanço nas negociações paritárias. No dia 23 de fevereiro, com o canteiro

parado desde o dia 9, o sindicato consegue que os trabalhadores voltem à produção e continuar a negociação da pauta salarial de 2015 durante o mês de março. Fixa-se a data da assembleia para o dia 12 de março, na qual se apresenta a oferta empresarial do 9% de ajuste ao salário, cesta básica de 350 reais, entre outras questões menores. Os trabalhadores rejeitam a pauta empresarial e discutem quando deflagrar a greve que, a pedido dos sindicatos, ficou programada para o dia 23 de março. Um dia antes dessa greve, os sindicatos são comunicados de dois interditos a favor das empresas. Os mesmos indicavam proibição de impedirem a entrada ao canteiro dos trabalhadores que não aderiram à paralisação. De todo modo, nesse mesmo dia foi deflagrada a greve por unanimidade, mesmo que de maneira atenta às regulações da justiça. No dia 30 de março, a partir do sucesso da greve, se obtém o 13% de ajuste nos salários uma cesta de 400 reais, entre outras melhoras junto a desistência das empresas dos interditos proibitórios e o reconhecimento salarial dos dias parados no período 23 a 30 de março.

Desse modo, foi protocolado em abril a nova ACT com melhoras salariais a serem válidas de abril 2015 a março de 2016 (SINTEPAV-CE, 2015a). A participação do SINTRAMONTI-CE se manterá até o fim da obra e, portanto, os acordos restantes foram assinados pelas duas entidades em representação dos trabalhadores envolvidos no canteiro.

Em julho, após dois meses do acordo salarial, a empresa Vale S.A. e a POSCO E&C estipularam que a data de início das operações da CSP, seria efetivada no final do primeiro semestre de 2016, quando a previsão original de começar a produzir as placas de aço era para princípios do segundo semestre de 2015 (REUTERS, 2015).

No dia 14 de setembro, um trabalhador morreu após cair de um andaime em uma das obras da Siderúrgica. Lúcio Mauro de Souza, 41 anos, realizava a desmontagem do equipamento quando o acidente ocorreu (O POVO, 2015). No dia 6 de outubro, uma nova greve paralisa o canteiro reivindicando o reconhecimento do 30% extra por periculosidade. Os trabalhadores negaram em duas oportunidades aos representantes sindicais a demanda de retomada das atividades para melhorar as negociações com a patronal. Finalmente, em assembleia do dia 15 de outubro, com a vitória desse adicional para todos os operários sem distinção entre as empresas subcontratadas, os trabalhadores voltam às atividades.

3.7.5 Finalização da planta

Em janeiro de 2016, atracou no porto de Pecém o primeiro navio com matéria prima para a CSP. A embarcação “VitaKosmos”, procedente de Moçambique, trouxe consigo 70 mil toneladas de carvão mineral (CAVALCANTE, 2017). Esse material começou ser utilizado nos primeiros testes feitos nos albores do funcionamento da aciaria.

Nesse nível de avanço das obras, o poder de barganha do sindicato efetivamente melhorou dado que a POSCO E&C tinha compromissos contratuais no prazo de finalização da siderúrgica. Essa situação implicou punições monetárias por descumprimento dos tempos acordados. Por efeito dessas paralisações, que foram sucintamente descritas, a construção demorou quase um ano mais do planejado pela POSCO E&C. Essa situação, que condicionou a última ACT da CSP a favor dos trabalhadores, também gerou, como contrapartida, um compromisso na prestação do serviço. Isto é, a empresa construtora, obteve um aumento da intensidade no uso da força de trabalho, assegurando-se, desse modo, reduzir os prazos vencidos na entrega da siderúrgica em funcionamento. Efetivamente, a melhor conquista salarial veio da mão do compromisso por finalizar as obras, implicando um aumento na produtividade dos trabalhadores.

Apesar da pressão patronal para acelerar as demoradas obras, as negociações para novas pautas salariais se prolongaram por 20 dias. Durante esse período, ocorreram seis rodadas de negociações e houve paralisações no canteiro. Finalmente, o acordo assinado na sede do SINTEPAV-CE, estabeleceu um 15% de aumento aos salários, um 25% de cesta básica que passou a valer 500 reais, um adicional de 110% nos sábados trabalhados, a PRL passou a 140% e reconheceu-se o direito a um plano odontológico para os trabalhadores e dependentes, entre outras melhoras. Também ficou esclarecido no acordo que, os dias parados no período de 14 a 18 de março, seriam abonados aos trabalhadores (SINTEPAV-CE, 2016a). Nesse último ano, a quantidade de trabalhadores envolvidos, cerca de 3.000 aproximadamente, foi decrescendo sistematicamente até finalizar a construção.

Finalmente, em meados do ano 2016, 450 mil m³ de cimento armado, 35 mil estacas e 100 mil toneladas de estrutura metálica foram transformadas pelo trabalho vivo que, ao mesmo tempo, soube montar quase 1,3 milhões de m³ de equipamento, transferindo e criando novo valor na geração da primeira planta siderúrgica integrada do nordeste brasileiro. Esse processo de produção valorizou durante cerca de 55 meses o

capital desembolsado pela POSCO E&C. Sabemos que a empresa requereu um período similar quando construiu anos antes a *Krakatau Steel*, na Indonésia. Lamentavelmente, não temos informação das condições trabalhistas daquele canteiro no sudeste asiático nem da existência de greves ou sua quantidade, mas apenas que no Pecém estes eventos contabilizaram aproximadamente 150 dias úteis, mais de 11% dos dias envolvidos durante esses cinco anos e meio de trabalho.

3.8 Aspectos gerais da luta de classes na construção da CSP

A característica mais saliente da construção da planta siderúrgica, como recém vimos, foi o incessante e agudo conflito trabalhista: diante os descumprimentos de direitos trabalhistas e os assédios das empresas, as respostas dos operários e os sindicatos foram decorridas: assembleias, paralisações parciais, greves, passeatas, até estragos à propriedade, entre outras. Desenvolveremos agora, já que descrevemos por etapas anuais as suas expressões de resistência, algumas considerações gerais dessa luta de classes travada na construção da CSP.

A partir de 2013, essa luta pelo salário ganhou um agudo enfrentamento, onde as negociações viraram disputas entre medidas de força e regulação estatal diante a relutância patronal. Os efêmeros momentos de negociar os pisos salariais que cristalizaram em ACTs relutaram em se tornar pautas de compromisso efetivas, conformando um processo viciado pelos comportamentos abusivos e desleais. Nos anos seguintes, no ápice das obras, essa intensidade foi mantida pelo confronto de classes. Somente com o horizonte de finalização da construção da planta que os antagonismos cristalizaram em acordos que perpassaram os formalismos legais possibilitando desenvolver sem tantas controvérsias as últimas atividades produtivas no canteiro. Essas dificuldades em estabelecer uma dinâmica de discussão entre partes e estabelecer acordos que regulem a dinâmica dos conflitos embasa-se no inerente antagonismo dos interesses dos envolvidos. Porém, encontramos no decorrer das lutas travadas no canteiro da CSP particulares denotações dos atores principais. De certo, as expectativas e cultura da POSCO E&C e alguns comportamentos das subcontratadas foram, do lado do capital, um fator provocador. Também as formas de intervenção do Estado têm necessariamente algo para dizer-nos. Mas, antes de tratar esses atores, analisemos, nessas relações de força antagônicas, o rol do sindicato e dos trabalhadores.

3.8.1 Algumas características gerais da participação do sindicato o Estado e as empresas no conflito

O SINTEPAV-CE foi um ator fundamental na unificação das lutas, assumindo a estratégia de acompanhar, orientar e direcionar os diferentes conflitos trabalhistas para atingir pisos salariais e condições mínimas como acordos legais. Sem esquecer-nos das características do sindicato que salientamos no apartado 3.4 do presente capítulo, evidenciamos que ele conseguiu regularizar os divergentes comportamentos operários. Traduzindo e canalizando os inúmeros motivos de descontento em pautas de discussão coletiva diante as empresas subcontratadas e, fundamentalmente, da POSCO E&C.

O exercício das greves foi aprimorado pelo sindicato no devir da construção, diminuindo o natural desgaste nos trabalhadores e aproveitando gradativamente os seus efeitos nas paritárias. As greves custaram, segundo estimativas da própria Vale. S. A., uns 2 milhões de reais por dia (MPT-CE, 2015a, p. 5). Os números das paralisações incrementaram-se até quase o final das obras, no ano de 2015. Em 2012, foram 90% de dias trabalhados e 18 dias de greve. Em 2013, o número de dias trabalhados foi de 80% com 45 dias de paralisações. No ano da copa do mundo de futebol, esse número caiu para 70% com 71 dias de greve e até o acordo de 2015, somente o 60% dos dias desse ano foram trabalhados, somando 22 dias de paralisações nesses primeiros 4 meses. Com os dois últimos acordos, em princípio mais favoráveis aos trabalhadores, o confronto diminuiu sensivelmente e as greves deixaram de serem deflagradas. Certamente, foram pouco mais de 150 dias úteis afetados pelas paralisações estimando uma perda, segundo as empresas, por mais de 150 milhões de reais além da punição monetária que afetou a ganância da POSCO E&C pelo descumprimento contratual no referido aos prazos de entrega acordados.

A prática costumeira de dividir os dias paralisados, aplicada no final das negociações, teve efeitos para as partes. Os trabalhadores submeteram-se a um maior desgaste, aceitando trabalhar mais um dia por semana e, pelo lado empresarial, conseguiram minguar à metade das perdas de tempo pelas paralisações e, ao mesmo tempo, diminuir o custo econômico das greves. De todo modo, as greves foram paulatinamente ganhando poder de barganha até alcançar-se o último acordo no local. Efetivamente, em meio da crise econômica nacional, os trabalhadores da construção da CSP conquistam, em março de 2016, o maior reajuste da categoria no Brasil e obtêm excepcionalmente o pagamento completo desses dias parados pela discussão paritária.

O sindicato virou aquele pretendido desconhecimento gerado pela POSCO E&C, chegando, nos últimos anos, a quase controlar acima das pretensões empresariais o canteiro. “A partir de 2015, o sindicato manda na obra”, diz o presidente do SINTEPAV-CE⁸⁶. Nesse sentido, parece-nos que o sindicato foi de menos a mais na concreção de sua ação política em defesa dos trabalhadores.

O sindicato trouxe ao local a experiência de organização na construção da UTE e, desse modo, conseguiu instalar rapidamente delegados em todas as subcontratadas de mais de 50 trabalhadores. Embora, o assédio das empresas aos representantes sindicais debilitasse inicialmente as comunicações do sindicato com os trabalhadores de chão, a contínua tarefa dos fiscais do sindicato que reportaram diariamente os acontecimentos junto à persistência dos delegados conseguiu quebrar essas tentativas empresariais, tracionando a favor da organização coletiva dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, o SINTEPAV-CE atingiu uma relativa eficácia para resistir às constantes pretensões das empresas. Apesar dos esforços sindicais, que tendencialmente obtiveram melhoras nas condições de trabalho, os descumprimentos da patronal nunca foram plenamente cessados. Como persistiu esse determinado nível de descumprimento das cláusulas coletivas acordadas e da legislação trabalhista, uma parte dos salários correspondentes não chegou às mãos dos trabalhadores.

Vejamos mais detidamente essa questão que nos traz o comportamento das subcontratadas nesse aspecto. Notamos que a maioria dos trabalhadores sofreu algum tipo de fraude laboral. Alguns desses descumprimentos foram possibilitados pelos assalariados que, ao serem abordados individualmente, aceitaram pagamentos informais ou sem contracheque. Nos finais das jornadas de trabalho ou no último dia da semana, eram feitas negociações individuais e pagamentos informais que perfuraram os pisos salariais acordados, sobretudo no referente aos pagamentos das horas extras. Desse modo, as empresas arrecadaram para si parte do que formalmente corresponderia aos salários. Isto é, na compra-venda da força de trabalho as empresas sistematicamente fraudaram aos trabalhadores e ao fisco.

Essas pretensões abusivas, que oferecem uma diversidade nas formas e no grau de abrangência, foram desde a ausência de registro formal dos trabalhadores até defraudações no pagamento das horas extras e as incorretas, liquidações de haveres por

⁸⁶ No encontro com o Presidente do sindicato Raimundo Nonato Gomes no SINTEPAV-CE no dia 4 de junho de 2018, quando pactuamos as formas de acesso ao arquivo do Sindicato, ele manifestou, entre outras questões, essa frase que consideramos apropriado trazer aqui.

demissão ou finalização dos contratos de trabalho, ou seja, irregularidades que sempre se davam em prejuízo dos assalariados.

A forma de efetivação do pagamento das horas extras definiu uma parte dos salários envolvidos no canteiro. A prolongação da jornada de trabalho normal nem sempre foi acompanhada do pagamento correspondente. Quando elas foram pagas, prevaleceu um arranjo informal efetivando-o em dinheiro, nas mãos do trabalhador, quando finalizar a jornada ou a semana. Desde um ponto de vista mais geral, essas formas indicam a persistência da compra-venda da força de trabalho, sistematicamente por abaixo do valor necessário para reproduzir-se em condições normais, situação que será explorada quantitativamente no apartado 3.8.2 a seguir.

Vimos ao Estado a partir das necessidades da circulação de mercadorias, este cumpre um papel de regulação entre direitos iguais, como é a da compra venda da mercadoria força de trabalho. Do processo produtivo também dimanam outras intervenções estatais no estabelecimento de condições que permitam o normal desenvolvimento da acumulação de capital. Com esse enfoque, o Estado regula os conflitos trabalhistas de diversas formas.

Por um lado, o modelo legal de organização sindical brasileiro (BOITO JÚNIOR, 1991) possibilita a unificação da representação das lutas fato que, como recém dissermos, foi usufruído pelo SINTEPAV-CE na organização coletiva dos inúmeros confrontos acontecidos no canteiro. Por outro, na questão trabalhista, o Estado brasileiro apresenta uma série de regras que comprimem o exercício das paralisações espartilhando suas potências. Essa burocratização dos processos grevistas abrange o movimento operário brasileiro em seu conjunto e “o Poder Público, após discipliná-la e acomodá-la a certa ordem, passa a interpretá-la segundo a conveniência do momento e a ideologia que domina ao Estado: o do Capital” (LIMA, 2014, p. 102). Desse modo aplicaram-se às práticas grevistas no canteiro diversos decretos sob uma suposta abusividade do seu exercício. Declaração de ilegalidade das greves, punições econômicas ao sindicato, condicionamento do lugar das assembleias grevistas fora do local do trabalho, entre outras foram as medidas resolvidas pelo órgão competente estatal perante demanda das empresas construtoras da CSP.

A justiça trabalhista dispensada pelo Estado mostrou suas insuficiências no tratamento e resolução de controvérsias individuais. A impotência institucional foi autoproclamada na Audiência Pública quando o juiz da Vara do Trabalho de São Gonçalo de Amarante reconheceu as limitações estruturais na prestação da tutela aos trabalhadores

(MPT-CE, 215a). O MPT-CE e a SRTE-CE decorreram suas ações com desigual eficácia, o primeiro foi aprofundando sua intervenção no transcurso do conflito efetivando gradativamente um âmbito propício para a resolução das disputas trabalhistas. Como vimos, a realização da Audiência Pública teve efeitos positivos na aproximação das posições, mas a escassa participação dos trabalhadores e a sua realização tardia sufocaram suas pretendidas abrangências. O SRTE-CE evidenciou debilidades na função de inspeção das condições de trabalho. Outra qualidade e quantidade delas houvessem reparado e prevenido os lesionados direitos trabalhistas diminuindo o mal-estar no canteiro. Por sua vez, a importante presença policial no canteiro condicionou esse conflito trabalhista amostrando o uso repressivo do Estado como forma de regulação dos antagonismos de classe.

Se compararmos os recursos do Estado destinados a promover a inversão do capital privado no CIPP com os destinados a promover a efetivação dos direitos trabalhistas no canteiro, o desequilíbrio emerge na comparação. Por outro lado, como as políticas do Estado asseguraram condições extraordinárias para a inversão privada poder-se-ia considerar que as empresas acionárias da CSP tivessem suficiente respaldo financeiro para assumir os custos correspondentes às forças de trabalho requeridas sem ter que decorrer àquelas práticas antijurídicas. Porém, como a única mercadoria capaz de criar valor no seu uso é a mercadoria força de trabalho, pouco importaram os benefícios extraordinários gozados pelas empresas a respeito da qualidade da exploração da força de trabalho que elas procuraram obter.

Os motivos da relativa incapacidade da prática sindical para efetivar o cumprimento dos acordos trabalhistas podem vir das particulares expectativas da empresa construtora, da maior contraparte. Efetivamente, a POSCO E&C trouxe sua prática de exploração de mão de obra localizada de forma semiforçada e com salários irrisórios (D’COSTA, 1994). Desse modo, o nível médio de exploração e produtividade exigido pela POSCO E&C chocou no Pecém com o nível de tolerância dos trabalhadores brasileiros.

Certamente, a luta de classes desenvolvida na construção da CSP abrangeu também essas diferenças nacionais, entre a cultura de trabalho sul-coreana e a brasileira e, por isso, o conflito ganhou um viés xenófobo.

Não obstante, entendemos que o choque entre as exigências dos capatazes sul-coreanos e os costumes dos trabalhadores brasileiros não possa ser fundamentado *ultima ratio* na questão étnico-racial. Embasados nesse antagonismo geral de classe explicado

no primeiro capítulo,⁸⁷ adiciona-se a questão das diferenças étnicas e nacionais, temperando às inerentes contradições da acumulação do capital. Isto é, o antagonismo está nas próprias características da relação social geral capitalista e, por sua vez, ganha no caso estudado essa particularidade cultural. Essas lutas no canteiro adquiriram denotações ideológicas que se nutriram dos recortes nacionais da acumulação de capital junto às crescentes diferenciações da classe trabalhadora. Desse modo, a organização produtiva da construção da CSP apresentou determinadas posições hierárquicas nas personificações da valorização do capital que puseram os trabalhadores do chão sob o comando de empregados majoritariamente sul-coreanos. Desse modo, a compreensão dos fatos no local ganhou uma forma xenófoba ao interpretar nos sul-coreanos a capacidade inata de ser fonte de submissão aos trabalhadores brasileiros. Inclusive as subcontratadas brasileiras alimentaram essa aparência para elas sair do caldeiro e prosseguir a exploração de seus compatriotas. Salientamos que essa prática tão proativa como agressiva para a consecução de objetivos não provê de uma abstrata decisão empresarial nem é derivado da origem étnico-racial da empresa construtora. Se a POSCO apresenta características que chocaram os costumes e leis brasileiras elas devem ser compreendidas a partir de seu percurso histórico específico na acumulação de capital.

Efetivamente, houve um choque de experiências culturais que tomou forma a partir do antagonismo de classe neste processo de valorização. Os trabalhadores brasileiros e seu nível médio de produtividade diante as pretensões dos capatazes e empregados sul-coreanos não tinham como se encontrar na construção da siderúrgica sem grandes atritos. Um ajuste conflitivo foi necessário como resultado dessas particulares relações de força no antagonismo de classe.

Embora, essas práticas criassem um cenário de fortes conflitos e de resistência dos trabalhadores envolvidos, as empresas conseguiram parcialmente impor suas pretensões. As compradoras da força de trabalho recalitraram em cumprir aspectos do convencionado por lei, estabelecendo uma relação factual que sub-executou os acordos, fraudando a cristalização legal das relações de força entre sujeitos com direitos iguais. No comando do consumo da força de trabalho, os capatazes foram além dos limites tolerados pelos trabalhadores e suas práticas abusivas foram constantes no local. As empresas subcontratadas exigiram aumentar a intensidade no consumo produtivo dos trabalhadores requerendo maior eficiência nas atividades e obrigando estender as jornadas para além de

⁸⁷ Ver apartados 2.3.2 Antagonismo entre vendedor e comprador, 2.3.3 Da competência individual ao antagonismo de classe e Luta de classes como forma concreta do processo de valorização.

sua duração normal e, como contrapartida, manter pretensão de pagar menos do que foi acordado. Nesse sentido, a POSCO E&C impôs seu ritmo à resistência trabalhista e quando aceitou melhoras nos salários já havia apropriado uma grande parcela do valor criado pelas forças de trabalho usufruídas.

Salientamos que os aspectos analisados dos conflitos no canteiro são formas necessárias das relações produtivas capitalistas, formas concretas do inerente antagonismo dos produtores privados de mercadorias na luta de classes. Propomos focar-nos agora na análise quantitativa dos salários pagos no canteiro para acompanhar com os dados a análise dos resultados da luta de classes desenvolvida na construção da CSP.

3.8.2 A cristalização das relações de força: análise quantitativa dos salários

Para fins de simplificação, supomos que os salários básicos e a cesta básica – CB estipulados nos ACTs são os que efetivamente chegaram às mãos dos trabalhadores, ainda que possamos reconhecer que não houve essa correspondência imediata.

Na tabela 2 a seguir, temos os salários básicos junto ao valor da CB das cinco categorias mais representativas no canteiro. Podemos observar à simples vista o incremento absoluto e porcentual do salário básico nominal e da CB anual por corte anual⁸⁸.

Tabela 2 – Piso salarial em reais por ano, das categorias mais representativas

	%	AUXILIAR	PEDREIRO	MONTADOR	SOLDADOR	CALDEIREIRO	CB
2012	-	764,35	1.065,16	1.247,40	1.485,00	1.568,60	200
2013	11	848,43	1.182,33	1.384,61	1.648,35	1.741,15	260
2014	13	958,73	1.336,03	1.564,61	1.862,64	1.967,50	320
2015	13	1.710,89	2.134,12	2.499,41	2.975,46	3.244,22	400
2016	15	2.215,34	2.456,90	2.876,75	3.424,11	3.732,00	500

Fonte: ACTs da construção da CSP.

⁸⁸ Os ACT sempre vigoraram desde o 1 de abril do ano em curso até o 31 de março do ano seguinte. Portanto cada ano que está nas tabelas, em rigor, corresponde a esses períodos.

Comparemos agora, na tabela 3, os acordos específicos atingidos na construção da CSP com as atualizações da CCTs vigentes no mesmo período para as mesmas categorias.

Tabela 3 – Comparação salarial em reais de três categorias segundo CCTs e ACTs no canteiro da CSP

	TIPO	%	AUXILIAR	PEDREIRO,	CALDEIREIRO,	CB
	ACORDO	aumento		OPERÁRIO I	OPERÁRIO II	
2012	CCT	10	759,00	1.056,00	1.540,60	60
	ACT	-	764,35	1.065,16	1.568,60	200
2013	CCT	11	842,60	1.172,60	1.709,40	100
	ACT	11	848,43	1.182,33	1.741,15	260
2014	CCT	11	862,40	1.032,40	1.898,60	150
	ACT	13	958,73	1.336,03	1.967,50	320
2015	CCT	9,5	1.027,40	1.427,80	2.079,00	170
	ACT	13	1.710,89	2.134,12	3.244,22	400
2016	CCT	Sem atualização				
	ACT	15	2.215,34	2.456,90	3.732	500

Fonte: Elaboração própria; CCTs e as ACTs.

Ao comparar os salários que foram acordados pelo SINTEPAV-CE no canteiro da CSP com a CCT vigente, no mesmo período e entre as mesmas categorias, a CB é relativamente melhor nos ACTs, pois a diferença do salário básico a favor dos primeiros acordos é insignificante. Porém, a partir do ano de 2014, os aumentos nominais deles vão se diferenciando. No último período e até o final de 2018, o sindicato não conseguiu atualizar a CCT. De todo modo, em função dessas simples comparações, podemos destacar melhoras salariais significativas em função das CCTs no canteiro da CSP para os últimos períodos da construção.

Tomemos agora os próprios dados do sindicato do reporte realizado para o DIEESE, onde se descreve a conjuntura trabalhista na construção da CSP. O informe reconhece, entre outras coisas, que as lutas travadas no canteiro não foram suficientes “para acabar com a disparidade salarial entre as regiões” (SINTEPAV-CE, 2016b, p.2). A tabela 4 ajuda a entender este cenário:

Tabela 4 – Piso salarial em reais do Servente no CSP, no Rio de Janeiro e São Paulo.

Ano	CATEGORIA SERVENTE				
	ACT CSP	CCT RJ	% Diferença	CCT SP	% diferença
2012	699,60	957,00	27%	1.069,20	35%
2013	776,56	1.053,80	26%	1.185,80	34%
2014	877,56	1.150,60	24%	1.291,40	33%
2015	991,64	1.243,00	21%	1.401,40	31%
2016	1.141,80	1.375,00	17%	1.540,00	26%

Fonte: Elaboração própria; (SINTEPAV-CE, 2016b, p.2).

Efetivamente, as disparidades regionais dos salários na comparação realizada na tabela 4 mostram uma diminuição tendencial com os anos, mas também a persistência da diferença negativa para os salários conveniados da mesma categoria nos acordos fechados pelo SINTEPAV-CE.

Na tabela 5, podemos comparar os salários da construção da CSP com o salário mínimo estabelecido por lei no Brasil. Dentro da ampla estratificação das categorias, escolhemos os salários dos auxiliares, pedreiros e soldadores por serem das categorias muito contratadas no canteiro da CSP.

Tabela 5 – Salário mínimo por lei e salários no CSP em reais

ANO	SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL	SALÁRIO AUXILIAR CSP	SALÁRIO PEDREIRO CSP	SALÁRIO SOLDADOR CSP
2012	622,00	764,35	1.065,16	1.485,00
2013	678,00	848,43	1182,33	1.648,35
2014	724,00	958,73	1336,03	1.862,64
2015	788,00	1.210,30	1509,71	2.104,78
2016	880,00	1.421,00	1.738,00	2.422,20

Fonte: Elaboração própria; DIESSE e ACT.

Efetivamente, todos os salários básicos acordados no canteiro aparecem folgadoamente acima do salário mínimo no Brasil. O inconveniente de nos determos nessa comparação provém de que o salário mínimo nominal do Brasil difere bastante do que efetivamente necessita dispor em espécie uma família operária para se reproduzir em condições normais. A partir do DIESSE, o movimento sindical brasileiro vem gerando estatísticas confiáveis que evidenciam essa diferença entre o “salário mínimo formal nominal por lei” diante do efetivamente requerido para satisfazer às necessidades básicas dos trabalhadores brasileiros⁸⁹, sob o nome de “salário mínimo necessário”. Para comparar os salários efetivados na construção da CSP com o mínimo estipulado pelo DIESSE, devemos considerar neles, de alguma forma, as horas extras trabalhadas pelos operários, pois elas são parte do valor da força de trabalho. Considerando a dificuldade em aproximar-se com validade estatística à quantia do dinheiro efetivamente desembolsado pelas subcontratadas no referente às horas extras trabalhadas decidimos

⁸⁹ Para compreender como o DIESSE estabelece esses salários mínimos reais ver “Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos” De janeiro de 2016 (DIESSE, 2016).

adicionar aos salários da tabela 2, o dinheiro correspondente a 44 horas extras pagas mensais.

A duração da jornada segundo CCT é de 8 horas. Semanalmente são 5 jornadas de 8 horas de segunda a sexta-feira, mais 4 horas aos sábados, ou 5 jornadas de 9 horas somando, nas duas modalidades, 44 horas semanais. Vamos supor que se receba o montante de 2 horas extras diárias, mais 1 sábado ao mês de jornada de 8 horas composta por 4 horas normais e 4 extraordinárias. Restarão 40 horas extras por mês de segunda a sexta-feira e 4 horas de trabalho extra um sábado, em um total 44 horas extras mensais. Portanto, supondo que se tenha pagado por 10 horas diárias de trabalho de segunda a sexta-feira mais um sábado de 8 horas e os restantes de 4 horas, com 4 folgas mensais, aos domingos, totalizando 220 horas de trabalho por mês. Entretanto, o normal estipulado pela CCT são 176 horas mensais. Vejamos na tabela 6 os salários contabilizando e as horas extras que supomos terem sido pagas, para fins estimativos.

Tabela 6 – Piso salarial das 5 categorias com horas extras em reais

	%	AUXILIAR	PEDREIRO	MONTADOR	SOLDADOR	CALDEIREIRO	CB
2012	-	1.012,91	1.413,64	1.655,64	1.971,00	2.081,96	200
2013	11	1.153,35	1.568,97	1.837,49	2.190,03	2.310,67	260
2014	13	1.272,65	1.773,07	2.076,53	2.472,42	2.611,18	320
2015	13	2.112,65	2.628,04	3.078,29	3.644,50	3.995,18	400
2016	15	2.680,87	3.028,86	3.546,45	4.221,23	4.600,80	500

Fonte: Elaboração própria; ACTs da construção da CSP.

Finalmente, podemos comparar o salário que hipoteticamente supomos se pagaram pelas 220 horas de trabalho mensal à luz do salário mínimo necessário estabelecido pelo DIESSE. Formulamos um salário médio para facilitar a comparação, sem perder de vista que ele está orientado para estabelecer uma referência quantitativa que não reflete necessariamente a realidade dos diferentes salários pagos no local estudado, nem de nenhuma categoria em particular. Efetivamente, os salários das categorias auxiliares e de primeiro grau de qualificação são menores que a meia, enquanto os de grau maior superam nominalmente a meia, mas na estimativa do total dos trabalhadores esses últimos foram sempre minoritários no canteiro. Portanto, esse salário meio considera aos salários das cinco categorias mais representativas, presentes na tabela 5.

Tabela 7 – Salário mínimo por lei, salário no CSP e salário mínimo necessário em reais.

	SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL	SALÁRIO MEIO CSP	SALÁRIO MÍNIMO NECESSARIO	% Dif. entre o SALÁRIO NECESSARIO e o MEIO NO CSP
2012	622	1.827,03	2.464,41	-25,86%
2013	678	2.072,10	2.771,10	-25,22%
2014	724	2.361,17	2.925,16	-20,81%
2015	788	3.491,73	3.275,00	6,6%
2016	880	4.115,64	3.875,09	6,2%

Fonte: Elaboração própria; DIESSE e ACT.

Às ACTs dos últimos dois anos têm adicionado ao salário o valor da hora mensal *in itinere* e o adicional por periculosidade, as duas conquistas do movimento grevista no local junto ao maior ajuste atingido no salário básico. Podemos observar, a partir desses acordos, que o salário meio conseguiu atingir o salário mínimo necessário. No final do processo de construção, quando a quantia de trabalhadores requeridos diminuiu e a intensidade do uso da força de trabalho aumentou, produziu-se mais em menos tempo para cumprir com os novos prazos de entrega da planta siderúrgica nas mãos da Vale S. A. sob as operações da Dongkuk Steel.

Se diferenciarmos por categoria, vemos como os estimados salários dos auxiliares e pedreiros nunca atingiram o salário mínimo necessário. Entretanto, destacado em negrita na tabela 8 estão os montadores e soldadores, que chegaram nesse nível a partir dos últimos anos.

Tabela 8 – Os salários das 5 categorias versus o salário mínimo necessário em reais

	AUXILIAR	PEDREIRO	MONTADOR	SOLDADOR	CALDEIREIRO	S. M. N.
2012	1.212,91	1.613,64	1.855,64	2.171,00	2.281,96	2.464,41
2013	1.413,35	1.828,97	2.097,49	2.450,03	2.570,67	2.771,10
2014	1.592,65	2.093,07	2.396,53	2.792,42	2.931,18	2.925,16
2015	2.512,65	3.028,04	3.478,29	4.044,50	4.395,18	3.275,00
2016	3.180,87	3.528,86	4.046,45	4.721,23	5.100,80	3.875,09

Fonte: Elaboração própria; ACT da construção da CSP e CCT.

Considerando o conjunto dos resultados analisados estamos em condições de afirmar que a tendência na construção da CSP foi pagar o salário por debaixo das condições que permitam uma reprodução normal da força de trabalho. Apesar das lutas travadas no canteiro pelos trabalhadores e pelo sindicato, a compra-venda da mercadoria força de trabalho foi realizada abaixo de seu valor. A prolongação da jornada e o aumento da intensidade de trabalho não se trasladaram proporcionalmente nas mãos dos trabalhadores. A luta de classes parece haver regularizado uma situação injusta e de

condições precárias. Entretanto as grandes conquistas sindicais dos últimos anos apenas atingiram o salário digno para algumas categorias mais qualificadas e de menor quantia relativa de operários. A luta pelo salário na construção da CSP ficou atrapalhada na precariedade do trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo a crítica da economia política desenvolvida por Marx ([1867] 2017) n' *O Capital*, analisamos e desenvolvemos o conteúdo da relação social geral capitalista para abordar, a partir dela, algumas determinações gerais do capital. No reconhecimento dessas determinações econômicas, nos detivemos na produção do mais-valor absoluto e particularmente no salário como a forma-preço do valor da força de trabalho, isto é, como sua expressão monetária. Ancorados nos estudos de Guevara (2014, 2018) e destacando o caráter mercantil da força de trabalho, adentramos na compreensão de como a luta de classes, na sua forma de ação sindical, associa-se com a compra venda da força de trabalho e, portanto, com os salários dos trabalhadores. Nesse enfoque da luta de classes, referimos as transformações contemporâneas nos sujeitos antagônicos da produção capitalista (IÑIGO CARRERA, 2003, p. 55). Já no capítulo dois, contextualizamos e descrevemos as lutas entre trabalhadores e empresas na construção da CSP durante o ano 2011 até o ano 2016. Depois de vermos como se desenvolveram esses conflitos trabalhistas no canteiro da CSP, elaboramos uma avaliação política e econômica dos mesmos problematizando as condutas das empresas, o desempenho dos sindicatos e o tipo de intervenção do Estado na regulação desses conflitos e, portanto, da compra da força de trabalho envolvida nesse período no Pecém. A partir dos ACTs obtidos pelo SINTEPAV-CE e de uma avaliação geral da realidade das condições de trabalho, realizamos diversas estimativas sobre os salários nominais e reais atingidos no canteiro. Finalmente, aferindo-os, evidenciamos que, pese à destacada luta travada pelos operários, não chegaram a atingir o mínimo necessário para que essas forças de trabalho se realizem pelo seu valor.

Ao longo da exposição das formas concretas dessas lutas dos trabalhadores, pode haver-se gerado a impressão de que tanto o espaço e o tempo sociais quanto os principais atores analisados afirmaram-se autonomamente ou distante da relação social geral capitalista. Impressão gerada talvez pela diferença no nível de abstração da primeira parte da dissertação diante a posterior análise de aspetos sociais mais concretos no processo de construção da CSP, que se exprime em linguagens um pouco distintas. Salientamos que o caso analisado e, em rigor, qualquer empreendimento industrial contemporâneo, é parte constitutiva do movimento do capital, inerente à relação social geral do capitalismo. A construção da siderúrgica estudada exprime o movimento de um capital individual que realiza a necessidade de valorização do capital social. Neste caso, um capital da POSCO

que organizou o processo de construção da planta siderúrgica no Ceará, e de cujo processo decorreu as formas políticas adequadas a sua determinação econômica.

Por sua vez, o enfoque da crítica da economia política de Iñigo Carrera (2003; 2007; 2017) recupera ao capital como sujeito do movimento da produção social e, portanto, ele gera a própria forma contraditória da luta de classes através da qual realiza sua acumulação. Isto significa que as classes em conflito não estabelecem suas posições e condições autonomamente (NEGRI, 2016), de acordo com as decisões assumidas a partir da experiência imediata de organização, senão em função das necessidades da reprodução do capital. Ainda mais: na expressão plena da subsunção real do trabalho no capital (MARX, [1867] 2017, p. 578-580), as classes sociais atuam como produto e portando as necessidades do capital.

Também frisamos que, assim como do próprio desenvolvimento da relação social mercantil antagônica se constitui a luta de classes, a contradição existente entre a realização da luta de classes e a necessidade do movimento da acumulação do capital social se resolve através da emergência da relação política que constitui o Estado (ALTVATER, 1999). Nesse movimento, o Estado se erige na representação do capital social e, em consequência, por sobre os interesses imediatos das classes sociais, legislando resoluções para a luta, isto é, resolvendo a luta de classes (GUEVARA, 2018).

Hirsch (2018), em concordância com aquele enfoque, adiciona que “a ação sindical da classe trabalhadora medeia a realização do valor da força de trabalho que já foi determinado pelo processo de produção” (HIRSCH, 2018, p. 2, tradução nossa). Onde o determinante essencial do valor da força de trabalho provém dos atributos produtivos dos operários, como de qualquer outra mercadoria, com a particularidade de que esse valor se realiza necessariamente através da ação sindical na luta de classes. Os atributos produtivos dos operários, necessários para satisfazer os requisitos produtivos do capital, são os que determinam as mercadorias que eles precisam consumir para produzir as suas forças de trabalhos. O salário é o preço que expressa mais ou menos o valor do que consomem. A luta de classes medeia essa expressão, de modo que determina a forma-preço concreta e sua relação de ajuste ou desajuste em relação ao valor e, portanto, às condições reais de reprodução dos operários. Desse modo, a perspectiva adotada concebe necessariamente a luta de classe desdobrada em suas determinações gerais (IÑIGO CARRERA, 2003) e não como uma afirmação política abstrata, limitada a uma imagem de antagonismo de classe como motor bipolar da história humana (ALTHUSSER, [1970] 2011).

Aconteceu que, ao iniciar esse ciclo de valorização no Pecém, a POSCO E&C incorreu nas contradições, com suas formas políticas particulares, quando metabolizou com a única mercadoria capaz de criar novo valor no seu uso. Nesse processo de valorização emergiram as formas concretas de luta sindical, de classe que se destacaram durante a implantação da CSP. Uma luta de classes personificada por trabalhadores de um lado e do outro, pois a personificação do comando e controle da produção está nas mãos de trabalhadores com atributos específicos para essa função. Resultando que essas disputas travadas por operários e sindicatos em defesa da venda e do consumo produtivo das mercadorias forças de trabalho não conseguiram atingir salários correspondentes ao valor de suas forças de trabalho. Pelo contrário, essas resistências e lutas, como demonstramos no apartado anterior, terminaram por regularizar salários que não são suficientes para a aquisição do necessário para que os trabalhadores se reproduzam em condições normais.

Desse modo, o caso analisado torna-se especialmente instigante para refletirmos sobre as formas políticas da luta pelo salário e seus resultados econômicos, tanto como expressão particular como da acumulação de capital no Brasil. Se considerarmos aquelas determinações gerais presentes n’*O Capital* desenvolvidas na presente dissertação, nos deparamos com o inconveniente de que, com o resultado obtido, isto é, salários abaixo do valor correspondente, não poderia se reproduzir a acumulação de capital brasileira em condições normais.

A reprodução normal da força de trabalho embasa o processo de acumulação de capital. Na análise da luta pela jornada normal de trabalho, Marx ([1867] 2017) destaca que se a força de trabalho se vendesse sistematicamente abaixo de seu valor resultaria – em algum momento – no esgotamento da fonte de valor para o capital, gerando um obstáculo para o normal desenvolvimento da acumulação (MARX, [1867] 2017, p. 338). Porém, a condição suposta para tal normalidade seria que o capital não encontra uma fonte adicional de força de trabalho. Se, pelo contrário, o capital contasse com uma massa de superpopulação relativa, que flui constantemente até o mercado, poder-se-ia explorá-la sem contemplos em relação a seu esgotamento futuro.

O movimento do capital individual analisado contratou majoritariamente trabalhadores com atributos produtivos que, como descrevemos no apartado 2.4.1, resultam na pior das transformações contemporâneas do desenvolvimento do capital. Trata-se de operários que, a partir da simplificação dos processos produtivos pela introdução de maquinaria, encarregam-se de realizar tarefas simples e outros que, nesse

mesmo processo geral de desenvolvimento tecnológico, ficam fora das necessidades do capital. Vemos, portanto, na construção da CSP no Ceará, como essas facções da classe operária vão sofrendo a tendência irrefreável à redução de seus salários e a possibilidade de desemprego imediato.

Graças à análise feita até aqui, podemos afirmar que não há garantias de correspondência imediata entre a capacidade e força da resistência dos trabalhadores na defesa de seus interesses e a conquista de salários adequados ao valor da força de trabalho. De todo modo, caso não haja mediação de resistência e luta trabalhista pelo salário, o destino dessas facções das classes operárias no Ceará ficará mais próximo de outro *Auschwitz* diante das precárias condições de trabalho experimentadas no Pecém.

A análise de cada caso deve estar atenta às suas particularidades, mas é fundamental considerar as determinações gerais do modo de produção capitalista, pois delas emergem as tendências de crescente desigualdade de vida para setores diferenciados do proletariado. Nesse sentido, somos cientes da necessidade de ampliar os estudos sobre a produção de mais-valor relativo, que para nossos fins imediatos de pesquisa foram considerados, mas não aprofundados. Pois entendemos que a extração de mais-valor relativo acarreta mudanças significativas tanto na materialidade dos processos produtivos como nas subjetividades produtivas (IÑIGO CARRERA, 2003, p. 7) e, portanto, o destino da luta pelo salário pode ser visualizado à luz desse proveitoso conhecimento.

De todo modo, essa manifestação singular da compra sistemática da mercadoria força de trabalho abaixo do seu valor que observamos na construção da CSP, em princípio, afasta-se dessas determinações gerais do capital. Para compreender os motivos dessa situação devemos considerar algumas determinações específicas da forma do capital social. Reconhecendo a existência de mediações que não foram plenamente desenvolvidas nos capítulos anteriores, podemos refugiar-nos no estudo da especificidade da acumulação de capital no Brasil elaborada por Grinberg (2013) embasados nas pesquisas mais gerais desenvolvidas por Iñigo Carrera (2003, 2007, 2017).

A compra da força de trabalho abaixo de seu valor teria um papel na explicação de como se reproduz a acumulação de capital em Brasil, apesar de não apresentar diretamente as formas que se corresponderiam com as determinações gerais expostas por Marx ([1867], 2017).

As determinações gerais do modo de produção capitalista se realizam sob formas nacionais. “A acumulação do capital é um processo mundial pelo seu conteúdo, mas nacional pela sua forma” (IÑIGO CARRERA, 2003, p. 43, tradução nossa).

4.1 As lutas pelo salário no Ceará como forma de expressão da especificidade de acumulação de capital no Brasil

Considerando que o projeto da CSP está orientado a produzir matéria-prima industrializada, poderíamos afirmar que o movimento produtivo da CSP coincide com a especificidade de acumulação no Brasil: uma indústria de matérias-primas destinadas ao mercado mundial que se nutre fundamentalmente das condições extraordinárias da renda da terra (GRINBERG, 2013). Daí proveriam esses recursos que o Estado desembolsou para impulsar paulatina e sistematicamente a industrialização do minério de ferro pelo capital privado no Pecém e por essa riqueza disponível que o capital industrial é atraído.

Iñigo Carrera (2017) desenvolve a tese de que os países latino-americanos têm uma forma específica de acumulação do capital baseada na especialização da produção de mercadorias portadoras da renda da terra (agricultura, pecuária, mineração, petróleo, etc.). Esses processos de acumulação nacionais oferecem uma massa de riqueza social extraordinária, no sentido de que essa riqueza excede o mais-valor extraído pela exploração de força de trabalho dos capitais individuais (idem, p. 104). Parte dessa riqueza social é apropriada pelos latifundiários, mas também pelos capitais industriais que produzem nessas áreas nacionais (idem, p. 243). Essa apropriação é feita através de diferentes atividades executadas pelos Estados nacionais na mediação e distribuição dessa riqueza extraordinária entre os capitais industriais. Às vezes, os Estados latino-americanos possibilitam que esses capitais industriais se apropriem de modo indireto dessa renda através de impostos específicos sobre as exportações de mercadorias portadoras de renda, regimes de promoção e benefícios industriais, financiamento estatal subsidiado, entre outros (idem, p. 250). O nosso caso parece encaminhado nessa apropriação indireta através da construção, com recursos estatais, do CIPP e a implantação da ZPE para promover a implantação da CSP.

Quando o Estado medeia essa apropriação, emergem intervenções político-monetárias supervalorizando a moeda nacional (IÑIGO CARRERA, 2017, p. 253), barateando as importações e gerando facilidades para a remessa de lucros, entre outras medidas na posse direta dessa riqueza por parte dos capitais industriais.

Estas formas específicas dos processos latino-americanos de acumulação baseados nesse diferencial da renda, cada um com suas denotações políticas peculiares, permite aos capitais industriais que operam na região se apropriarem parte dessa riqueza social extraordinária. E desse modo, valorizar-se em condições que lhes permitem poupar

os custos normais e riscos envolvidos no desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Graças à apropriação dessa riqueza social, eles compensam os custos mais altos que podem resultar de suas condições de produção relativamente atrasadas (IÑIGO CARRERA, 2017, p. 333). Em síntese, a existência dessa riqueza social extraordinária permite que os capitais industriais que operam nestes países, recuperem condições normais/médias da taxa de lucro, sem necessidade de pôr em ação melhores condições de produção.

Enquanto a renda da terra tornou-se historicamente a principal fonte dessa riqueza social extraordinária em nossos países, a evolução histórica concreta deles tem determinado a existência de uma parte da classe trabalhadora como excedente para as necessidades da valorização. A relevância da superpopulação relativa é muito variada nos diferentes países e seu desenvolvimento histórico tem sido também peculiar em cada um deles. Porém a existência permanente desses setores operários excedentes ao capital oferece aos processos de acumulação de capital outra fonte de riqueza social extraordinária. Como o capital não requer reproduzir normalmente ao conjunto da população operária ele pode comprar sua força de trabalho abaixo de seu valor sistematicamente e se apropriar desse valor que adiciona extraordinariamente a seu processo de valorização. Os motivos por que o salário mínimo nominal estipulado por lei no Brasil não atinge nem a metade do mínimo necessário indispensável para se reproduzir em condições normais podem ser pensados à luz desta determinação econômica.

Pela renda diferencial da terra a força de trabalho é vendida abaixo de seu valor, de forma que a determinação dos salários tende a se estabelecer abaixo do normal. Tal tendência é outra expressão da determinação específica da acumulação de capital, que lhe permite valorizar-se sem participar necessariamente do desenvolvimento das forças produtivas (IÑIGO CARRERA, 2017, p. 295). Fato que polemiza com a tese de que essa tendência proviria do intercâmbio desigual (MARINI, [1973] 2008) ou da herança colonial latifundiária (PRADO JÚNIOR, [1942] 1987).

Por isso, a forma da implantação da CSP permite mostrar a correspondência com estes estudos que encontram uma determinação específica da acumulação no Brasil, que se nutre da força de trabalho comprada abaixo do seu valor, na vinculação específica à renda diferencial da terra (GRINBERG, 2013; IÑIGO CARRERA, 2017). A acumulação brasileira se apropria de uma porção do valor da força de trabalho e, portanto, compra-a abaixo de seu valor, e conseqüentemente sua forma política na ação sindical atinge essa necessidade. Vemos, a partir do caso estudado, como as relações políticas são a forma

concreta em que se realizam e, portanto, existem, as determinações econômicas (CALIGARIS e FITZSIMONS, 2012).

4.2 A situação mundial da produção siderúrgica

Do ponto de vista geral da atual situação da produção de aço, as explicações parecem ir na mesma direção das tendências que salientamos a respeito das precárias condições laborais da implantação da nova planta siderúrgica.

No ano de 2010, seguindo a crise financeira de 2008, a indústria siderúrgica mundial entrou em uma fase de desaceleração (RIVEIRO, 2012) que vigora até hoje. Nestes últimos anos a superprodução de aço se intensificou, no entanto, a China manteve seu ritmo de produção ganhando novos mercados, ao passo que os Estados Unidos e a Europa foram perdendo espaço na concorrência mundial, criando barreiras protecionistas e acusando ao gigante asiático de *dumping*⁹⁰. No Brasil, na metade de 2015, o Instituto Aço Brasil (2016) informou que mais de 15.000 trabalhadores do setor haviam sido demitidos e cerca de 2.000 postos de trabalho foram extintos pela crise mundial. A produção de aço brasileira se retrai pela queda do consumo interno e dos preços internacionais e as empresas siderúrgicas pedem ao Estado brasileiro redução de impostos e proteção contra o aço importado da China. A CSN e a ThyssenKrupp, duas gigantes do setor, pressionam trabalhadores e governo diante da crise mundial de superprodução. Nesse contexto de ajuste do capital siderúrgico e de aguda crise econômica no Brasil é inaugurada a CSP. Tudo parece indicar que a construção da CSP vai na contramão do processo produtivo geral.

Se nos detivermos no impacto local da CSP, veremos que o PIB real no Município de São Gonçalo de Amarante dobrou entre 2011 e 2016, ao passo que as exportações totais desse município chegaram ao valor de US\$ 238,2 milhões em 2016. Com essas cifras, São Gonçalo do Amarante superou as vendas externas de Fortaleza (US\$ 164,5 milhões), Sobral (US\$ 152,8 milhões), Cascavel (US\$ 116,8 milhões) e Icapuí (US\$ 97,0 milhões). O impacto da produção da nova siderúrgica no Pecém é imenso.

Se observamos a situação pela perspectiva econômica do Nordeste, percebemos que a implantação da CSP trouxe um aumento de 12% no PIB cearense. O impacto da

⁹⁰ Prática de comércio internacional que consiste em vender uma mercadoria em praça estrangeira por preço sistematicamente inferior ao do mercado interno, ou inferior ao preço de venda dos outros concorrentes estrangeiros.

atividade da CSP, com seus produtos metalúrgicos, corresponde a mais da metade do que é exportado pelo Ceará. Em 2017, os US\$ 2,10 bilhões que rendeu o comércio com o exterior representou um crescimento de 62,48% em relação a 2016, quando foi registrado apenas US\$ 1,29 bilhão. Entre os diversos itens da pauta de exportações, os produtos metalúrgicos movimentaram US\$ 1,07 bilhão e foram responsáveis por 51,11% do total exportado no Estado. Criaram-se aproximadamente 20.000 postos de trabalho durante os mais de 5 anos que levaram a sua construção e atualmente emprega 3.600 operários efetivos e mais de 1.000 terceirizados, envolvendo uma massa salarial estimada em R\$ 23,3 milhões por ano e diminuindo o desemprego na região.

Desse ponto de vista, percebemos também a maior implantação industrial dos últimos anos e uma aplicação tecnológica competitiva produzindo para o comércio exterior. Desse modo, a CSP aparece como a realização do prometido desenvolvimento econômico para a região, além da ampliação em mais de 40% das exportações do Ceará. De fato, o projeto inicial do Estado conseguiu promover e concretizar uma nova indústria estreitando a assimetria da estrutura produtiva nacional em relação às regiões do sul do Brasil. O objetivo do Estado do Ceará de se inserir na rota internacional do comércio industrial parece ter sido atingido com a CSP, possibilitando a interpretação de estarmos diante de uma ampliação e um incremento da produção social.

Porém, os gastos extraordinários do Estado neste projeto tiveram como contrapartida uns escassos benefícios sociais. Pois, efetivamente, nada dessa riqueza gerada vai parar nas mãos dos trabalhadores nem da população que vive ao redor do projeto. Só considerando a grande quantidade de água necessária para fornecer a aciaria, embora a CSP sustente o contrário, entramos em um panorama desalentador pelo histórico da seca na região. O Estado arcou com todos os gastos da infraestrutura, e transformou uma reserva indígena em área especial de produção industrial para o exterior, onde assegurou todos os benefícios para a implantação claudicando dos retornos positivos ao implantar a primeira ZPE. Assim, vemos as formas de expressão do Estado representando os interesses gerais da acumulação do capital, nesse circuito de transferências de valor entre capitais individuais.

Além disso, ao considerarmos as perdas de emprego, na indústria siderúrgica brasileira, com a queda da produção da CSN e a ThyssenKrupp, nos deparamos com uma diminuição geral na produção de aço e até uma provável retração relativa diante dos grandes concorrentes mundiais

A crise capitalista mundial e sua manifestação na superprodução de aço trouxeram inúmeras suspensões, demissões e, em alguns casos, fechamento de empresas em várias partes do mundo. A implantação da CSP se deu em paralelo a esse intenso processo, mas ela deve ser considerada parte dessa crise e como cristalização resolutive nos movimentos de ajuste do capital: a CSP pode ser vista como uma realocação e atualização tecnológica que ao mesmo tempo contribui para o incremento do desemprego mundial, na movimentação geral da produção atual de aço.

Desse modo consideramos que a CSP, faz parte do processo de fragmentação e realocação da indústria siderúrgica em nível mundial, dos Estados Unidos e dos estados europeus até os países de industrialização tardia (MUSSI, 2017, p. 32), onde o barateamento dos salários na instalação das novas plantas condiciona essas mudanças. Segundo informes oficiais do Congresso dos Estados Unidos (1982) o nível dos salários é fundamental na construção de novas plantas industriais. Pois, o capital social consegue demitir trabalhadores de um lado e, de outro, contratá-los mais baratos, e, assim, continuar sua valorização na transformação das condições de produção mundial ao dispor de condições para baratear os custos de implantação das novas plantas siderúrgicas.

Novamente destacamos a importância de não perder de vista o olhar mais geral para os estudos sociológicos de casos particulares de conflito sindical e de luta pelos salários. O risco de cair em explicações parciais pode manter-se, dada a imperícia do pesquisador, mas renunciar de antemão ao olhar mundial na crítica da economia política para estudar um caso particular vira reasseguro de erro.

4.3 As inversões sul-coreanas no Brasil e apontes para futuras pesquisas

Os capitais sul-coreanos podem ser considerados parte da onda de investimentos asiáticos no Brasil (OGASAVARA, 2018) que podem rastrear-se a partir dos anos 1950. As três potências asiáticas, Coreia do Sul, Japão e China, fazem parte desse movimento de investimentos focados na industrialização do Brasil. Nos anos 1990 chegaram os primeiros grandes investimentos sul-coreanos no setor de eletrônicos, com a Samsung e a LG estabelecendo unidades de produção na Zona Franca de Manaus, no Amazonas. Os relatórios do Banco Central do Brasil – BCB indicam o segundo *boom* sul-coreano em investimentos a partir de 2010, com uma média de US \$ 1 bilhão de compromissos anuais até 2015 (BCB, 2015). Aprofundando os investimentos iniciados em 2004 no setor automobilístico, a Hyundai abriu uma nova planta de produção em 2012 e também criou,

através de sua subsidiária Hyundai-Rotem, uma planta de produção de trens em Araraquara, estado de São Paulo (RODRIGUES, 2016). As empresas sul-coreanas também estão focadas na produção e montagem dos *smartphones* e, na parceria com a Vale S. A., a POSCO trouxe tecnologias competitivas na construção da planta siderúrgica. Também para realizar as operações da CSP, a Dongkuk Steel apresentou seu inovador modelo de gestão. O investimento da POSCO no país aprimorou formas de obtenção de lucros a partir do aumento da exploração da força de trabalho e do pagamento de salários baixos – práticas que fazem sinergia com essa tendência própria da acumulação de capital no Brasil. Pesquisar sobre a produtividade das industriais de origem sul-coreano implantadas no Brasil faz-se necessário para avaliar se essas produções estão seguindo o curso geral dos capitais industriais que operam em América Latina, isto é, se produzem para o mercado regional apropriando-se de uma porção da renda da terra, mas aplicando tecnologia competitiva e, por tanto, uma produtividade do trabalho normal/meia às condições de concorrência mundial.

No percurso de crescimento da Vale S.A., vimos como a sua associação com capitais desenvolvidos foi central. Essas parcerias lhe permitiram passar a produzir com nova tecnologia na indústria mineira, e desenvolver um bolsão de eficiência (ZORZAL e SILVA, 2004, p. 54) na indústria latino-americana. Desse modo, a contribuição da tecnologia sul-coreana na produção de aço pode ser vista como semelhante àquele momento em que a Vale S.A. travou contato com a experiência do capital japonês nos anos sessenta. De fato, graças à parceria com o capital sul-coreano, a CSP passa a concorrer em melhores condições tecnológicas e fiscais, embora em menor grau, com sua maior e histórica compradora de ferro, a CSN.

Por outro lado, consideramos importante, para futuras pesquisas, reavaliar se esse bolsão de eficiência da Vale S.A., como salienta Zorzal e Silva (2014), se deve a sua tecnologia ou, à luz da renda da terra mineira, às condições especiais do solo que envolve uma produtividade particular do trabalho. Para isso seria necessário desenvolver as determinações específicas do capital mineiro com o desenvolvimento tecnológico aplicado, mas em relação à particularidade do desenvolvimento da produtividade do trabalho a respeito da aplicação intensiva e extensiva do capital sobre o solo.

Em outra ordem de problemas, notamos uma mudança a respeito da luta de classes desenvolvida na CSP imediatamente posterior à experiência de disputas do processo de construção da siderúrgica. Desde que a aciaria começou suas operações, destaca-se a ausência de confrontos trabalhistas. Apenas uns dias de negociações entre o sindicato e a

empresa têm sido suficientes para atingir os últimos acordos trabalhistas. Reconhecemos que além da continuidade espacial e temporal existe uma mudança de atividade e, portanto, devem ser pensados como processos independentes. Porém, o capital que participou da construção faz parte das operações atuais. Evidentemente, a nova situação excede nosso trabalho de pesquisa, mas apontamos algumas possíveis explicações que ficam abertas para futuras investigações.

Em tempo, cabe lembrar que existe um outro sindicato representante da categoria na fase de operação da CSP, o Sindicato dos Metalúrgicos de Ceará (SINDMETAL-CE), que apresenta características diferentes do SINTEPAV-CE. Tais características de atuação podem contribuir para encaminhar algumas explicações. Também a recessão econômica atual junto ao aumento do desemprego, sobretudo no setor siderúrgico, pode oferecer argumentos uma vez que aqueles operam disciplinando aos novos trabalhadores da planta coagindo ao enfrentamento coletivo diante da queda salarial ocorrida nos dois últimos anos na CSP (OLIVEIRA, 2018). E para avaliar os motivos dessa aparente passividade operária se faz necessário olhar a nova composição do coletivo sem perder de vista que estes, diferentemente dos anteriores, são contratados por prazo indeterminado. Só alguns poucos trabalhadores da construção conseguiram permanecer na CSP e, como vimos no apartado 3.6.2, o perfil dos trabalhadores envolvidos na operação da aciaria mudou em comparação com as categorias contratadas para a construção. Aproximadamente 70% dos operários da CSP são técnicos e profissionais que realizam tarefas relativamente complexas. O desenvolvimento dessas questões, junto à análise da gestão da Dongkuk Steel podem nos dizer algo sobre como é que os trabalhadores da siderúrgica e o sindicato não apresentam capacidade de abrir disputas coletivas na luta pelo salário no Ceará, no contexto de avanço do desemprego e queda salarial.

REFERÊNCIAS

Documentos

ADECE. **Nota sobre a construção da CSP**. 2016. Fortaleza. Disponível em:

<<http://www.adece.ce.gov.br/index.php/siderurgica>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

AMÉRICA ECONOMIA. **Las 50 mayores de Brasil**. 2014. Disponível em:

<<https://rankings.americaeconomia.com/las-500-mayores-empresas-de-latinoamerica-2014/subrankings/las-50-mayores-de-brasil>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DEL ACERO. **América Latina en cifras -**

2016. Santiago de Chile: ALACERO, 2016. Disponível em: <<http://www.alacero.org>>.

Acesso em: 9 ago. 2018.

BCB. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Investimento Direto, 2010/15.**

(2015). Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/investimento_estrangeiro_direto>. Acesso em: 3 abr. 2017.

CAECE. **Pacto pelo Pecém – Iniciando o diálogo**. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Ceará, 2012.

_____. **Cenário atual do Complexo Industrial e Portuário Pecém**. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Ceará, 2013.

_____. **Agenda estratégica para o CIPP**. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Ceará, 2014.

CAVALCANTE, Beatriz. **Companhia Siderúrgica do Pecém é inaugurada**. (2017).

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/04/companhia-siderurgica-do-pecem-e-inaugurada.html>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

DIEESE. **Nota Técnica n° 124. Mesa nacional da Construção. O diálogo tripartite – Rumo a condições de trabalho decentes no setor da construção**. Maio 2013.

Disponível em:

<<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec124MesaConstrucao.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

_____. **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos – Janeiro de 2016**. Disponível em:

<<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

DPF. DEPARTAMENTO DA POLICIA FEDERAL. **Denuncia da Força Sindical.**

Mai. 2013. Fortaleza: **SIAPRO Nro. 08270.008738./2013.70**, 2013.

FMI. FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL. **World Economic and Financial Surveys. World Economic Outlook Database.** (2018). Disponível em:

<<https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/index.aspx>>. Acesso em: 4 dez. 2018.

IAB. INSTITUTO AÇO BRASIL. **Aço Brasil Informa.** Mar. 2016. Disponível em:

<http://www.acobrasil.org.br/siderurgiaemfoco/Aco_Brasil_Informa_MAR%2016.pdf>.

Acesso em: 5 fev. 2019.

____. **Dados consolidados do setor referente ao ano 2017.** Rio de Janeiro, 2017a.

Disponível em: <<http://www.acobrasil.org.br/site2015/dados.asp>>. Acesso em: 2 fev. 2019.

____. **Estatística Preliminar.** Rio de Janeiro. Abr. 2017b. Disponível em:

<<http://www.acobrasil.org.br/site2015/publicacoes.asp>> Acesso em: 18 jan. 2018.

JAHAN, Selim. **Human Development Report 2016.** Nova Iorque: United Nations Development Programme, 2016. Disponível em:

<<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2018.

MDIC. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **O**

Regime Brasileiro das Zonas de Processamento de Exportação – ZPE. Brasília,

2017. Disponível em:

http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITARIO/czpe/Apresenta%C3%A7%C3%B5es/2017-02-21_SE-CZPE_-

[_ZPE_Informa%C3%A7%C3%B5es_B%C3%A1sicas_POR.pdf](http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITARIO/czpe/Apresenta%C3%A7%C3%B5es/_ZPE_Informa%C3%A7%C3%B5es_B%C3%A1sicas_POR.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. **ZPE de Ceará.** Brasília, 2018. Disponível em:

<http://www.mdic.gov.br/images/REPOSITARIO/czpe/Publica%C3%A7%C3%B5es/ZPE_do_Cear%C3%A1/Apresentac%C3%A3o_ZPE_2018.pdf>. Acesso em 18 jan.

2018.

MPT-CE. MINISTERIO PÚBLICO DO TRABALHODE CEARA. **Ata circunstanciada da Audiência Pública CSP. Conjuntura trabalhista no canteiro da CSP.** (2015a). Ministério Público da União, fev. 2015. Disponível em:

<http://www.prt7.mpt.mp.br/images/audiencias-publicas/2015-Siderurgica_Pecem/Extrato_da_Atada_Audiencia_Publica_Siderurgica_Pecem.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. **Edital de abertura.**(2015b). Fortaleza, jan. 2015. Disponível em: http://www.prt7.mpt.mp.br/images/audiencias-publicas/2015-Siderurgica_Pecem/Audiencia_construcao_siderurgica_Pecem-02-2015.pdf. Acesso em: 20 dez. 2018.

_____. **Ata Nro. Protocolo 0800175-87.2013.5.7.000/0.** (2013a). Fortaleza: Arquivo do SINTEPAV-CE, 2013.

_____. **Ata Nro. Protocolo 0800175-87.2014.7.7.000/0.** (2014a). Fortaleza: Arquivo do SINTEPAV-CE, 2014.

_____. **Ata Nro. Protocolo 0800175-87.2014.7.18.000/0.** (2014b). Fortaleza: Arquivo do SINTEPAV-CE, 2014.

O POVO. **Trabalhador morre após cair de andaime em obra da CSP.** 15 set. 2015. Disponível em:

<<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/saogoncalodoamarante/2015/09/trabalhador-morre-apos-cair-de-andaime-em-obra-da-companhia-siderurgic.html>>. Acesso em 10 jan. 2019.

REVISTA DA FIEC. **Nro. 102, fevereiro de 2016.** (2016). Fortaleza: Federação das Indústrias do Estado de Ceará, ano IX, n. 102, fev. 2016. Disponível em: <https://arquivos.sfiec.org.br/sfiec/files/files/REVISTA_FIEC_FEVEREIRO_2016.pdf>. Acesso em: 20 dez.2018.

SECRETARIA Geral da Presidência da República. **Compromisso nacional para aperfeiçoar as condições e relações de trabalho na indústria da construção.** (2012). Brasília, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

SCHWAB, Klaus. **The Global Competitiveness. Report 2018.**Genebra: World Economic Forum, 2018. Disponível em:

<<http://www3.weforum.org/docs/GCR2018/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2018.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2018.

SICETEL. SINDICATO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS DE TREFILAÇÃO E LAMINAÇÃO DE METAIS FERROSOS. **Análises do mercado de Aço 2015**. (2015). Disponível em: <http://sictel.org.br/sictel2014/wp-content/uploads/2015/12/analise_mercado_aco2015.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2018.

SINTEPAV-CE. **ACT entre POSCO e SINTEPAV-CE. 2012-13**. (2012a). Fortaleza: Arquivo do SINTEPAV-CE, 2012.

_____. **ACT entre POSCO e SINTEPAV-CE. 2013-14**. (2013a). Fortaleza: Arquivo do SINTEPAV-CE, 2013.

_____. **ACT entre POSCO e SINTEPAV-CE. 2014-15**. (2014a). Fortaleza: Arquivo do SINTEPAV-CE, 2014.

_____. **ACT entre POSCO e SINTEPAV-CE e SINTRAMONTI-CE. 2015-16**. (2015a). Fortaleza: Arquivo do SINTEPAV-CE, 2015.

_____. **ACT entre POSCO e SINTEPAV-CE e SINTRAMONTI-CE. 2016-17**. (2016a). Fortaleza: Arquivo do SINTEPAV-CE, 2016.

_____. **ACT entre UTE e SINTEPAV-CE. 2012-13**. (2012b). Fortaleza: Arquivo do SINTEPAV-CE, 2012.

_____. **Ata de Assembleia geral extraordinária 21 de julho de 2014**. (2014b). Fortaleza: Arquivo de SINTEPAV-CE, 2014.

_____. **Ata Assembleia geral extraordinária 2 de fevereiro de 2015**. (2015b). Fortaleza: Arquivo do SINTEPAV-CE, 2015.

_____. **Avaliação CSP. Informe para o DIEESE - 2016**. (2016b). Fortaleza: Arquivo do SINTEPAV-CE, 2016.

_____. **Cópia de Ata Assembleia 9 agosto de 2013**. (2013b). Fortaleza: Arquivo do SINTEPAV-CE, 2013.

_____. **Convenção Coletiva de Trabalho 2012-13**. (2012c). Fortaleza: Arquivo do SINTEPAV-CE, 2012.

_____. **Convenção Coletiva de Trabalho 2013-14**. (2013c). Fortaleza: Arquivo do SINTEPAV-CE, 2013.

_____. **Convenção Coletiva de Trabalho 2014-15.** (2014c). Fortaleza: Arquivo do SINTEPAV-CE, 2014.

_____. **Convenção Coletiva de Trabalho 2015-16.** (2015c). Fortaleza: Arquivo do SINTEPAV-CE, 2015.

_____. **Convenção Coletiva de Trabalho 2018-19.** (2018). Fortaleza: Arquivo do SINTEPAV-CE, 2018.

_____. **Cópia de holerites dos trabalhadores da construção da CSP.** (2014e). Fortaleza: Arquivo SINTEPAV-CE, 2014.

_____. **Na luta pelo trabalho decente. Dossiê sobre CSP apresentado a SRT-CE.** (2014d). Fortaleza: Arquivo do SINTEPAV-CE, jul. 2014.

TRIBUNA DO CEARÁ. **Primeiras estacas da siderúrgica do Pecém são cravadas.** (2012a). Disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/primeiras-estacas-da-siderurgica-do-pecem-sao-cravadas>>. Acesso em: 4 set. 2018.

_____. **Trabalhadores da siderúrgica do Pecém bloqueiam CE - 085 em protesto.** (2012b). Disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/trabalhadores-da-siderurgica-do-pecem-bloqueiam-ce-085-em-protesto/>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

UNITED STATES CONGRESS. **The Steel Industry in Transition.** Washington DC.: Staff Working Paper, 1982.

Bibliografía

ALTHUSSER, Luis. **La filosofía como arma de la revolución.**(1970). México: Siglo XXI Editores, 2011.

ALTHUSSER, Luis e BALIBAR, Étienne. **Para leer El Capital.** Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2004.

ALTVATER, Elmar. Notas sobre algunos problemas del intervencionismo del Estado. In: SONNTAG, Heinz e VALECILLOS, Héctor. **El Estado en el capitalismo contemporáneo.** México: Siglo XXI, 1999.

ALVES DE AQUINO, Jakson. **O processo decisório no Governo do Estado do Ceará: o Porto e a Refinaria (1995-1998).** 2000. 131 f. Dissertação. (Mestrado em

Sociologia) – Universidade Federal de Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Fortaleza, 2000.

AZPIAZU, Daniel; BASUALDO, Eduardo e KULFAS, Matias. **La Industria Siderúrgica en Argentina y Brasil durante las últimas décadas**. Buenos Aires: Centro de Estudios de Formación Sindical CTA, 2007.

BACKHAUS, Hans-Georg, Dialéctica de la forma valor. In: SCHMIDT, Alfred. **Contributions a la theorie marxiste de la connaissance/Beistrage fur marxistischen Erkenntnistheorie/s**. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1969.

BALASSA, Bela. **Policy Choices in the Newly Industrializing Countries**. v. 432 Washington DC: World Bank Publications, 1990. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/428541468770403738/pdf/multi0page.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.

BAKER, Elaine; ROCHE, Charles e THYGESEN, Kristina. **Mine tailings Storage: safty is no accident. A Rapid response assessment**. Nairobi: United Nations Environment Programme and GRID-Arendal,.2017. Disponível em: <https://gridarendal-website-live.s3.amazonaws.com/production/documents/:s_document/371/original/RRA_MineTailings_lores.pdf?1510660693>. Acesso em: 26 fev. 2019.

BERNAL, Maria Cleide. **A Nova Configuração Territorial do Nordeste: desigualdade e fragmentação**. Cadernos do Logepa, João Pessoa: DGEOC/CCEN/UFPB, v. 4, n. 1, p.26-38, 2005.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Hegel: O Estado como Realização histórica da liberdade. In: WEFFORT, Francisco (org.). **Os Clássicos da Política. Volume 2**. São Paulo: Ática, 2001.

CALIGARIS, Gastón e FITZSIMONS, Alejandro. **Relaciones Económicas y Políticas. Aportes para el estudio de su unidad con base en la obra de Karl Marx**. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas-UBA, 2012.

CALIGARIS, Gastón e STAROSTA, Guido. **Trabajo, Valor y Capital. De la crítica marxiana de la economía política al capitalismo contemporáneo**. Buenos Aires: UNQ, 2017.

CAMPOS, Luiz Henrique Sousa. **Maior investimento privado em andamento no Brasil, CSP inicia operação de alto-forno.** 2016. Disponível em: <<https://br.blastingnews.com/economia/2016/06/maior-investimento-privado-em-andamento-no-brasil-csp-inicia-operacao-de-alto-forno-00966173.html>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

CARDOSO, Adalberto. Os sindicatos no Brasil. (2014). **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mercado de Trabalho. Vol. 56. Fev. 2014.** Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_nt01_sindicatos_brasil.pdf>. Acesso em: 5 fev. 19.

CARLEIAL, Liana. O desenvolvimento regional brasileiro ainda em questão. **Revista Política e Planejamento Regional (PPR)**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-21, jan./jun. 2014.

CARVALHO, Alba e GUERRA, Eliane Costa. **O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do Capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica.** São Luis: Revista Políticas Públicas, 2015.

CSP. COMPANHIA SIDERURGICA DO PECÉM. **Nossa Historia.** (2018). Disponível em: <<http://www.cspecem.com/pt-br/sobre-a-csp/nossa-historia>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

DANTAS JÚNIOR, José Anchieta. **Desenvolvimento econômico e a política industrial do Ceará: o caso da CSP.** 2010. 168 f. Dissertação. (Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional) – Universidade Federal de Ceará, Pós-Graduação em Logística e Pesquisa Operacional, 2010.

D’COSTA, Antony. **State, Steel and Strength: Structural Competitiveness and Development in South Korea.** Nova Iorque: Journal of Development Studies, 1994. Disponível em: <https://www.academia.edu/4391805/State_steel_and_strength_Structural_competitiveness_and_development_in_South_Korea>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. **The Global Restructuring of the Steel Industry: Innovations, Institutions and Industrial Change.** Nova Iorque: Routledge, 1999.

DONGKUK. **Dongkuk.** (2018a). Disponível em: <https://www.dongkuk.com/en/company/history_02.dks>. Acesso em: 8 dez. 2018.

- _____. **History**. (2018b). Disponível em:
<https://www.dongkuk.com/en/company/history_03.dks>. Acesso em: 8 dez. 2018.
- FERREIRA, Júlio José. **Classificação de Portos Organizados: Um estudo de caso no Brasil**. 2012. 95 f. Dissertação (Mestrado em Transportes) – Universidade de Brasília, Faculdade de Tecnologia, Brasília, 2012.
- FINE, Ben e LAPAVITSAS, Costas. Markets and money in social theory: what rol for economics? **Economy and Society**, v. 29, n. 3, p. 357-382. Cambridge, 2000.
- FIORI, José L. **Para uma economia política do Estado Brasileiro**. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, maio 1993. Série “Estudos em Saúde Coletiva”, n. 41.
- FURTADO, Celso Monteiro. **Formação econômica do Brasil**. (1959). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GIANNOTTI, Vito. **Força Sindical: a central neoliberal de Medeiros a Paulinho**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- GOMES, Gustavo. **Macroeconomia do Nordeste: tendências, desafios e perspectivas da dinâmica da economia do Nordeste e seus determinantes e das mudanças na estrutura produtiva regional. Análise temática dos Estudos prospectivos sobre o desenvolvimento do Nordeste para o BNB**. Fortaleza: IICA/BNB, 2014.
- GRINBERG, Nicolás. Capital accumulation and ground-rent in Brazil: 1953–2008. **International Review of Applied Economics**, v. 27, n. 4, f. 449-471, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/02692171.2012.736478>>. Acesso em: 21 abr. 2018.
- _____. From Populist Developmentalism to Liberal Neodevelopmentalism: The Specificity and Historical Development of Brazilian Capital Accumulation. **Critical Historical Studies**, 3(1), f. 65–104, 2016. Disponível em: <<https://cicpint.org/es/grinberg-n-2016a-from-populist-developmentalism-to-liberal-neodevelopmentalism-the-specificity-and-historical-development-of-brazilian-capital-accumulation-critical-historical-studies-31-65/>>. Acesso em: 07 fev 2019.
- _____. **The Political Economy of Brazilian (Latin American) and Korean (East Asian). Comparative Development: Moving beyond Nation-centred Approaches**. Londres: New Political Economy, 2012.

_____. **Transformations in the Korean and Brazilian Processes of Capitalist Development between the Mid-1950s and the Mid-2000s: The Political Economy of Late Industrialisation.** Londres: London School of Economics, 2011.

GUEVARA, Sebastián Luis. Acción sindical y acción política: un aporte desde la crítica de la economía política. **Latin America Studies Association**, 2018. Disponível em: <<https://lasa.international.pitt.edu/auth/Login.aspx?ReturnUrl=%2fauth%2fprot%2fcongress-papers%2fPast%2flasa2018%2ffiles%2f1341381.pdf>>. Acesso em: 10 set.18.

_____. **El curso de la acción sindical como expresión de la acumulación de capital en América Latina: un análisis del caso Argentino (2002-2014).** 2014. Disponível em: <<http://cicpint.org/es/guevara-s-2014-conflictos-en-la-industria-automotriz-expresiones-del-limite-con-el-que-choca-la-acumulacion-de-capital-en-la-argentina-razon-y-revolucion-28-77-97>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

_____. **Los trabajadores y el Mercosur. Integración productiva, Relaciones laborales y acumulación de capital: el caso de la industria automotriz (1991-2008).** 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Buenos Aires, Faculdade de Ciências Sociais, Buenos Aires, 2010.

HEINRICH, Michael. **An introduction to the tree volumes of Karl Marx Capital's.** Nova Iorque: Monthly Review Press, 2012.

HIRSCH, Mariana. **Acción sindical y salario real en la crítica de la economía política.** 2018. 250 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Buenos Aires – Faculdade de Ciências Sociais, 2018.

HOBBS, Thomas. **Leviatã.** (1651). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOLLOWAY, John. The Great Bear: Post-Fordism and Class Struggle. In: Werner Bonefeld e John Holloway (Org.). **Post-Fordism & Social Form: A Marxist Debate on the Post-Fordist State.** London: Macmillan, 1991.

INGHAM, Geoffrey. Fundamentals of a theory of money: untangling Fine, Lapavitsas and Zelizer. **Economy and Society**, v. 30, n. 3, f. 304-323, Cambridge, 2001.

IÑIGO CARRERA, Juan Iñigo. **Conocer el capital hoy. Usar críticamente El Capital.** Buenos Aires: Imago Mundi, 2007.

_____. **El Capital: Razón Histórica, Sujeto Revolucionario y Conciencia.** Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2003.

_____. **La Renta de la Tierra. Formas, fuentes y apropiación.** Buenos Aires: Imago Mundi, 2017.

JONATHAS, Andrea. **191 autuações trabalhistas em obras da siderúrgica.** 2013.

Disponível em:

<<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/economia/2013/09/18/noticiasjornaleconomia,3131297/191-autuacoes-trabalhistas-em-obras-da-siderurgica.shtml>>. Acesso em: 5 jan.2018.

KREYE, Otto; HEINRICHS Jürgen e FRÖBEL, Forkel. **Export processing zones in developing countries: results of a new survey. Multinational Enterprises.** Working paper. 43, Genebra, Organização Internacional do Trabalho, 1987. Disponível em:

<http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---multi/documents/publication/wcms_126485.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

LAPIDES, Kenneth. **Marx's wage theory in Historical perspective. It's origins development, and interpretation.** Arizona: Wheatmark, 2008.

LENIN, Vladimir, **Que Fazer? Problemas candentes de nosso movimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIMA, Eduardo Pedrosa da Cunha. **Água e Indústria. Experiência e desafios.** Brasília: Infinita Imagem, 2018.

LIMA, Francisco Gérson Marques de. **Greve: um direito antipático.** Fortaleza: Premius, 2014.

LLANOS, Alfredo. **Introducción a la Dialéctica.** Buenos Aires: Rescate, 1986.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil.** (1690). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.

MARINI, Ruy Mauro. Crítica à Revolução Brasileira de Caio Prado Júnior. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2005

_____. Dialéctica de la dependencia (1973). In: MARTINS, Carlos Eduardo. **América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales.** Bogotá: Siglo del Hombre/CLACSO, 2008.

MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia.** Rio de Janeiro: Global Editora, 1980.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **El Capital. Crítica de la Economía Política. Libro I. El Proceso de Producción del Capital.** (1867). México, Fondo de Cultura Económica, 2000.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I. O Processo de Produção do Capital.** (1867). São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Salario, Precio y Ganancia.** Buenos Aires: Progreso, 1979.

_____. **Sobre a questão Judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** (1933). São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O Manifesto Comunista.** (1848). São Paulo: Boitempo, 1998.

MOREIRA CARDOSO, Adalberto e MARTINS RODRIGUES, Leôncio. **Força Sindical: uma análise sociopolítica.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Sindicatos com registro ativo.** (2013). Disponível em:

<<http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoTipo.asp>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

MUSSI, Emiliano. **La valorización de un capital de propiedad estatal en la siderurgia argentina: SOMISA (1947-1989).** 2017. 323 f. Tese (Doutorado em História).— Universidade de Buenos Aires, Faculdade de Filosofia e Letras, Buenos Aires, 2017.

NEGRI, Antonio. **Marx além de Marx: ciência da crise e da subversão. Caderno de trabalho sobre os Grundrisse.** São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

_____. **Marx más allá de Marx.** Madrid: Akal, 2001.

NUN, José; MURMIS, Miguel e MARÍN, Juan Carlos. **La Marginalidad en América Latina-Informe Preliminar.** Documento de Trabajo, n. 53, Buenos Aires: ITDT, dez. 1968.

OLIVEIRA, Luzenor de. **Pé de guerra: sindicato recusa proposta salarial e ambiente é ruim na CSP.** 10 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.cearaagora.com.br/site/pe-de-guerra-sindicato-recusa-proposta-salarial-e-ambiente-e-ruim-na-csp>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

OGASAVARA, Mario Enrique. Waves of Asian Investments in Brazil. (2018) In: **ReVista, the Harvard Review of Latin America.** 2018, Vol. XVIII n. 1. f. 60-63. Cambridge: Published by the David Rockefeller Center for Latin American Studies. Harvard University. Disponível em:<www.revista.drclas.harvard.edu>. Acesso em: 30 jan. 2019.

PINHEIRO, Yohanna. **Porto do Pecém conclui dois novos berços de atração.** 05 abr. 2016. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/porto-do-pecem-conclui-dois-novos-bercos-de-atracacao-1.1524495>>. Acesso em: 10 Mar. 2019.

POSCO. **Notícias – Centro de Prensa.** (2018). Disponível em: <http://www.poscoenc.com/esp/pr/press_release.asp>. Acesso em: 1 maio 18.

POSTONE, Moishe. **Tiempo, Trabajo y Dominación Social.** Madrid-Barcelona: Marcial Pons Ediciones Jurídicas y Sociales, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira.** (1966). São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **Evolução Política do Brasil e outros estudos.** (1933). São Paulo: Brasiliense, 1963.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.** (1942). São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PRADO, Sergio Roberto Rios do. **Descentralização do aparelho do Estado e Empresas Estatais: um estudo sobre o setor público brasileiro.** 1985. 482 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1985.

PRESBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. **Boletín Económico de América Latina**, Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina (CEPAL), v. 71, n. 1, 1962.

QUESNAY, François. Maximes Générales du Gouvernement d'un royaume agricole, et notes sur ces maximes (1846). In: DAIRE, M. Eugène. **Physiocrates. Quesnay, Dupont de Nemours, Mercier de la Rivière, L'Abbé Baudeau, Le Trosne, avec une introduction sur la doctrine des physiocrates, des commentaires et des notices historiques**. Paris: Librairie de Guillaumin, 1996.

_____. **Quadro Econômico dos Fisiocratas**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.

REUTERS. **Vale diz que conclusão de siderúrgica no Ceará será atrasada para 2016**. (2015). Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2015/07/30/vale-diz-que-conclusao-de-siderurgica-no-ceara-sera-atrasada-para-2016.htm>. Acesso em: 12 fev. 2019.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. (1817). São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.

RIVEIRO, Ivo. **Crise faz siderurgia mundial rever projeções para este ano e 2012**. (2012). In: Valor Econômico. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/empresas/1042464/crise-faz-siderurgia-mundial-rever-projecoes-para-este-ano-e-2012>>. Acesso em 22 fev. 2019.

RODRIGUES, Fabio. **Hyundai-Rotem inaugura fábrica de trens e composições em Araraquara**. Mar 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/03/hyundai-rottem-inaugura-fabrica-de-trens-e-composicoes-em-araraquara.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaac Illich. **Ensayos sobre a teoría marxista del valor**. Córdoba: Pasado y Presente, 1974.

- SERLARES. **Especialista em refeições corporativas.** (2019). Disponível em: <<https://serlares.com.br/a-serlares-refeicoes-coletivas/>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- SERPA, Egídio. **Lula quer siderúrgica no seu governo.** 2007. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/egidio/economia/lula-quer-siderurgica-no-seu-governo>>. Acesso em: 31 dez. 2018.
- SINTEPAV-CE. **Institucional.** (2019). Disponível em: <<http://sintepav-ce.org.br/institucional>>. Acesso em: 2 fev. 2019.
- SILVA, Maria Charleny de Sousa da. **Desenvolvimento Planejado e ações de qualificação profissional no Ceará: o caso do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.** 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual de Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Fortaleza, 2010.
- SMITH, Rob. **The world's biggest economies in 2018.** (2018). Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2018/04/the-worlds-biggest-economies-in-2018>>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- SOUSA, Sérgio de. **CSP fará as obras da área administrativa da ZPE.** 2012. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/csp-fara-as-obras-da-area-administrativa-da-zpe-1.562450>>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- STAROSTA, Guido. **Marx's Capital. Method and Revolutionary subjectivity.** Boston: Brill, 2015. Disponível em: <<http://cicpint.org/es/starosta-guido-2015-marxs-capital-method-y-revolutionary-subjectivity-brill-3>>. Acesso em: 7 abr. 2018.
- TELES, Glauciana Alves. **Mobilidade, Trabalho e interações socioespaciais: o Complexo Industrial e Portuário Do Pecém no contexto dar Região Metropolitana de Fortaleza.** Fortaleza: Editora UECE, 2018.
- TROTSKY, Leon. **Escritos sobre sindicato.** São Paulo: Nova Palavra, 2009.
- VALE. **Quem Somos.** (2018). Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 16 dez. 2018.
- VALE. **Fato relevante - aquisição da SAMITRI.** 30 maio 2000. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/old-investors/information-market/press-releases/Paginas/fato-relevante-aquisicao-da-samitri.aspx>>. Acesso em: 16. Dez. 18.

VIEIRA TRÓPIA, Patrícia. **Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

WORLDSTEEL. **List of global producers of steel in 2017**. (2017). Disponível em: <https://www.worldsteel.org/en/dam/jcr:1a0978ce-d387-4ce9-8d1b-5f929f343ac1/2017_2016%2520top%2520steel%2520producers_Extended%2520list.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2018.

ZORZAL E SILVA, Marta. **A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimentismo brasileiro**. Vitória: EDUFES, 2004.